



# PACOTE MÍNIMO DE SERVIÇOS

PARA ÓRFÃOS E OUTRAS CRIANÇAS  
E JOVENS VULNERÁVEIS





# Prefácio

---

A região da SADC enfrenta um aumento inédito no número de crianças e jovens que estão privados dos serviços básicos que eles necessitam para sobreviverem e crescerem bem. Existem muitos deles que nem estão matriculados em nenhuma escola ou que desistem antes de completarem o ensino primário. A região continua a ser a área com a maioria global de crianças que não conseguem sobreviver para celebrarem o seu 5º aniversário. A insegurança alimentar também continua a ser um grande desafio. A maioria dos jovens que vivem em famílias muito pobres não tem habilidades e não conseguem encontrar emprego, e deste modo não conseguem enfrentar as dificuldades. Ainda existem muitos casos onde as leis e crenças culturais não garantem a salvaguarda dos órfãos para herdarem a riqueza dos seus pais e tutores quando estes morrem. Existem muitos casos de abuso de crianças e trabalho infantil, incluindo o tráfico ou exploração comercial. A privação e a vulnerabilidade das crianças e jovens na região são na maior parte provocadas por altos níveis de HIV e SIDA, pobreza (que foram agravados pela crise global financeira e económica) e em alguns casos conflitos e calamidades naturais.

As vulnerabilidades das crianças e jovens colocam uma séria ameaça à integração e desenvolvimento regional sócio-económico, paz e segurança. Para mitigar estes desafios, a SADC tomou a posição mais apropriada para definir as necessidades e serviços básicos para as crianças vulneráveis e jovens vulneráveis, e para providenciar estes serviços de maneira abrangente e holística na região. Isto é particularmente importante porque são muitas as necessidades básicas exigidas pelas crianças e jovens para se desenvolverem e se tornarem cidadãos produtivos e para perceberem as suas capacidades humanas completas, e todas estas necessidades são igualmente importantes. Elas são também inter-relacionadas, de maneira que a ausência de alguns pode resultar na ausência das que podem estar disponíveis. Por exemplo, sem as certidões de nascimento, as crianças não podem aceder aos serviços básicos, mesmo em situações onde estes são oferecidos gratuitamente. Na ausência das habilidades vocacionais ou empresariais, os jovens não podem assegurar o emprego

ou transformarem ideias inovadoras para a criação do próprio emprego e obterem oportunidades de ganharem meios de sobrevivência que são necessários para providenciarem os seus cuidados sanitários, segurança alimentar, protecção contra o abuso e o bem-estar psicossocial e social. Na ausência das redes de segurança, eles têm a possibilidade de se engajarem em comportamentos socialmente anormais e arriscados, tais como actividades criminosas, violência, sexo transaccional, casamentos prematuros ou abuso de drogas. Para tais crianças e jovens, a protecção social é uma forma de satisfazer as suas necessidades básicas.

Para fornecer serviços básicos para crianças e jovens de maneira efectiva, a SADC convida todos os actores - governo, organizações da sociedade civil, sector privado, crianças mais velhas e a juventude, parceiros internacionais de cooperação e doadores a colaborarem e reforçarem as suas capacidades para os serviços de referência, e a 'unirem' os seus esforços para providenciarem todos os serviços básicos às crianças e jovens vulneráveis de maneira holística. Deste modo, em todos os pontos do fornecimento de serviços, cada sector deve identificar outras necessidades das crianças e jovens que não foram satisfeitas e referi-las aos respectivos sectores para providenciá-los. Eles também podem integrar outros serviços relacionados e providenciá-los como parte dos mandatos dos seus sectores. Estas ligações e referências formam as bases principais de uma abordagem coordenada para a prestação de serviços abrangentes para as crianças e jovens vulneráveis, e são elaborados neste Pacote Mínimo de Serviços para órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis.

**Tomaz Augusto Salomão**  
**O Secretário Executivo da SADC**

# Reconhecimentos

---

O Secretariado da SADC gostaria de estender a sua gratidão a todos que contribuíram orientações políticas, estratégicas e informação técnica em prol do desenvolvimento deste Pacote Mínimo de Serviços para órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. Gostaríamos de estender nossa apreciação especial aos Directores da SADC ou seus equivalentes dos ministérios responsáveis pelos órfãos, e outras crianças e jovens vulneráveis, e aos participantes provenientes das organizações regionais e internacionais que participaram nos fóruns regionais consultivos. As contribuições a todos os níveis foram valiosas e a profundidade dos debates afirmou a necessidade do Pacote Mínimo orientar uma prestação holística e abrangente dos serviços básicos para crianças e jovens vulneráveis na região.

Os seguintes peritos providenciaram informação técnica em prol do esboçamento do Pacote Mínimo Lomthandazo Mavimbela, Evance Chapasuka e Manasa Dzirikure (Secretariado da SADC); Tapfuma Murove e Carmel Gaillard (REPSSI); Rouzeh Eghtessadi (SAFAIDS); Saba Mebrahtu, Peter Gross, Jim Ackers, Victor Ankrah, Guillermo Marquez, Petronella Masabane e Nankali Maksud (UNICEF-ESARO), Adern Nkandela (Nelson Mandela Children's Foundation), Brenda Yamba (Save the Children USA) e Anthony Ambrose (Visão Mundial Internacional).

O desenvolvimento do Pacote Mínimo de Serviços foi financiado por SIDA, REPSSI, UNICEF-ESARO e Fundação Novartis para o Desenvolvimento Sustentável. O documento foi conceptualizado, dirigido e editado por Manasa Dzirikure, e compilado por Save the Children UK. Apoio editorial adicional foi fornecido por Karen Emmons.

# Índice

---

Prefácio .....	i
Reconhecimentos .....	iii
Resumo executivo .....	6
Abreviaturas e acrónimos .....	12
Definição dos termos .....	14
<b>1. Introdução .....</b>	<b>18</b>
1.1 Contexto .....	18
1.2 Fundamentação lógica e propósito para o Pacote Mínimo de Serviços .....	20
1.3 Desenvolvimento do Pacote Mínimo de serviços .....	23
1.4 Estrutura do documento .....	24
<b>2. Situação dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis .....</b>	<b>25</b>
2.1 Resumo da situação da vulnerabilidade .....	25
2.2 Progresso e lacunas na abordagem da vulnerabilidade das crianças e jovens vulneráveis .....	36
<b>3. Conceito e princípios de orientação do Pacote Mínimo de Serviços .....</b>	<b>40</b>
3.1 Conceito orientador: prestação do serviço abrangente .....	40
3.2 Princípios orientadores .....	42
<b>4. Necessidades e serviços essenciais para órfãos e outras     crianças e jovens vulneráveis .....</b>	<b>45</b>
4.1 Introdução .....	45
4.2 Resultados desejados .....	47
4.3 Serviços essenciais e complementares e responsabilidade .....	48

# Índice

---

<b>5. Apoio e fornecimento do Pacote Mínimo de Serviços</b> .....	<b>59</b>
5.1 Advocacia .....	59
5.2 Desenvolvimento de competências inter-sectoriais .....	60
5.3 Coordenação e referência .....	60
5.4 Estrutura legal .....	61
5.5 Participação e reforço de crianças e jovens, famílias e comunidades .....	62
5.6 Recursos humanos e financeiros adequados .....	62
5.7 Parcerias efectivas .....	63
<b>6. Gestão, monitoria, avaliação e reportagem do conhecimento</b> .....	<b>64</b>
6.1 Gestão do conhecimento .....	64
6.2 Documentação, partilha e uso de práticas que provaram-se a ser funcionais .....	65
6.3 Monitoria e avaliação .....	65
6.4 Indicadores de desenvolvimento .....	66
Referências .....	74
Anexo: Matrizes detalhadas dos serviços básicos e complementares .....	77
Anexo A: Educação e habilidades vocacionais .....	79
Anexo B: Cuidados sanitários e saneamento .....	92
Anexo C: Segurança alimentar e nutrição .....	101
Anexo D: Protecção da criança e jovem .....	105
Anexo E: Bem-estar e apoio psicossocial .....	118
Anexo F: Protecção social .....	126

# Resumo executivo

---

A maioria das crianças e jovens na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) vivem de maneira precária como resultado de muitas questões: i) altos níveis de pobreza e desemprego, que foram agravados pelas crises globais económicas e financeiras e pouco crescimento industrial; ii) alta incidência de doenças, principalmente HIV, SIDA, tuberculose e malária; iii) conflitos sociais e políticos; e iv) calamidades naturais recorrentes, tais como secas e cheias. De acordo com a UNICEF (2006), os 15 países que compõem a região<sup>1</sup> têm cerca de 17 milhões de órfãos. O número de crianças e jovens vulneráveis que não são órfãos e a magnitude dos seus problemas, não são muito claros devido aos fracos sistemas de geração e gestão da informação. O que é sabido é que as crianças vulneráveis tipicamente crescem e se tornam em jovens vulneráveis. E as vulnerabilidades vão para além do HIV ou SIDA. De acordo com a UNESCO, as estimativas citadas pela UNICEF (2007), por exemplo, 90 por cento de crianças deficientes de idade escolar na região da SADC não frequentam escola.

A população desproporcionada de crianças e jovens que estão privados dos cuidados essenciais e da oportunidade de desenvolverem seu potencial, limita a habilidade dos estados Membros de alcançarem as suas metas de desenvolvimento humano, assim como as suas metas de integração regional e de desenvolvimento. Essa privação entre os jovens também coloca uma grande ameaça à estabilidade política, paz e segurança na região. Sem atender às suas necessidades humanas, as crianças e jovens tornam-se em adultos que não podem fazer do seu mundo um lugar melhor.

## Muito progresso, mas a existência da necessidade para colaboração e coordenação

Muito trabalho tem sido feito para melhorar a situação dos órfãos e outras crianças e

---

<sup>1</sup> Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.



jovens vulneráveis (OVCY) na região. Todos os Estados Membros da SADC ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e todos, com a excepção de um, também ratificaram a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança. Os Estados Membros também ratificaram instrumentos internacionais e regionais que abordam questões tais como a igualdade do género, saúde e saneamento, educação e desenvolvimento de habilidades, protecção das crianças e jovens contra a exploração e ofensa, prevenção do trabalho infantil, segurança alimentar e nutrição, redução da pobreza e desemprego.

Bons exemplos de boas práticas existem nos Estados Membros, muitos de quais ainda não foram formalmente documentados ou partilhados. Progresso significativo, por exemplo, tem sido feito na área do melhoramento das políticas. Países desenvolveram ou estão a desenvolver um plano de acção nacional rentável, que é crítico para a providência de uma estrutura para a acção para ambos os governos e a sociedade civil, porque delinea estratégias, actividades e responsabilidades para o cuidado e apoio das crianças. Outros Estados Membros já começaram a integrarem uma resposta que mitiga a vulnerabilidade numa forma de legislação abrangente para crianças (tais como a Lei da Criança) e em estratégias nacionais da redução da pobreza. Os Estados Membros da SADC estão a ratificar e a domesticar de forma crescente a Carta Africana da Juventude e estabelecendo instrumentos e estruturas relevantes para acelerar o desenvolvimento da juventude.

Todavia, é muito fragmentada a entrega corrente de serviços em cada Estado Membro da SADC e tem as suas bases no sector vertical, com acção a curto prazo e muito inadequado para responder à complexidade das necessidades dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. Deste modo, a SADC está a promover uma abordagem para a prestação de serviços mais coordenada, holística e abrangente. Esta abordagem encoraja a colaboração entre diferentes sectores de prestação de serviços a abordarem as necessidades contínuas dos OVCY. Promete reduzir o número de crianças e jovens que caem nas armadilhas dos sistemas de prestação de serviços e para finalmente contribuírem significativamente à quebra do ciclo intergeracional da pobreza e vulnerabilidade para muitas crianças, jovens e suas famílias.

## Pacote Mínimo Recomendado de Serviços

A SADC está a se movimentar para estabelecer padrões e directrizes comuns para melhorar a prestação dos serviços básicos para órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. O Quadro Estratégico e Programa de Acção regional para os OVCY para os anos 2008–2015 está sendo implementado através do Pacote Mínimo de Serviços para Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis. O Pacote Mínimo foi desenvolvido através de um processo consultivo extensivo envolvendo a maioria dos actores na região e aprovado pelos ministérios da SADC responsáveis pelas crianças e jovens vulneráveis no seu encontro conjunto que foi realizado em Windhoek, Namíbia em Junho de 2011.

O Pacote Mínimo é um guião para encorajar a harmonização da entrega de serviços para os OVCY na região. Os Estados Membros podem adoptar ou adaptar estes padrões e directrizes a nível nacional. O Pacote Mínimo identifica as necessidades básicas das crianças e jovens e os serviços que eles necessitam, assim como os serviços complementares necessitados para a entrega de serviços básicos. Identifica também os sectores e actores primários e secundários que podem responder, e como os seus serviços podem ser prestados de maneira coordenada, colaborativa, holística e abrangente. A urgência e relevância dos serviços podem diferir significativamente para diferentes faixas etárias. A existência de um conjunto mínimo de padrões irá permitir a monitoria comparativa do progresso na região.

As necessidades e serviços básicos e complementares delineados no Pacote Mínimo são classificados nas seguintes categorias de prioridade:

**Educação e habilidades vocacionais.** Esta categoria cobre o desenvolvimento da primeira infância, ensino primário, secundário e educação terciária, educação não formal e oportunidades de formação vocacional para crianças, adolescentes e jovens. Os serviços básicos necessários para satisfazerem as necessidades da educação e habilidades vocacionais são principalmente da responsabilidade do sector de educação e desenvolvimento de habilidades e inclui as propinas escolares, fardas escolares,

materiais educacionais (artigos de papelaria e materiais de instrução), professores habilitados e escolas seguras, habilidades e apoio psicossocial para todas as crianças e jovens, e formação profissional, empresariado e em meios de sobrevivência e habilidades de angariação de rendimentos para adolescentes e jovens.

Os serviços complementares que podem ser providenciados com o apoio de outros sectores incluem aqueles sem os quais o ensino e aprendizagem efectivos para as crianças e jovens vulneráveis não pode acontecer porque eles afectam o acesso às facilidades e oportunidades educacionais, matrícula escolar, retenção e realização, tais como o registo de nascimento.

**Cuidados sanitários e saneamento.** Os serviços básicos necessários para satisfazer a necessidade de bons cuidados sanitários e saneamento e que são a responsabilidade primária dos sectores de saúde e sectores relacionados incluem a vacinação; suplementação de micronutrientes, alimentação terapéutica e a terapia de rehidratação oral para as crianças mais jovens; prevenção, tratamento, cuidados e apoio para malária, HIV, SIDA, tuberculose e outras doenças; cuidados de saúde sexual e reprodutiva e provisões apropriadas à idade para os adolescentes e jovens; e aconselhamento e apoio para as disordens e problemas psicossociais.

Os serviços complementares que podem ser providenciados com o apoio de outros sectores incluem o fornecimento de água potável, saneamento, serviços de protecção do ambiente e serviços de protecção social, os quais permitem acesso aos serviços de cuidados sanitários e saneamento.

**Segurança alimentar e nutrição.** Os serviços básicos necessários para satisfazer a necessidade de alimentação e nutrição muitas vezes caem sob o mandato primário dos sectores de agricultura e recursos naturais e incluem a segurança alimentar e a produção e provisão de alimentos nutritivos para as diferentes faixas etárias. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e jovem também desempenham um papel crítico e directo de advocacia e monitoria.

Os serviços complementares que podem ser fornecidos com o apoio de outros sectores incluem a educação e aconselhamento especializados sobre a alimentação suplementar e terapéutica.

**Protecção e segurança da criança e jovem.** Esta área trata-se das necessidades básicas de abrigo e vestuário, criação de habilidades e competências psicossociais, bem como da protecção e reabilitação contra ofensas físicas, mentais e psicológicas. Os serviços necessários são, muitas vezes, prestados por diferentes sectores relacionados com questões domésticas e segurança, segurança social e bem-estar social, desenvolvimento da criança e jovem e a igualdade do género. Os serviços incluem o registo de nascimento, localidade da família e reunificação para as crianças abandonadas e deslocadas, aconselhamento e reabilitação, reivindicações de herança e apoio legal, cuidados e acesso alternativos a um adulto apoiante. Inclui também a prevenção contra o trabalho infantil e a protecção contra o tráfico de seres humanos.

**Bem-estar psicossocial.** A satisfação desta necessidade é interligada e é necessária para o alcance e sustento de todas as outras necessidades básicas. Pode ser providenciada primeiramente por muitos sectores e integrada como parte dos seus serviços de rotina. Os serviços necessários para o bem-estar psicológico tratam-se uma vasta gama de necessidades que caem nas seguintes categorias: i) habilidades e conhecimento psicossociais e sociais, ii) bem-estar emocional e espiritual e iii) bem-estar social.

**Protecção social.** Porque o sistema familiar imediato de cuidados e apoio para as crianças e jovens vulneráveis está provavelmente quebrado e eles já não podem lutar contra as adversidades, eles necessitam de assistência financeira e social directa e externa para restaurar os serviços e reabilitar, muitas vezes, os casos extremos da privação. A este respeito, a protecção social dirigida a eles é essencial e deste modo é considerada uma necessidade básica. A protecção social é, muitas vezes, providenciada pelos sectores que são principalmente responsáveis pela coordenação dos serviços financeiros, de desenvolvimento económico e de redução de pobreza, bem como pelos doadores. Também pode ser fornecida pelas comunidades.

## Entrega do Pacote Mínimo de maneira abrangente

Diferentes opções ou estratégias podem ser aplicadas em diferentes combinações para garantir que todas as necessidades básicas e serviços necessários sejam abordados e providenciados para as crianças e jovens vulneráveis, sempre de maneira abrangente.

Estes incluem:

- Fazer advocacia com os líderes para que estes incluam a entrega de serviços abrangentes em todas as políticas, estratégias e programas
- Mobilizar e empoderar as comunidades, incluindo o reforço da capacidade das crianças vulneráveis (consistente com as suas capacidades em desenvolvimento), jovens e suas famílias para que possam aceder ou gerir os seus próprios meios de sobrevivência
- Reforçar a capacidade dos sectores para prestarem serviços dentro dos seus mandatos e serviços adicionais necessários que talvez não fazem parte dos seus mandatos tradicionais
- Reforçar as competências e providenciar políticas e estruturas legislativas para uma colaboração e parcerias intersectoriais baseadas na evidência da entrega de serviços dirigidos a crianças e jovens; e
- Desenvolver e reforçar a coordenação dos sistemas dos serviços de referência.

Reconhecendo que o apoio psicossocial é uma questão e área de serviço emergente, o que muitas vezes não é bem entendido ou aplicado na região, um Quadro Conceitual Regional para o Apoio Psicossocial para Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis associado, está sendo desenvolvido para os Estados Membros da SADC.

# Abreviaturas e acrónimo

---

<b>ACRWC</b>	Carta Africana para os Direitos e Bem-estar da Criança
<b>AIDS</b>	Síndrome de Imuno-Dificiência Adquirida
<b>ARV</b>	Antiretroviral
<b>CRC</b>	Convenção sobre os Direitos da Criança
<b>DHS</b>	Inspecção Demográfica de Saúde
<b>ECED</b>	Educação e Desenvolvimento da Primeira infância
<b>EMIS</b>	Sistema de Informação da Gestão de Educação
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>HMIS</b>	Sistema de Informação da Gestão de Saúde
<b>ICP</b>	Parceiro Internacional de Cooperação
<b>ILO</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>MDG</b>	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
<b>NPA</b>	Plano de Acção Nacional
<b>OVC</b>	Órfãos e Outras Crianças Vulneráveis
<b>OVCY</b>	Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis
<b>PMTCT</b>	Prevenção da Transmissão do HIV/AIDS de Mãe para Filho
<b>PSS</b>	Apoio Psicossocial
<b>REPSSI</b>	Iniciativa Regional de Apoio Psicossocial
<b>RISDP</b>	Indicativo Regional do Plano de Desenvolvimento Estratégico
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
<b>SRH</b>	Saúde Sexual e Reprodutiva
<b>STI</b>	Infecção Sexualmente Transmissível
<b>TVET</b>	Ensino e Formação Técnica e Profissional
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Definição dos termos

Termo	Definição
Abuso	Um acto de mau tratamento que pode prejudicar ou tem a possibilidade de causar prejuízo à segurança, bem-estar, dignidade e desenvolvimento de alguém.
Adolescente	De acordo com a Organização das Nações Unidas, esta é uma pessoa de idade entre os 10 e 19 anos.
Provedor de cuidados	Um <b>provedor de cuidados</b> é uma pessoa que oferece cuidado a uma criança no ambiente caseiro. Um <b>provedor de cuidados primários</b> é a pessoa principal que vive com a criança e providencia cuidados parentais regulares para a criança num ambiente caseiro. Estes, muitas vezes, podem ser membros da família, tais como pais, pais adoptivos, guardiões legais, irmãos, tios, tias e avós ou amigos próximos da família. <b>Provedores de cuidados secundários</b> incluem membros da comunidade e profissionais, tais como, enfermeiros, professores ou assistentes dos centros recreativos, que interagem com a criança na comunidade ou visitam a criança em casa, mas não vivem com a criança. <b>Provedores de cuidados de crianças e jovens</b> incluem crianças e jovens que cuidam de outras crianças, pais e familiares doentes e/ou chefes de famílias.
Criança	Qualquer pessoa menor de 18 anos.
Resposta abrangente	Uma intervenção ou esforço que alcança o conjunto completo das necessidades básicas ou padrões mínimos definidos, incluindo múltiplos serviços que tratam-se dos direitos de sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação das crianças e jovens enquanto se abordam a vulnerabilidade.
Aconselhamento	“Aconselhar é falar com um conselheiro sobre a sua situação e os seus problemas e preocupações. O conselheiro irá lhe ajudar a fazer planos e a tomar decisões, irá lhe oferecer informação e ajudar a encontrar respostas às suas perguntas. Aconselhar não é dizer o que você deve fazer; é lhe ajudar a decidir o que você acha que é melhor e lhe oferecer apoio para concretizar as suas decisões”. O aconselhamento pode ter lugar numa situação de um-para-um ou em grupos e pode ser facilitado por um profissional ou conselheiro laico.

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Privação</b>	Uma situação na qual as necessidades e direitos básicos de sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação das crianças e jovens não foram alcançadas.
<b>Necessidades de desenvolvimento</b>	Necessidades físicas, biológicas, emocionais, sociais, psicológicas, intelectuais, espirituais e criativas para as crianças sobreviverem e crescerem suficientemente bem para sustentarem vidas normais produtivas que duram todo o ciclo da vida deles.
<b>Deficiência</b>	É um termo geral que trata-se de deficiências sociais, mentais e físicas que podem levar a limitações nas actividades e restrições na participação. Uma 'deficiência' é um problema no organismo ou na estrutura do funcionamento mental; uma 'limitação de actividade' é uma dificuldade encontrada por um indivíduo em executar uma tarefa ou acção; enquanto 'restrição de participação' é um problema enfrentado por um indivíduo em situações da vida. Por conseguinte, deficiência é um fenómeno complexo que reflecte uma interacção entre as particularidades do organismo de uma pessoa e as particularidades da sociedade na qual essa pessoa vive.
<b>Família</b>	Uma unidade social criada pelo sangue, casamento, adopção ou definida por uma linha comum de parentesco ou relacionamento de natureza paterna ou materna. Esta pode ser biológica ou adoptiva. Pode ser descrita como nuclear (pais e filhos) ou alargada (família conjugal assim como outros familiares ou descendentes do marido e/mulher).
<b>Abordagem holística</b>	Um procedimento para garantir que diferentes opções ou estratégias são consideradas e aplicadas de maneira flexível em combinações apropriadas que garantem um cumprimento abrangente ou óptimo do bem-estar e desenvolvimento de uma criança.
<b>Família</b>	Uma unidade social de pessoas (não necessariamente relacionadas) que vivem juntas na mesma casa ou complexo, que compartilham a mesma comida ou facilidades de cozinha.
<b>Abordagem integrada</b>	Um procedimento para a incorporação de abordagens, intervenções ou serviços adicionais nos programas ou serviços ou práticas sociais existentes para garantir a eficiência da prestação de serviços melhorados e resultados abrangentes de desenvolvimento.



Termo	Definição
Habilidades da vida	Habilidades psicossociais, interpessoais e da gestão pessoal que ajudam as pessoas a tomarem decisões informadas, comunicarem efectivamente e lutarem contra as adversidades.
Saúde mental	<p>“Saúde mental é um conjunto de atributos mentais positivos numa pessoa ou numa comunidade. É o estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza as suas habilidades, luta contra as pressões normais da vida, trabalha de maneira produtiva e rendosa e é capaz de fazer uma contribuição para a sua comunidade” (Hermann, et al., 2005). A Declaração Alma Ata define a saúde mental como sendo a capacidade consciente, dinâmica e envolvente e não um estado pré-determinado, inalterável ou estado de tudo ou nada. <b>A saúde mental da criança e do adolescente</b> é a capacidade de alcançar e manter um óptimo funcionamento e bem-estar psicológico; está directamente relacionado com o grau de desenvolvimento físico, psicológico e social apropriado nessa faixa etária alcançado através do uso dos recursos disponíveis.</p>
Órfão	Uma criança de idade entre 0 e 17 anos cuja mãe (órfão materno) ou pai (órfão paterno) ou ambos (órfão ao quadrado) estão mortos. O termo 'órfão social' pode ser usado para descrever crianças cujos pais podem estar vivos mas que foram rejeitados ou abandonados pelos seus pais ou cujos pais já não estão a cumprir com as suas obrigações parentais.
Psicossocial	O termo psicossocial é usado para enfatizar a estreita ligação entre os aspectos psicossociais da experiência (pensamentos e emoções) e a ampla experiência social (relacionamentos, práticas, tradições e cultura), ambos os quais interagem para formarem a experiência humana. Também considera os aspectos espirituais (valores, sistemas e crenças) e físicos de um indivíduo.
Apoio psicossocial	Cuidados e apoio contínuos que abordam o bem-estar social, emocional, espiritual e psicológico de uma pessoa e que influencia os ambientes individual bem como social no qual a pessoa vive. Tentativas foram feitas para fazer uma distinção entre 'cuidados psicossociais' e 'apoio psicossocial'. Em países diferentes, os termos 'cuidados' e 'apoio' têm significados diferentes. Neste documento, a expressão 'apoio psicossocial', ou PSS, é usada como uma abreviatura de 'cuidados e apoio psicossociais'.

Termo	Definição
<b>Bem-estar psicossocial</b>	Refere-se ao estado de ser no qual um indivíduo tem a habilidade de fazer sentido de, e ter um grau de controlo sobre o seu mundo, com esperança para o futuro e um senso de responsabilidade, ser produtivo e ser um membro ou líder carinhoso de uma comunidade. Inclui aspectos materiais, cognitivos, emocionais, espirituais e culturais da vida de uma criança/jovem e os seus relacionamentos interpessoais. Com respeito a crianças, o Grupo de Trabalho Psicossocial (2003) define o bem-estar psicossocial como sendo o resultado positivo da idade e da fase de desenvolvimento das crianças. É caracterizado pela habilidade do indivíduo de: i) tomar decisões apropriadas que têm benefícios a curto e a longo prazo para o indivíduo e para a sociedade, ii) assumir e manter a responsabilidade social e relacionamentos e comportamentos sociais saudáveis iii) manter uma condição de capacidade mental e ausência de deficiências mentais temporárias ou a longo prazo.
<b>Risco</b>	A possibilidade, oportunidade ou ameaça de que alguém estará privado imediatamente ou a longo prazo.
<b>Protecção social</b>	Todas as iniciativas públicas e privadas que providenciam a transferência de rendimento ou consumo para os pobres, protegem os vulneráveis contra os riscos do modo de vida e/ou melhoram o estatuto e os direitos sociais dos marginalizados, com o objectivo de reduzir a vulnerabilidade económica e social dos pobres, grupos vulneráveis e marginalizados.
<b>Transferência social</b>	Transferências regulares e previsíveis (em dinheiro ou em espécie, incluindo a isenção de taxas) por governos e entidades comunitárias aos indivíduos ou famílias que podem reduzir a pobreza ou vulnerabilidade da criança, ajudam a garantir o acesso das crianças aos serviços sociais básicos e reduzem o risco de exploração das crianças e algumas formas de abuso. Inclui transferências dos rendimentos da segurança social para as pessoas que experimentam desemprego, pobreza, incapacidade ou outras formas de vulnerabilidade.
<b>Sustentabilidade</b>	Garantir que os esforços do desenvolvimento humano alcançam melhoramentos duradouros nas vidas das crianças, jovens e suas famílias/provedores de cuidados e comunidades sem trazer nenhum prejuízo nem comprometer o seu bem-estar e o bem-estar das outras pessoas no presente ou no futuro.

Termo	Definição
<b>Vulnerabilidade</b>	O estado de alto risco de privação ou, de acordo com o Banco Mundial, "uma perda esperada de bem-estar acima da norma que é aceite socialmente, que resulta de acontecimentos de risco ou incertos e da falta de instrumentos adequados de gestão de risco".
<b>Crianças vulneráveis</b>	Crianças que são incapazes ou que têm capacidade reduzida de aceder às suas necessidades e direitos básicos para a sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação como resultado da sua condição física ou social, cultural, económica ou circunstâncias políticas e ambiente e necessitam de apoio externo porque o seu sistema imediato de cuidados e apoio já não consegue lutar contra as adversidades.
<b>Famílias vulneráveis</b>	Famílias que são incapazes ou que têm capacidade reduzida de aceder às necessidades e direitos básicos dos seus membros.
<b>Jovens vulneráveis</b>	Pessoas com idade entre 18 e 24 anos de idade que são incapazes ou que têm uma capacidade reduzida de aceder aos seus direitos de sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação e que podem estar em risco de serem prejudicadas, exploradas e/ou negadas das suas necessidades específicas para desenvolvimento na sua faixa etária como resultado da sua condição física, tais como a deficiência, desemprego, infecção do HIV ou SIDA, conflitos armados e Guerra, viver na rua, ser rejeitado pelos pais, sem documentação de emigração, abuso de substâncias, entre outros.
<b>Pessoa menor</b>	De acordo com a Organização das Nações Unidas, este termo refere-se a qualquer pessoa de idade entre 10 e 24 anos e inclui algumas crianças, todos os adolescentes e jovens.
<b>Jovem</b>	Para os objectivos desta Estrutura, jovens são pessoas com idade entre 18 e 24 anos. Esta definição reconhece que o período de transição da infância para a fase adulta coloca as pessoas menores em riscos maiores de privação de serviços e direitos básicos. Todavia, a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde definem jovens como toda a pessoa com idade entre 15 a 24 anos e pessoas menores como sendo toda a pessoa com idade entre 10 a 24 anos; e a Carta Africana da Juventude (2006) define jovens ou pessoas menores como toda a pessoa com idade entre 15 e 35 anos.

# I. Introdução

---

Neste documento, os seguintes termos são usados intermutavelmente: órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis (OVCY) com crianças vulneráveis e jovens, e necessidades e serviços básicos com necessidades e serviços essenciais.

## I.1 Contexto

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi estabelecida através de um tratado em 1992, substituindo o seu antecessor, a Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que foi estabelecida em 1980. É composta por 15 Estados Membros: Angola, Botswana, a República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, a República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A SADC é uma comunidade regional com “uma visão de um futuro compartilhado” a ser alcançado através de uma integração profunda regional sócio-cultural, económica e política. O Artigo 5(a) do Tratado da SADC delinea um dos objectivos principais da SADC: “promover um crescimento sustentável e equitativo e um desenvolvimento sócio-económico que irá garantir o alívio da pobreza com o objectivo final que é a sua eradicação; melhorar o padrão e a qualidade de vida das populações da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional” (SADC, 1992).

Para facilitar o seu trabalho e alcançar uma compreensão comum das prioridades de desenvolvimento entre os Estados Membros, a SADC criou vários compromissos de políticas em forma de tratados, protocolos e declarações. Estes compromissos de políticas estão a ser colocados nos programas através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Indicativo de 15 anos (RISDP) e o Programa Indicativo Estratégico dos Órgãos sobre a Política, Defesa e Segurança (SIPO), adoptados em 2004. O Quadro Estratégico e Programa de Acção, 2008–2015: Cuidados e Apoio

Compreensivos para Órfãos e outras Crianças e Jovens Vulneráveis é uma parte do esforço para implementar o RISDP. Inspira-se nos compromissos global, continental e regional já existentes sobre o desenvolvimento de crianças e jovens e combate a pobreza assim como as experiências nos Estados Membros. O Quadro Estratégico promove a entrega de um serviço abrangente para crianças e jovens. O Pacote Mínimo dos Serviços para Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis (Pacote Mínimo), que é representado por este documento, é um instrumento, colectivamente desenvolvido e concordado pelos Estados Membros da SADC, para orientar a implementação de uma abordagem holística em prol da entrega de serviços mínimos básicos (abrangentes) que são necessários para um óptimo desenvolvimento de crianças e jovens.

O Pacote Mínimo foi desenvolvido dentro do contexto da intensificação da pobreza e destruição do impacto do HIV e SIDA na SADC. Uma população estimada de dois terços na região vive abaixo da linha internacional de pobreza de US\$1.25 (Banco Mundial, 2010) por dia. Alguns países estão em, ou estão emergindo de recentes conflitos armados. E a região está predisposta a calamidades naturais devastadoras, tais como cheias e secas, agravadas pela mudança do clima. As recentes crises globais financeiras e económicas agravaram a situação da já existente extrema pobreza na região.

Esse ambiente sócio-económico deixa milhões de crianças e jovens, na região, a viverem de maneira precária. Devido aos fracos sistemas de gestão de informação, não é bem conhecida a magnitude e profundidade dos seus problemas. O que é sabido é que cerca de 17 milhões de crianças na região são órfãos (UNAIDS e UNICEF, 2006), muitas delas tornaram-se órfãos como resultado do SIDA; por exemplo, mais de 70 por cento dos órfãos em Botswana e Zimbabwe perderam os seus pais por causa do SIDA. A África Austral continua a ser o epicentro do pandémico, com a prevalência de HIV de 26 por cento (UNICEF, 2009) nos países mais endémicos.

Enquanto progresso considerável foi feito na área do melhoramento das políticas para os órfãos e outras crianças vulneráveis, lacunas significativas permanecem. Existe uma separação substancial entre a política e a prática. As crianças vulneráveis tipicamente se tornam em jovens vulneráveis. A pobreza é endémica e o emprego é escasso.

Muitos jovens têm formação limitada e são incapazes de encontrar emprego e, por conseguinte, têm uma vulnerabilidade aumentada em prol do engajamento em estratégias arriscadas de encontrarem formas para a sobrevivência, que depois lhes colocam numa armadilha com um ciclo vicioso de vulnerabilidade que se transfere entre gerações. Para abordar estas questões, a região da SADC decidiu que é necessário endereçar de forma colectiva e de maneira significativa as necessidades dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis (OVCY).

## 1.2 Fundamentação lógica e objectivo do Pacote Mínimo de Serviços

O Pacote Mínimo trata-se das necessidades e serviços básicos que são absolutamente essenciais para um óptimo desenvolvimento e bem-estar das crianças. A ênfase não está apenas nos serviços e padrões, mas sim está mais ainda no fornecimento de todos eles onde sejam necessários. A maioria das crianças e jovens alvos provavelmente necessitam de uma combinação de serviços. Sem a satisfação de uma destas necessidades, existe um risco da criança ou jovem afectado não ser capaz de ser desenvolvido suficientemente para realizar e aplicar o seu potencial e capacidade humana.

### Fundamentação lógica

O aumento nos números de crianças e jovens vulneráveis, apesar das políticas e em alguns casos as leis para promover o desenvolvimento da criança e jovem na maioria dos Estados Membros da SADC, é evidência da fraqueza sistemática na entrega dos serviços. Os estudos conduzidos na região (SADC 2007, 2010; Dzirikure, 2010) revelaram estas fraquezas para principalmente incluir as abordagens da entrega de serviços do sector vertical e/paralelo que não consideram a criança e o jovem como sendo uma entidade holística. Existe pouco esforço deliberado pelos prestadores de serviços para garantir que uma criança ou jovem vulnerável receba um conjunto de Serviços Básicos Mínimos que necessita para se desenvolver de maneira óptima. Estes serviços são, na maioria dos casos, definidos parcialmente e em outros casos, não existe nenhum entendimento comum do que é um padrão básico. Os sectores e organizações que prestam serviços para crianças

e jovens (e seus provedores de cuidados) trabalham aparentemente isolados, em alguns casos em concorrência, com pouca ou nenhuma coordenação dos processos de entrega de serviços. Deste modo, a qualidade dos serviços prestados não pode ser monitorada e medida de maneira geral e, conseqüentemente, não pode ser comparada entre as organizações num país e entre os Estados Membros na região. Na maioria dos casos, os serviços que são prestados a crianças vulneráveis são terminados no momento que elas completam 18 anos de idade, na suposição de que a partir dessa altura são consideradas adultas e são obrigadas a tomarem conta de si mesmas.

Nos seus diferentes encontros dos comités do sector, os ministros da SADC responsáveis pela saúde, SIDA, educação, formação de habilidades, emprego e trabalho reconheceram que as necessidades básicas e as vulnerabilidades das crianças e jovens e seus provedores de cuidados são muitas e diversas e não podem ser endereçadas por sectores individuais isoladamente. Os ministros chamaram por uma abordagem de desenvolvimento que reconheceu as ligações holísticas entre os serviços necessitados pelos grupos das populações vulneráveis e processos de entrega de serviços.

Foi, por conseguinte, crítico definir o Pacote Mínimo de Serviços para crianças e jovens vulneráveis na região, com o fim de melhorar a entrega dos serviços e alcançar a integração regional e o programa de desenvolvimento da SADC. Também foi necessário facilitar a entrega do serviço abrangente (SADC, 2008; Dzirikure, 2010) para as crianças e jovens vulneráveis. A abordagem abrangente procura alcançar as necessidades imediatas dos jovens, reduzir as vulnerabilidades profundamente enraizadas e quebrar o ciclo intergeracional da vulnerabilidade e privação nas famílias.

## Objectivo e função

O Pacote Mínimo avança os ideais da entrega abrangente de serviços do Quadro Estratégico, movendo conceitos gerais para que sejam recomendações sectoriais específicas. A intenção não é de substituir as políticas e estratégias e quadros legislativos nacionais existentes dos OVCY; pelo contrário, estes esforços existentes são utilizados como uma base. Oferece uma orientação regional para as organizações internacionais, doadores, governos, organizações da sociedade civil e baseadas na fé, o sector privado,

instituições académicas e de pesquisa e comunidades sobre os serviços que devem ser providenciados de maneira abrangente ao segmento vulnerável da população jovem e, sobre as estratégias necessárias.

O Pacote Mínimo também reconhece a importância da entrega de serviços no contexto da família e dos cuidados e apoio comunitários. Mais importante ainda, promove uma estratégia sustentável para a entrega de serviços abrangentes e de qualidade para os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. O Pacote Mínimo especificamente procura:

- i. Providenciar um entendimento comum entre os Estados Membros e os prestadores de serviços ao nível regional e nacional das necessidades e serviços essenciais para as crianças e jovens vulneráveis, prioridades de entrega de serviços e barreiras que têm de ser abordadas.
- ii. Dar prioridade a ligações políticas e programáticas que existem entre as diferentes necessidades e serviços e entre os mandatos dos diferentes sectores em prol da entrega de cada serviço. O Pacote Mínimo propõe estratégias para a coordenação e colaboração entre os sectores e actores.
- iii. Fazer a advocacia com os governos e parceiros regionais e internacionais sobre o âmbito e a urgência dos desafios e das necessidades prioritárias dos serviços para as crianças e jovens vulneráveis; e estabelecer um padrão de referência para um conjunto de serviços básicos para os objectivos de monitorar, avaliar, comparar e reportar o progresso entre os Estados Membros da SADC.
- iv. Desenhar ligações no ciclo contínuo das necessidades de desenvolvimento requeridas a partir da infância até à fase adulta e promover a continuidade entre os serviços durante a transição tumultuosa da infância para a fase adulta.

Em resumo, o objectivo do Pacote Mínimo é de estabelecer uma abordagem mais coordenada para a entrega de serviços abrangentes e holísticos que focalizam na promoção da colaboração entre os diferentes sectores de fornecimento e colectivamente abordar o ciclo contínuo das necessidades das crianças e jovens vulneráveis. Esta abordagem tem a possibilidade de reduzir o número de crianças e jovens que caem nas fendas dos sistemas de entrega dos serviços e significativamente impactam o ciclo intergeracional da pobreza e vulnerabilidade.



## Ligações com os alvos dos MDG

Adicionalmente, alcançar os resultados desejados do Pacote Mínimo irá ajudar os Estados Membros a ganharem terreno no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs). Muitos dos indicadores alvos dos MDG foram adaptados para o uso com crianças e jovens vulneráveis e são realçados na secção 4.

### 1.3 Desenvolvimento do Pacote Mínimo de Serviços

O Pacote Mínimo é baseado numa avaliação regional das lacunas no alcance das necessidades essenciais de desenvolvimento dos OVCY, a qual foi conduzida através da revisão do documento e entrevistas de campo, incluindo as discussões de grupos-alvo com crianças e jovens. Um Grupo de Trabalho Regional Técnico e uma Equipe Técnica de peritos forneceu conhecimento e fiscalização durante o desenvolvimento do Pacote Mínimo. Também foi revisto durante dois fóruns regionais consultivos por oficiais de alto nível do governo, a nível de directores responsáveis por crianças e jovens vulneráveis ou seus equivalentes, pessoal técnico dos ministérios responsáveis por crianças e jovens, especialistas das agências da Organização das Nações Unidas, peritos das organizações da sociedade civil regional e jovens.

Um processo paralelo para desenvolver um Quadro Conceitual Regional para o Apoio Psicossocial informou a componente psicossocial do Pacote Mínimo. Em Junho de 2011, ambos o Pacote Mínimo e um Quadro Conceitual para o Apoio Psicossocial foram revisados e aprovados pelos ministros da SADC responsáveis por crianças e jovens vulneráveis. O Pacote Mínimo será apresentado aos ministros da SADC responsáveis pela saúde, SIDA, desemprego, trabalho, género e assuntos da mulher, educação, alimentação e agricultura nas suas reuniões sectoriais separadas para endossar esses aspectos que fazem parte dos seus mandatos sectoriais.

## 1.4 Structure of the document

Este documento do Pacote Mínimo primeiro apresenta uma análise breve da situação dos OVCY (secção 2), seguido por um plano geral e princípios orientadores do conceito (secção 3). As necessidades e Serviços essenciais estão descritos (secção 4), seguidos pelas propostas de como providenciar os serviços de maneira abrangente e holística (secção 5). Um resumo dos mecanismos da gestão do conhecimento para a aplicação do Pacote Mínimo é depois fornecido (secção 6). Os anexos apresentam as matrizes detalhadas e aprofundadas dos serviços específicos.

## 2. A situação dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis

---

### 2.1 Resumo da situação de vulnerabilidade

De acordo com as estimativas da UNICEF e UNAIDS em 2006, existiam aproximadamente 16,808,000 órfãos de menos de 18 anos de idade na região da SADC. Estes números constituem uma subavaliação grande do número total de todas as crianças e jovens vulneráveis na região, principalmente porque estes grupos frequentemente passam despercebidos, tornando a quantificação dos seus números mais difícil (Forster, 2005). O número de outras crianças vulneráveis que não são órfãos e jovens vulneráveis não é bem conhecido por causa dos fracos sistemas de gestão de informação. A distribuição dos órfãos varia entre os Estados Membros, conforme o abaixo ilustrado na tabela 1. O SIDA é, claramente, principal causa da perda de pais nos países que são mais afectados pela epidemia.

**Tabela I:** Números estimados de órfãos na SADC, por país

País	Número total de órfãos	% de crianças que são órfãos	Número de órfãos devido ao SIDA	Crianças tornadas órfãs devido ao SIDA, como percentagem de todos os órfãos
Angola	1,200,000	14	160,000	13
Botswana	150,000	19	120,000	76
RD do Congo	4,200,000	14	680,000	16
Lesoto	150,000	17	97,000	64
Madagáscar	900,000	9	13,000	1
Malawi	950,000	15	550,000	57
Maurícias	23,000	6	-	-
Moçambique	1,500,000	15	510,000	34
Namíbia	140,000	14	85,000	62
Seychelles*	-	-	-	-
África do Sul	2,500,000	13	1,200,000	49
Swazilândia	95,000	17	63,000	66
Tanzânia	2,400,000	12	1,100,000	44
Zâmbia	1,200,000	20	710,000	57
Zimbabwe	1,400,000	21	1,100,000	77
<b>Total</b>	<b>16,808,000</b>	<b>14.7 (média)</b>	<b>6,388,000</b>	<b>44 (média)</b>

\*Sem dados disponíveis.

Fonte: UNICEF/UNAIDS, Africa's Orphaned and Vulnerable Generations: Children Affected by AIDS, 2006.

A vulnerabilidade impacta severamente na entrega de serviços para providenciar as necessidades básicas das crianças e jovens na região. Nas secções seguintes, um resumo do ponto até qual as crianças e jovens estão privadas é descrito sob cada uma das seis necessidades principais.

## Desenvolvimento da primeira infância

Apesar da evidência sugestiva que a educação e o desenvolvimento da primeira infância (ECED) têm um impacto a longo prazo sobre as capacidades de aprendizagem das crianças, incluindo a prontidão para o ensino primário e o bem-estar emocional global, assim como o estado nutricional e de saúde melhorada, muitos órfãos e outras crianças vulneráveis são negadas o ECED devido a questões de custo e acesso. O acesso ao ECED é especialmente essencial para os órfãos e outras crianças vulneráveis que tipicamente são negadas o direito ao desenvolvimento num ambiente familiar positivo.

## Educação e habilidades vocacionais

Durante as análises da situação conduzidas pela SADC, as crianças e jovens consistentemente identificaram a educação como sendo crucial para o seu futuro êxito. Apesar das tendências positivas no acesso ao ensino primário na região, uma proporção perturbante de crianças (cerca de 16 por cento do total) continuaram fora da escola e quase 40 por cento das crianças da região não conseguem concluir o ciclo completo do ensino primário. Isto é verdade em situações onde o ensino primário é livre devido a razões relacionadas à vulnerabilidade e pobreza, incluindo custos indirectos e de oportunidades, tais como uniformes, propinas de exames, materiais de ensino, custos de transporte para a escola ou longas horas de caminhada para as escolas distantes. Os jovens com deficiências e dificuldades de aprendizagem enfrentam sérios desafios no seu acesso à educação. A UNESCO estima que 90 por cento das crianças com deficiências não são matriculadas na escola (UNICEF, 2007).

Para as crianças que concluíram o ensino básico, pode ser difícil aceder o ensino secundário. O ingresso no ensino secundário é mais baixo em relação ao ingresso no ensino primário por várias razões, incluindo a priorização limitada dos pais, as propinas cobradas, a falta de acesso físico e a falta de professores, bem como a necessidade de ganhar rendimentos. Existem desigualdades marcadas devido à riqueza quintil e localidade, expectativas baseadas no género, incapacidades e outros aspectos de vulnerabilidade, tais como cuidar de pessoas nas famílias afectadas pelo HIV. A desigualdade no acesso inclui estudantes adultos, estudantes que voltam à escola, estudantes grávidas, estudantes seropositivos, estudantes com deficiências e crianças

e jovens com dificuldades de aprendizagem no espectro do ensino formal, a partir da primeira infância até ao ensino terciário, e oportunidades informais, assim como o ensino técnico e profissional e formação (TVET).

O ensino técnico e profissional e a formação foram muito negligidos na região nos anos recentes devido a questões de custo e taxas de retorno no investimento. Esta negligência afecta especificamente jovens e adolescentes, que não concluem o ensino secundário e superior. Os programas de formação são raros e /ou de baixa qualidade e nem sempre são convenientes para conseguir emprego ao completar o ensino. Apesar de tudo, tais serviços e habilidades são cruciais para as crianças e jovens vulneráveis conseguirem emprego ou trabalharem por conta própria e saírem do ciclo de privação e dependência. Para as crianças e jovens que não estudaram, existem muitas poucas opções.

Enquanto for bem documentada a importância do ensino das habilidades da vida no desenvolvimento holístico de uma criança ou jovem, a instrução das habilidades da vida é, muitas vezes, tratada como uma prioridade secundária atrás das disciplinas avaliadas. Assim, muitas crianças e jovens não têm habilidades de tomarem decisões informadas, comunicarem efectivamente e desenvolverem habilidades de auto-gestão e luta contra as adversidades, que possam lhes ajudar a ter uma vida saudável e produtiva para o seu próprio desenvolvimento e o das suas famílias, comunidades, nação e região. Os jovens não têm habilidades que lhes capacitam a assegurar os seus próprios meios de sobrevivência.

## **Cuidados sanitários, água potável e saneamento**

A África Subsariana está a realizar um progresso insuficiente ou mesmo nulo em prol de todos os MDG relacionados com a saúde. Apesar dos esforços intensificados e progressos feitos pelos Estados Membros para promover os cuidados sanitários para mulheres grávidas e para as crianças através da saúde sexual e reprodutiva e serviços sanitários para crianças, as taxas de mortalidade de mulheres durante a gravidez e o nascimento de bebés, na região, continuam a estarentre os níveis maiores no mundo.

A África Subsariana também tem a mais alta taxa mundial de mortalidade de crianças

menores de 5 anos de idade, com uma taxa de mortalidade de 129 por 1,000 crianças nascidas vivas em 2009. As causas principais de morte de crianças em 2006 foram: doença neonatal – 25 por cento, pneumonia – 21 por cento, malária – 18 por cento, doença diarreica – 17 por cento, SIDA – 7 por cento, sarampo – 4 por cento, ferimentos – 2 por cento, outras – 6 por cento (UNICEF, 2008).

A região tem um grande fardo de HIV, SIDA e outras doenças de importância para a saúde pública, tais como tuberculose, malária e as infecções transmitidas sexualmente (OMS, 2010). As crianças e jovens órfãos e vulneráveis na região são desproporcionalmente afectadas por essas doenças por causa das suas circunstâncias sócio-económicas. Os maiores problemas de saúde entre os órfãos e crianças e jovens vulneráveis são as altas taxas de gravidez prematura entre os adolescentes e uma alta incidência de infecções transmitidas sexualmente, HIV, SIDA, tuberculose e malária. Outros factores contribuintes são a sexualidade precoce entre os jovens, a exposição a parceiros sexuais múltiplos e o risco aumentado da violência sexual. Menos de 50 por cento de pessoas com idades compreendidas entre os 15–49 anos que se engajam em sexo de alto risco, usam preservativos.

Crianças e jovens também têm desafios sociais e psicossociais que lhes predisõem a distúrbios mentais, tais como a ansiedade e depressão. As crianças, particularmente as que já perderam um membro da família (através da morte), preocupam-se com a sua saúde e a saúde dos seus provedores de cuidados. As crianças e jovens vivendo com HIV ou SIDA têm preocupações particulares, tais como a aderência aos seus regimes de terapia antiretroviral (ARV), preocupação com a contagem CD4 e com a sua incapacidade de adquirir os medicamentos para as infecções oportunistas. O acesso à terapia ARV para as crianças e jovens e a qualidade de cuidados e apoio para os que recebem a terapia, é uma grande área de preocupação na região da SADC.

Em muitos Estados Membros, mais de 20 por cento da população usa água não potável e mais de 50 por cento não tem acesso a facilidades melhoradas de saneamento.

## Segurança alimentar e nutrição

O aumento inédito nos preços globais de alimentação, a mudança global do clima e as calamidades naturais correspondentes estão a impactar particularmente o bem-estar das crianças vulneráveis. Cerca de 36.8 milhões pessoas na região são malnutridas. A nutrição insuficiente de crianças continua a ser indevidamente alta em muitos Estados Membros.

Cerca de 35 por cento da mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade na região da SADC é atribuída à nutrição insuficiente (UNICEF, 2008). Globalmente, “a má nutrição é um factor fundamental em 54 por cento de mortes de crianças na África Oriental e Austral e é particularmente aguda entre as crianças infectadas pelo HIV (Raphael, 2007).” Cerca de 16 por cento de crianças menores de 5 anos de idade sofrem de baixo peso moderado ou grave; 16.5 por cento sofre de emagrecimento e 33 por cento sofre de nanismo (UNICEF, 2010). As deficiências de micronutrientes de preocupação particular na região incluem a disordem das deficiências de iodo, a deficiência da vitamina A e a deficiência do ferro anemia (African Union, 2005).

A falta de alimentação em muitos Estados Membros tem sido uma barreira significativa ao êxito educacional porque as crianças são incapazes de aprenderem se estiverem com fome. Isso afecta o ingresso nas escolas, proezas educacionais e produtividade, deste modo contribuindo ao ciclo de pobreza. Adicionalmente, na região existe uma parceria reconhecida entre o HIV, a insegurança alimentar e a protecção. A fome aumenta a possibilidade de infecção com HIV, porque as pessoas são obrigadas a adoptar estratégias arriscadas para sobreviverem. Certos grupos de crianças são particularmente vulneráveis aos problemas de nutrição. Os bebés (de nascimento à idade de 6 meses) são extremamente vulneráveis se as mães que as amamentam forem incapazes de providenciarem leite suficiente ou quando misturarem o leite materno com outros tipos de leite ou outros substitutos. As crianças mais velhas muitas vezes recebem menos refeições por dia e às vezes consomem comida de baixo valor nutricional.

A insegurança alimentar é caracterizada pelas dimensões do género, porque as mulheres geralmente carregam o fardo das crises a nível familiar e os homens recebem a maior porção da comida disponível.



## Protecção da criança e do jovem

Abriço e vestuário muitas vezes são os maiores problemas para as crianças e jovens que são vulneráveis. Alguns estudos sugerem que as crianças que não têm vestuário apropriado podem sentir-se estigmatizadas e isoladas pelas outras crianças (Dzirikure, 2010), podem desenvolver baixa auto-estima e podem não frequentar ou prestar pouca atenção na escola. As crianças e jovens vulneráveis muitas vezes vivem em famílias excessivamente numerosas e em situações de muita gente que lhes colocam em risco de abuso sexual ou físico e outros problemas relacionados.

Na região, e apesar do progresso de alguns, muitos direitos da criança continuam a ser violados incluindo como resultado de práticas prejudiciais sociais, culturais e religiosas. Os casamentos prematuros são extravagantes na África Austral, em 27 por cento na região (UNICEF, 2009); em alguns países, mais de 60 por cento dos casamentos ocorrem entre raparigas adolescentes. Os casamentos prematuros aumentam a vulnerabilidade das crianças. As raparigas que são casadas a uma idade prematura muitas vezes, são retiradas da escola, deste modo, são negadas educação e isto aumenta a possibilidade de perpetuar o ciclo de privação infantil. Em conjunto com casamentos prematuros, também chega a possibilidade de gravidezes prematuras, com riscos aumentados para a mãe e para a criança. As raparigas que casam-se cedo têm mais possibilidade de casar com homens muito mais velhos que elas, o que lhes colocam num relacionamento com poderes desiguais e aumenta a possibilidade da violência doméstica, incluindo a violação conjugal (UNICEF, 2005). As raparigas que se casam com uma idade menor têm menores possibilidades de possuírem conhecimento necessário para protegerem a sua saúde sexual e reprodutiva. O abuso sexual entre crianças, particularmente raparigas, é de muita preocupação. Em muitos casos, os autores não são reportados.

O registo civil é muito fraco, variando entre 8 por cento e 78 por cento na região, e, com um registo significativamente baixo nas zonas rurais comparado com o registo nas áreas urbanas. O nascimento de mais de 33.6 milhões crianças na África Subsariana, ou 66 por cento, não foi registado. Os desafios são particularmente agudos na República Unida de Tanzânia (onde apenas 8 por cento de crianças foram registadas no nascimento) e em Zâmbia (apenas 10 por cento de crianças foram registadas) (UNICEF, 2008).

Os casamentos prematuros ocorrem mais frequentemente na fracção de 20 por cento dos mais pobres da sociedade, deste modo envolvendo as crianças mais vulneráveis (UNICEF, 2005). Existem mecanismos insuficientes para acomodar as necessidades de pessoas mais tarde ao longo da vida que não foram registadas no nascimento, e para garantir o registo de crianças ilegítimas, crianças de nacionalidades estrangeiras, crianças e jovens imigrantes não acompanhados e crianças que estão separadas dos seus pais. O que também é de particular importância para os órfãos, é o certificado de óbito do progenitor que facilita o seu direito legítimo à propriedade e outras heranças. Muitas crianças e jovens afectadas por conflitos, migração ou SIDA não têm estes documentos.

Herança é um problema crítico para muitos órfãos. Em muitos Estados Membros da SADC, mulheres e crianças não têm o direito legal de reivindicar riqueza ou propriedade, e assim experimentam maior vulnerabilidade e pobreza. Isto, por sua vez, aumenta a possibilidade delas se engajarem em comportamentos arriscados para obterem comida e rendimentos, ou serem exploradas, engajadas em conflitos e violência e se tornarem infectadas pelo HIV ou outras infecções sexualmente transmissíveis. Todavia, os problemas permanecem mesmo nos Estados Membros onde as protecções de herança existem quando as crianças e jovens são incapazes ou não apoiados para seguirem uma acção legal para reterem a sua herança legítima. Em muitos Estados Membros da SADC, 'confiscação de propriedade' na morte de um adulto é uma prática comum, com viúvas, viúvos e crianças escoraçadas para fora de casa pelos familiares do falecido e deixadas desamparadas. As raparigas e crianças ilegítimas tipicamente enfrentam grandes dificuldades na realização dos direitos de herança. Sistemas legais duplos e conflitos subsequentes entre a lei formal e a lei tradicional fazem com que a protecção dos direitos das crianças e mulheres novas seja quase impossível.

A África Subsariana tem uma maior incidência de crianças economicamente activas – 26.4 por cento de todas as crianças de idade entre 5–14 anos, ou 49.3 milhões de crianças. A existência de crianças trabalhadoras é também um facto comum nos Estados Membros da SADC. Isso acontece, particularmente, entre os órfãos ou outras

crianças vulneráveis que são obrigados a trabalharem como resultado da pobreza da família, doença e, em alguns casos, a ausência de um provedor de cuidados adulto. As sociedades na região da SADC colocam um grande valor nas crianças trabalhadoras nos lares ou nas machambas, e isto não é percebido como prejudicial, mas como um trabalho socialmente necessário que beneficia a criança. Contudo, o trabalho é problemático quando é arriscado, interfere na educação da criança ou é prejudicial para o desenvolvimento físico, mental, psicológico ou social da criança. O termo 'trabalho infantil' é tipicamente usado para descrever a exploração económica que é prejudicial ao desenvolvimento de uma criança. As crianças devem ser protegidas do trabalho infantil e apenas podem ser encorajadas a realizarem trabalho consistente com as suas capacidades de realização e quando não infringe os seus direitos.

As crianças e jovens, muitas vezes, atravessam fronteiras sozinhas como uma estratégia de sobrevivência. As razões da migração não acompanhada entre os Estados Membros da SADC incluem a procura de oportunidades de emprego e a procura de familiares depois da morte de um progenitor ou provedor de cuidados (Save the Children UK, 2007). As crianças e jovens são extremamente vulneráveis quando emigram, particularmente nas fronteiras e depois da chegada no país anfitrião. Elas são especialmente vulneráveis ao abuso, violência e exploração devido à sua idade e ao estado da falta de documentação no país anfitrião. A região da SADC é um campo fértil para os traficantes que se capitalizam nas vulnerabilidades criadas pela Guerra, instabilidade política, pobreza indêmica, acesso mínimo à educação e saúde, desigualdade do género, desemprego e a geral falta de oportunidades para a maioria da população, especialmente mulheres e crianças (SADC, 2009).

'Cuidados alternativos' refere-se a orfanatos, crèches, vilas para órfãos e outros cuidados institucionais para crianças, assim como cuidados de acolhimento e adopção. Os cuidados institucionais são amplamente considerados como sendo o 'último recurso' na resposta às necessidades dos cuidados das crianças, principalmente por causa do impacto negativo nas crianças que ficam institucionalizadas por muito tempo. Apesar disto, as facilidades de cuidados residenciais para crianças continuam a emergir na região. Muitas não são registadas, e, como resultado, o serviço delas não

é monitorado e não é apoiado pela providência social nacional ou departamento dos serviços sociais. Além disso, existe uma falta de continuidade de serviços e apoio para crianças que vivem em instituições ou em cuidados de acolhimento logo que estas antigirem 18 anos de idade.

Acolhimento e adoção não parecem ser práticas comuns na região devido a crenças tradicionais e culturais que colocam importância nas relações familiares e dos clãs. Assim, o peso de cuidar muitas vezes cai na família alargada, apesar da pobreza e outros problemas que podem ser contínuos. Todavia, os Estados Membros que permitem adoção têm falta de leis (ou cumprimento das leis existentes) para garantirem que os melhores interesses da criança sejam a consideração suprema em ambas as opções internacionais e nacionais.

As crianças vivendo com deficiências são as mais vulneráveis e tendem a ser mais abusadas e muitas vezes estigmatizadas e discriminadas. De acordo com a UNESCO, 90% das crianças vivendo com deficiências nos países em desenvolvimento não frequentam a escola (UNICEF, 2007).

## **Bem-estar e apoio psicossocial**

Para muitas crianças e jovens, a família e a comunidade providenciam apoio psicossocial necessário que é vital para desenvolver o seu bem-estar. Contudo, os números crescentes de órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis na região prejudicou a sua capacidade de responder às necessidades psicológica, social e espiritual. Isto levou ao desenvolvimento de programas que têm como alvo os OVCY e suas famílias ou provedores de cuidados, particularmente os idosos com intervenções psicossociais.

A região da SADC é lar de cerca de 900,000 crianças seropositivas de idades entre 0–14 anos. Os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis estão a um risco elevado de abuso, exploração, conflitos armados, deslocação, pobreza extrema, falta de cuidados parentais adequados e/ou acontecimentos emocionalmente perturbantes. Algumas crianças e jovens podem continuar a lutar contra as adversidades dentro das suas existentes redes de cuidados, podem não progredir em termos do seu

desenvolvimento ou podem ser incapazes de funcionarem bem como as outras e exigirem cuidados especializados. Tais serviços especializados referenciados são escassos em muitos Estados Membros.

A participação significativa e a comunicação das necessidades e desafios é um componente crucial do bem-estar psicossocial. As crianças mais novas, crianças e jovens que vivem com deficiências, crianças que estão separadas dos seus pais e jovens desempregados que estão fora da escola, entre outros, consideram difícil reivindicarem o seu direito de ser ouvido, tomarem a liderança, por si, de questões relacionadas com o seu desenvolvimento e o desenvolvimento das suas famílias, comunidades e países. Muitos que trabalham com questões de crianças e jovens não estão confiantes em como praticar os ideais da participação significativa e bem informada das crianças e jovens; opiniões variam largamente a respeito dos objectivos específicos da participação dos jovens e as abordagens apropriadas a serem usadas para facilitar a participação efectiva.

## Protecção social

A pobreza é a forma fundamental da vulnerabilidade que muitas vezes causa e reforça todas as outras formas de vulnerabilidade (SADC, 2008). Uma população estimada em dois terços da região da SADC vive abaixo da linha internacional da pobreza, e a pobreza é particularmente aguda entre os grupos vulneráveis, tais como famílias lideradas por pessoas idosas e crianças. É muito alto o nível de desemprego de jovens. Na ausência de redes de segurança, os jovens podem se engajar em comportamentos altamente arriscados, tais como actividades criminosas, sexo transaccional, casamentos prematuros ou abuso de drogas.

Na região da SADC, assim como em muitas partes do mundo, a pobreza é multidimensional, resultando da interacção de muitos factores, incluindo questões nutricionais, falta de acesso ao e/ou baixa qualidade de ensino, falta de oportunidades de emprego e baixo crescimento e productividade industrial. Além disso, a pobreza é, muitas vezes, transmitida de uma geração à outra.

A maioria das crianças e jovens vulneráveis vivem em famílias muito pobres que nunca mais podem conseguir lutar contra as adversidades. Como resultado, elas são privadas dos serviços básicos por longos períodos de tempo. Para tais crianças e jovens, a protecção social é uma maneira de satisfazer as suas necessidades básicas. Contudo, um dos desafios percebidos em relação à transferência social é essa da dependência aparente na recepção contínua. Em muitas localidades remotas, existem poucas oportunidades de meios de sobrevivência (empregos ou comércio). Além disso, os beneficiários muitas vezes recebem pouco apoio para desenvolverem os seus meios de sobrevivência (tais como desenvolvimento de habilidades, créditos ou concessões acessíveis para iniciar um pequeno negócio, provisão de gado, sementes e fertilizantes, etc.).

## 2.2 Progresso e lacunas em abordar a vulnerabilidade das crianças e jovens

A situação de todas as crianças, e OVCY, em particular, é globalmente reconhecida e articulada em muitos compromissos e declarações, incluindo: A Declaração do Milénio (2000), a Cimeira Mundial (2005), a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, Sessões Especiais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre o HIV e SIDA (2001) e sobre as Crianças (2002), a Declaração de Abuja, a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, a Carta Africana para os Direitos e Bem-estar da Criança (ACRWC), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Crianças (CEDAW), o Apelo da União Africana para uma Acção Acelerada sobre a Implementação do Plano de Acção rumo a uma África digna para a Criança (2008–2015), a Segunda Década da União Africana de Educação para África (2006–2015), o Plano Quinquenal da UNESCO para o Plano de Acção para o Reforço da Juventude em África, várias campanhas globais e regionais (tais como a União para crianças, a União contra o SIDA em 2005) e a Carta da Juventude Africana.

Muito trabalho tem sido feito para melhorar a situação dos órfãos e outras crianças vulneráveis na região. Um foco sobre as crianças é enfatizado nos documentos de política e estratégia da SADC. Estes incluem protocolos sobre a educação e formação, saúde, igualdade e desenvolvimento do género; as Declarações da SADC sobre a agricultura e a segurança alimentar, HIV e SIDA, a eradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável; a Carta sobre os Direitos Sociais Fundamentais; e códigos sobre a segurança social, incluindo a protecção social e trabalho infantil (2008). Todos os Estados Membros da SADC ratificaram o CRC, e todos, com a excepção de um, ratificaram o ACRWC.

Os relatórios dos Estados Membros da SADC e dos parceiros internacionais indicam que existem bolsas de boa prática, muitas delas não foram formalmente documentadas ou compartilhadas. Progresso significativo, por exemplo, foi feito no domínio do melhoramento das políticas. Especificamente, a maioria dos países desenvolveu ou está a desenvolver um plano de acção nacional com os custos orçamentados (NPA), que é crítico para a providência de um quadro de acção para os governos e a sociedade civil que expõe as estratégias, actividades e responsabilidades para os cuidados e apoio das crianças. Alguns Estados Membros da SADC movimentam-se cada vez mais e estão a integrar abordagens para a mitigação da vulnerabilidade em legislação abrangente (tais como uma Lei das Crianças) e nas estratégias nacionais para a redução da pobreza. A adopção da Carta da Juventude Africana pelos Chefes de Estado da União Africana em 2006 criou um senso de urgência e uma priorização das questões do desenvolvimento da juventude no continente em geral e na região da SADC em particular. Os Estados Membros da SADC estão cada vez mais a ratificar e integrar a Carta no seio doméstico e estabelecer os instrumentos e estruturas nacionais relevantes para acelerar o desenvolvimento da juventude.

Existem exemplos positivos da educação não-formal para crianças e jovens que estão fora da escola, embora muitas vezes estes forem em pequena escala. Ganhos no acesso do tratamento do HIV e SIDA mantiveram centenas de pessoas vivas. Todos os Estados Membros têm quadros legais para garantir o registo obrigatório de nascimentos.

Um número considerável de países está a reconhecer o nível crítico da má nutrição crónica que se manteve estagnante ou está a aumentar em alguns Estados Membros – com consequências graves, de grande alcance e irresistíveis no desenvolvimento da criança. Estes países estão a desenvolver estratégias nacionais de nutrição abrangente com o fim de aumentar a escala das intervenções principais integradas de nutrição.

Os Estados Membros da SADC introduziram sistemas de transferência social para as pessoas vulneráveis (famílias ou reformados, muitos dos quais estão a cuidar dos órfãos) de maneiras diferentes. Embora pareça ser muito pequeno o valor destas transferências, elas mostraram um impacto considerável nas vidas dos beneficiários, incluindo a redução da má nutrição, redução do trabalho infantil e aumento da frequência escolar. Na África do Sul, por exemplo, o sistema da transferência social de dinheiro reduziu a lacuna da pobreza por 45 por cento, e em Moçambique o programa urbano de transferência de dinheiro aumentou o rendimento das famílias nas cidades pobres por 41 por cento. Os programas de transferência de dinheiro no Malawi resultaram num estado nutricional melhorado entre crianças devido ao aumento da dieta diversificada, com menos doenças entre as crianças e uma redução no trabalho infantil.

Todavia, lacunas significativas continuam a existir, e há uma separação entre a política e a prática. As boas práticas existentes não são colocadas na escala e não são compartilhadas amplamente. Criticamente, as crianças mais novas e crianças e jovens com deficiências são na maior parte ignoradas em muitos programas, e não existe uma continuação da prestação de serviços para crianças vulneráveis logo que estas antigirem 18 anos de idade. Um número excessivo de jovens ainda é negado os seus direitos. Os existentes esforços baseados em sectores são tipicamente generalizados para todas as crianças, sem um foco específico nos que vivem na adversidade, são privados e mais vulneráveis. A tomada de decisões na planificação e monitoria e avaliação muitas vezes não é baseada em dados adequados e confiáveis.

Mais ainda, os NPA não providenciam uma abordagem padronizada e adaptável para fornecer serviços abrangentes aos OVCY. A actual prestação de serviços em cada



Estado Membro da SADC é muito fragmentada, a curto prazo ou inadequada para responder à complexidade das necessidades dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. A maioria dos serviços é fornecida através de uma abordagem do sector vertical e, diferentes prestadores de serviços não coordenam os seus esforços para garantirem serviços básicos para crianças e jovens.

A maioria de crianças que recentemente ficaram órfãos é cuidada em situações de famílias alargadas que providencia abrigo e, com alguma sorte, relacionamentos carinhosos; mas em alguns casos, estas famílias não ganham receitas suficientes e as crianças podem não ter comida nutritiva para comerem e tem a possibilidade de deixar de frequentar a escola e procurarem empregos arriscados. A casa ou mesmo a escola podem não fornecer relacionamentos seguros nem de confiança. Uma criança recentemente órfã pode tomar responsabilidades de chefe de família para cuidar e velar pelo crescimento dos irmãos. Ou uma criança recentemente órfã pode não encontrar abrigo.

# 3. Conceito e princípios directivos dos Serviços do Pacote Mínimo

---

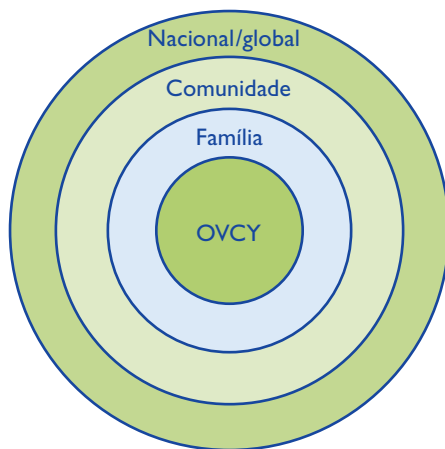
## 3.1 Conceito directivo: providência do serviço abrangente

O Pacote Mínimo é orientado por 'sistemas', o que significa que reconhece que as necessidades das e os serviços para crianças e jovens são muitas, muitas vezes complexas e interrelacionadas. O ambiente da providência de cuidados e apoio também é complexo. Portanto, os serviços para crianças e jovens vulneráveis não podem ser prestados como sendo produtos únicos ou por um sector ou provedor de serviços autónomo de maneira simplista. Diferentes prestadores de serviços são esperados a 'unir' os seus esforços para fornecerem todos os serviços básicos de maneira holística. "Em todas as instâncias de prestação de serviços, esforços devem ser envidados para garantir que as outras necessidades da criança ou do jovem sejam estabelecidas e cumpridas nesse ponto de tempo ou referenciadas a outros prestadores de serviços para cumprí-las" (Dzirikure, 2010). Estas ligações e referências formam as bases para uma abordagem coordenada para a prestação de serviços abrangentes para as crianças e jovens vulneráveis.

A prestação de serviços abrangentes refere-se à resposta das necessidades básicas de maneira holística e complementar. Reconhece que a maioria das crianças e jovens vive em famílias (incluindo alargadas ou de acolhimento), que, por sua vez, são apoiadas pelas comunidades e pelos amplos sistemas de apoio nacional e global, conforme o ilustrado na figura 1. Deste modo as crianças e jovens vulneráveis são melhor cuidadas ao nível familiar e comunitário. Todavia, porque o seu sistema imediato de cuidados e apoio (família) já não consegue lutar contra a adversidade, outros níveis externos de apoio podem ser considerados. O Pacote Mínimo trata-se de uma abordagem baseada

em direitos para o desenvolvimento da criança e do jovem, que considera as crianças e jovens vulneráveis como tendo direitos aos serviços básicos. Eles não podem ser considerados como objectos de caridade para serem lamentados e serem assistidos como e quando conveniente.

### Figura 1: Níveis de prestação de serviços para órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis



Adultos, família, comunidade, sistemas de apoio nacional e internacional são considerados como portadores de obrigações com a obrigação de cumprir os direitos e as necessidades não alcançadas das crianças e jovens. Por exemplo, quando os cuidados e apoio imediato da família já não pode lutar contra a adversidade, o próximo nível dos portadores de obrigações – a comunidade, sociedade civil e organizações baseadas na fé, o sector privado, estruturas governamentais locais e nacionais e a comunidade internacional devem assumir a responsabilidade de uma criança ou jovem. Além disso, os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis são considerados como um recurso. Eles devem ser reforçados (consistentes com as suas capacidades involventes) e assumirem responsabilidades para desempenharem um papel sustentável na prestação dos serviços que eles necessitam.

## 3.2 Princípios directivos

O Pacote Mínimo está baseado em princípios directivos que definem os valores que devem ser aderidos quando se providenciam serviços para os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis na região da SADC. De uma maneira, os princípios formam a base para a determinação da qualidade de serviços. Estes princípios directivos têm a intenção de apoiar e não transgredir os princípios já existentes a nível nacional e os que estão detalhados nos acordos internacionais. Mais especificamente, no mínimo, os seguintes princípios igualmente importantes são integrais a quaisquer esforços em prol da prestação de serviços abrangentes para as crianças e jovens vulneráveis. Recomenda-se que os mesmos sejam incluídos e levados em consideração quando se aplica o Pacote Mínimo em todos os níveis – internacional, regional, nacional, de facilidade, comunitário e familiar ou na elaboração de políticas, esforços de pesquisa ou de advocacia. A maioria dos princípios tem as suas origens no Quadro e Programa Estratégico da Acção da SADC, 2008–2015: Cuidados e Apoio Abrangente para OVCY.

- **Programação integrada e holística** – as políticas, estratégias e programas devem promover serviços básicos abrangentes para crianças e jovens vulneráveis (abordagem da 'criança por completo'). Todos os prestadores de serviços, incluindo o governo, a sociedade civil e o sector privado, devem coordenar os seus esforços e colaborar sempre para garantirem um sistema de referência e esforços complementares, entre eles.
- **Centrado na criança e nos direitos humanos** – As intervenções devem mobilizar os adultos (prestadores de serviços, pais e outras pessoas que têm obrigações e responsabilidades de providenciarem cuidado e apoio (portadores de obrigações), crianças e jovens (baseados nas suas capacidades envolventes) de desempenharem os seus papéis e responsabilidades de alcançarem as necessidades de desenvolvimento de todas as crianças e jovens. Todos os prestadores de serviços de desenvolvimento devem agir no melhor interesse das crianças e jovens que servem, com a visão de proteger, promover e fazer cumprir os seus direitos.

- **Perspectiva de desenvolvimento** – as intervenções devem reconhecer as crianças e jovens como uma massa crítica do potencial humano ao invés de colectivos de problemas e devem reforçar e criar as suas capacidades para realizarem o seu potencial humano completo (físico, psicológico, moral, espiritual, emocional, económico e político). Elas devem promover a compreensão de direitos e responsabilidades numa idade jovem. Os serviços devem considerar as necessidades específicas da idade das crianças e jovens.
- **Inclusão e não discriminação** – os elaboradores de políticas, planificadores de programas e fornecedores de serviços devem considerar a não discriminação em todas as formas, incluindo na base do sexo, idade, língua, religião, estatuto sócio-económico, grupo cultural, etnia e estatuto de deficiente, particularmente a respeito da disponibilidade e aplicabilidade dos serviços, e garantir que os recursos e serviços cruciais ao desenvolvimento estejam disponíveis para todas as crianças e jovens.
- **Sensibilidade do género** – as políticas, estratégias e intervenções devem considerar as necessidades específicas do género, dos rapazes e das raparigas e das mulheres e dos homens em todos os níveis de planificação, implementação, monitoria e avaliação.
- **Participativo** – as crianças, jovens e comunidades devem participar activamente no desenvolvimento de políticas, estratégias, programas, metodologias e instrumentos que lhes afectam e não devem ser recipientes passivos. As intervenções devem ser lideradas, informadas e pertencentes aos beneficiários e comunidades, reforçando a crença de que as famílias e comunidades são a primeira linha de resposta. Os programas e serviços devem ser desenhados para estarem centrados na criança e jovem. Encoraja-se a participação igual de todas as crianças e jovens, em todas as actividades, incluindo as actividades que tradicionalmente eram para 'masculinos' ou 'femininos'.

- **Transparente** – Todas as instituições devem operar de maneira aberta e responsável. Deve-se estabelecer mecanismos que garantem a prestação de contas a comunidades, crianças e jovens que são visados pelos programas de desenvolvimento. Diferentes prestadores de serviços devem compartilhar os seus esforços e experiências mutuamente, para facilitar a sinergia.
- **Baseado na evidência** – os programas devem ser específicos e informados no contexto pela evidência das famílias, comunidades, países e região. Tal evidência deve ser documentada e compartilhada dentro de uma rede ampla.
- **Sustentabilidade** – as intervenções e serviços devem providenciar benefícios a longo prazo para crianças e jovens, incluindo benefícios que têm potencial de durar para sempre. Uma continuidade de serviços adequados deve ser garantida continuamente, evitando processos de entrega de serviços a curto prazo que forem orientados por projectos. É importante reforçar a capacidade das famílias e comunidades de fornecer os serviços necessitados pelas crianças e jovens para garantir a sustentabilidade a longo prazo. Isto inclui também reforçar as crianças e jovens com habilidades e oportunidades de auto-resiliência que irão garantir a geração de receitas e rendimentos.

# 4. Necessidades essenciais e serviços para órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis

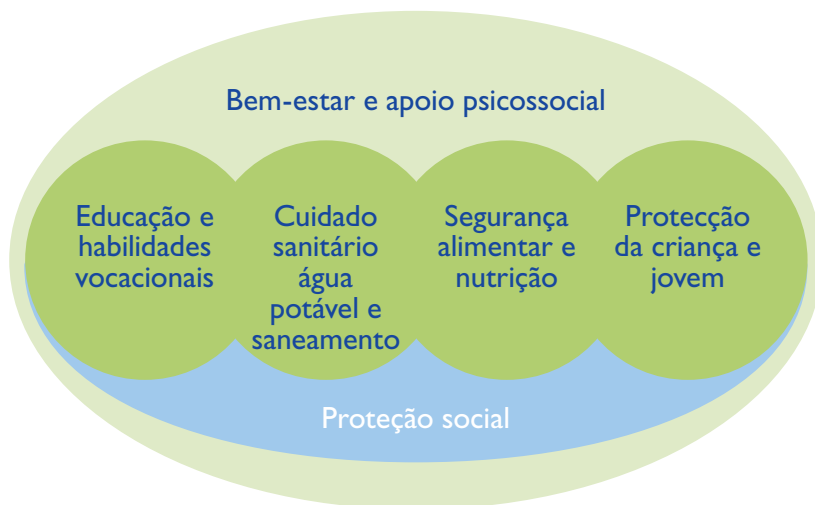
---

## 4.1 Introdução

Um serviço básico neste contexto é um recurso mínimo absoluto sobre o qual os seres humanos, especialmente crianças e jovens, dependem para sobreviver, alcançar o bem-estar e realizarem suas capacidades físicas, psicológicas, sociais e espirituais por completo a longo prazo e viverem uma vida completa e gratificante. Esse recurso, muitas vezes, está em forma de bem consumível ou serviço. A ausência de um serviço básico é geralmente usada como uma indicação de pobreza absoluta. A sua ausência ameaça a vida ou compromete o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens. De facto, a ausência de um serviço pode ameaçar ou resultar na inversão de outros serviços que podem estar disponíveis. Deste modo, é importante que todos os serviços sejam disponibilizados de maneira abrangente e holística, sempre.

Consistente com a meta de integração e desenvolvimento regional da comunidade da SADC, os Estados Membros devem evitar esforços para providenciarem serviços básicos abrangentes para todas as crianças e jovens na região. A SADC definiu um conjunto de serviços essenciais ou básicos que todas as crianças e jovens, incluindo os que são vulneráveis na região, devem receber para serem capazes de alcançarem o seu desenvolvimento óptimo. Estes serviços essenciais estão agrupados em seis áreas primárias, conforme o resumo na figura 2: i) habilidades educacionais e vocacionais, ii) cuidados sanitários, água potável e saneamento, iii) segurança alimentar e nutrição, iv) protecção da criança e jovem, v) bem-estar e apoio psicossocial e vi) protecção social.

**Figura 2:** Necessidades principais e áreas de serviço dentro do Pacote Mínimo



Conforme o ilustrado na figura 2, todas as formas de protecção social sustentam todos os outros serviços, possibilitando a recuperação e o sustento das necessidades e serviços privados das crianças e jovens mais pobres. O bem-estar e apoio psicossocial é uma necessidade e serviço básico que se coloca autónomo, assim como um componente integral e interligado das outras necessidades e serviços básicos.



## 4.2 Resultados desejados

Quando o Pacote Mínimo é implementado por completo na região, se espera obter os seguintes benefícios:

- Todas as crianças vulneráveis de idade entre 0–8 anos obtenham os cuidados e estímulo que precisam para se desenvolverem normalmente.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis sejam matriculados, frequentem e progridem na escola (crèche, escola primária e secundária) e/ou no ensino terciário, formação profissional ou não-formal que lhes prepara para ganharem um rendimento.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis e os seus provedores de cuidados, quando apropriado, têm acesso aos cuidados de saúde preventiva e curativa incluindo os relacionados com HIV e SIDA, água potável e serviços de saneamento.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis recebam alimentação diária nutritiva adequada.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis sejam protegidas contra todas as formas de exploração, tratamento injusto e ofensas e tenham uma identidade nacional, vestuário e abrigo apropriados.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis e suas famílias ou provedores de cuidados sejam garantidos um padrão de vida aceitável através de um sistema social de protecção que inclui transferências sociais, sistema social funcional de saúde e outras redes de segurança.
- Todas as crianças e jovens vulneráveis e suas famílias ou provedores de cuidados tenham habilidades da vida e apoio psicossocial necessários para terem vidas saudáveis e produtivas.
- Todos os jovens que concluíram a educação ou formação formal ou informal ou que estão fora da escola sejam capazes de obter um rendimento ou estar engajados numa actividade de sustento de maneira formal ou informal.

## 4.3 Serviços e responsabilidade essencial e complementar

Esta secção delinea os detalhes para cada necessidade e área de serviço principais; as opções e ligações das estratégias de prestação de serviços que podem ser aplicadas são descritas nos anexos A–F. Esta secção mostra os serviços dos componentes que são necessários para responderem a cada uma das necessidades principais. Os serviços dos componentes, todavia, são indicativos e não exaustivos. Actualmente a níveis nacional e regional, estas necessidades e serviços principais são fornecidos através de sectores específicos, mas muitas vezes de maneira vertical e não complementar.

Esta secção também toca em alguns dos serviços complementares que, além dos serviços dos componentes, são necessários para cumprirem cada necessidade principal por completo e de maneira efectiva. A provisão dos serviços complementares muitas vezes cai no mandato dos outros sectores ou actores. A falta destes serviços complementares pode constituir uma barreira ao sector ou actor com o mandato primário para prestar e cumprir uma necessidade ou serviço básico particular.

Embora muitos dos serviços alistados já existem a vários níveis na região, este documento enfatiza que é o fornecimento do pacote abrangente de intervenções que no total pode melhor oferecer bons serviços para as crianças e jovens vulneráveis e privados. Ligações foram feitas entre as áreas dos serviços principais e os alvos dos MDGs, onde for necessário.

O seguinte, portanto, define as necessidades e serviços que devem ser considerados pelos Estados Membros como condições mínimos para as crianças e jovens vulneráveis, em conjunto com os serviços complementares que devem ser alcançados.

## Habilidades educacionais e vocacionais

**A responsabilidade primária** para esta necessidade principal e área de serviço está com os sectores e actores responsáveis pelo desenvolvimento da educação e habilidades. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e do jovem devem ser responsáveis pela advocacia e monitoria para garantir que as crianças e jovens vulneráveis recebam serviços.

A educação básica deve cobrir a crèche para o desenvolvimento da primeira infância e o ensino primário e secundário.

A educação terciária, a formação profissional ou educação não formal devem ser fornecidas para os adolescentes e jovens vulneráveis, baseando-se nos critérios e escolha estabelecidos.

O sector responsável pela educação e desenvolvimento de habilidades deve garantir a provisão de propinas escolares, fardas escolares, materiais escolares (artigos de papelaria e materiais instrucionais), professores habilitados e escolas seguras, habilidades e apoio psicossociais para todas as crianças e jovens e profissionais, formação em empresariado e em meios de subsistência e habilidades de angariação de rendimentos para adolescentes e jovens.

Os programas de educação devem ser desenhados para garantirem acesso à educação apropriada para todos, incluindo estudantes mais velhos, estudantes que voltam à escola, estudantes grávidas, estudantes seropositivos, estudantes com deficiências e crianças e jovens com dificuldades de aprender, no espectro da educação.

**Os serviços complementares** (sem os quais o ensino e aprendizagem efectivos para crianças e jovens vulneráveis não pode acontecer porque eles afectam o acesso às facilidades e oportunidades educacionais, ingresso, retenção e realização) devem ser providenciados quando necessário em colaboração com os outros sectores e actores relevantes. Estes devem incluir políticas e serviços de protecção social que garantem

que as crianças e jovens vulneráveis tenham acesso aos serviços básicos, tais como transferências e subsídios sociais e de dinheiro, desenvolvimento de infraestruturas e transporte, documentos de identidade (certidões de nascimento e certidões de óbito para os pais/provedores de cuidados) e cuidado e apoio psicossocial.

### **MDGs e alvos relacionados:**

- a. Até ao ano 2015, as crianças em todo o mundo, rapazes e raparigas da mesma maneira, serão capazes de concluir um curso completo de ensino primário (Alvo MDG 2A)
  - i. Taxa de ingresso líquida no ensino primário para os OVC
  - ii. Proporção dos alunos OVC iniciando a primeira classe e que antigem a última classe do ensino primário
  - iii. Taxa de frequência na escola dos órfãos comparado, com a taxa da frequência dos alunos não órfãos de idades compreendidas entre os 10–14 anos
  
- b. Eliminar a disparidade de género em todos os níveis de educação até ao ano 2015 (Alvo MDG 3A)
  - i. Taxa do grau de instrução de mulheres e homens com idades compreendidas entre os 15–24 anos
  - ii. Taxa dos órfãos e outras meninas vulneráveis em relação aos rapazes no ensino primário, secundário e educação terciária e nos centros de formação em habilidades vocacionais.

## **Cuidados sanitários, água potável e saneamento**

**A responsabilidade primária** para estes cuidados primários e área de serviço está com os sectores e actores responsáveis pelos cuidados sanitários, fornecimento de água e gestão do ambiente. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e do jovem devem ser responsáveis pela advocacia e monitoria para garantirem que as crianças e jovens vulneráveis recebam serviços.

Os serviços básicos necessários para satisfazer a necessidade de boa saúde e saneamento incluem a vacinação (contra a tuberculose, difteria, tosse convulsa, tétano, poliomielite, sarampo, gripe de hemofilia tipo b); suplementação de micronutrientes, alimentação terapéutica e terapia de rehidratação oral para crianças mais pequenas; tratamento antiretroviral para crianças e jovens seropositivo; protecção e prevenção contra malária, HIV, tuberculose e todas as doenças graves; cuidados sanitários sexuais e reproductivos e provisões apropriadas baseadas na idade para adolescentes e jovens; aconselhamento e apoio para as disordens e problemas psicossociais; fornecimento de água potável; informação e materiais de higiene e saneamento; e controlo da poluição. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e do jovem também desempenham um papel crítico de advocacia e monitoria.

O cuidado sanitário para crianças deve iniciar antes do nascimento com os serviços sanitários maternos de qualidade para recém-nascidos e crianças menores/crianças, incluindo a prevenção da transmissão da mãe para a criança (PMTCT) do HIV, aconselhamento e testagem voluntária do HIV, planeamento familiar, nutrição materna, vacinações e práticas apropriadas de alimentação da criança. A ausência de apoio antes do nascimento e no período neonatal inicial, produzirá um impacto limitado nas altas taxas de mortalidade infantil na região.

As intervenções sanitárias essenciais do Pacote Mínimo estão baseadas nas recomendações da Organização Mundial da Saúde para os custos efectivos da prevenção de mortes e má saúde devido às condições das doenças principais na região da SADC. Actualmente muitos Estados Membros têm sistemas de saúde que estão a fornecer estas intervenções, de maneira geral. Contudo, muitos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis são incapazes de usarem os serviços por causa dos desafios sócio-económicos.

**Os serviços complementares** (sem os quais o acesso universal ao cuidado sanitário, água potável e saneamento não podem ser alcançados) devem ser providenciados quando necessários em colaboração com outros sectores e actores relevantes. Estes incluem serviços sociais de protecção para facilitar o acesso aos serviços de saúde e de

saneamento; educação e campanhas de sensibilização; serviços para os adolescentes e jovens; e serviços de protecção da criança e do jovem; subsídios de alimentação e nutrição; e apoio psicossocial.

### **MDGs e metas relacionadas:**

- a. Reduzir por dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos (Alvo MDG 4A)
  - i. Taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos entre os OVC
  - ii. Taxa de mortalidade infantil entre os OVC
  - iii. Proporção dos OVC com 1 ano de idade vacinados contra sarampo
  
- b. Alcançado até o ano 2015, acesso universal da saúde reprodutiva (Alvo MDG 5B)
  - i. Taxa de prevalência de contraceptivos entre os adolescentes e jovens sexualmente activos
  - ii. Taxa de natalidade dos adolescentes
  - iii. Cobertura do cuidado antenatal para adolescentes e jovens (pelo menos uma visita e pelo menos quatro visitas)
  - iv. Necessidade não satisfeita do planeamento familiar entre os adolescentes e jovens
  
- c. Reduzir para a metade até o ano 2015 e começar a reverter a propagação do HIV (Alvo MDG 6A)
  - i. Prevalência de HIV entre as populações com idade compreendida entre os 15–24 anos
  - ii. Uso do preservativo durante a actividade sexual de alto risco de adolescentes e jovens
  - iii. Proporção da população com idade compreendida entre os 15–24 anos com conhecimento correcto e abrangente sobre o HIV e SIDA
  
- d. Alcançado até o ano 2010, acesso universal ao tratamento antiretroviral e SIDA para todos os que o necessitam (Alvo MDG 6B)
  - i. Proporção de crianças (0–14 anos) e jovens (15–24 anos) com uma infecção avançada de HIV com acesso às drogas antiretrovirais

- e. Reduzir para a metade até o ano 2015 e começar a reverter a incidência de malária e outras doenças principais (Alvo MDG 6C)
  - i. Incidência e taxa de mortalidade associadas a malária entre crianças e jovens
  - ii. Proporção dos OVC menores de 5 anos de idade dormindo dentro de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas
  - iii. Proporção dos OVC menores de 5 anos de idade com fibra e que são tratadas com drogas anti-malária apropriadas
  - iv. incidência, prevalência e taxas de mortalidade devido à tuberculose entre os OVC
  - v. proporção de casos de tuberculose detectados e curados sob tratamento directamente observado de pouca duração entre os OVC
  
- f. Reduzir para a metade até o ano 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e saneamento básico (Alvo MDG 7C)
  - i. Proporção de famílias com OVC usando uma fonte melhorada de água potável
  - ii. Proporção de famílias com OVC usando uma facilidade melhorada de saneamento

## Segurança alimentar e nutrição

**A responsabilidade primária** para esta necessidade principal e área de serviço está com os sectores e actores responsáveis pela agricultura e segurança alimentar. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e jovem devem ser responsáveis pela advocacia e monitoria para garantir que as crianças e jovens vulneráveis recebam serviços.

Os serviços básicos exigidos para a segurança alimentar e nutrição incluem a distribuição de alimentos às famílias vulneráveis; avaliação e monitoria da vulnerabilidade; subsídios de agricultura para as famílias vulneráveis; produção de alimentos, incluindo escolhas políticas e operacionais e a promoção de alimentos ricos em nutrientes.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional define a segurança alimentar como sendo: "*quando todas as pessoas, sempre, têm ambos acesso*

*físico e económico a alimentos suficientes para satisfazerem as suas necessidades dietéticas com a finalidade de ter uma vida saudável e produtiva". De acordo com o Índice Global de Fome do ano 2010, a cobertura universal de um pacote de intervenções preventivas de nutrição para crianças menores de 2 anos de idade pode reduzir o fardo global da infância malnutrida por 25–36 por cento (Instituto de Pesquisa Internacional da Política de Alimentação, 2010).*

A alimentação e nutrição são criticamente importantes para garantir o crescimento e desenvolvimento apropriado de crianças. A nutrição da primeira infância é irreversível e inter-geracional com consequências para a saúde adulta, incluindo capacidade intelectual debilitada, risco aumentado de doenças crónicas relacionadas com a dieta e resiliência reduzida a choques. A falta de alimentação tem sido mostrada como sendo uma barreira significativa ao sucesso educacional porque as crianças são incapazes de aprender quando estão com fome. A mesma afecta também a produtividade adulta. Tudo isso contribui para um ciclo contínuo de pobreza. Políticas de alimentos e agricultura e as directrizes e intervenções da nutrição devem responder às diferentes necessidades nutricionais das comunidades e das crianças de diferentes idades e devem reconhecer que boa nutrição começa antes do nascimento.

**Os serviços complementares** (sem os quais a segurança alimentar e nutrição universal não pode ser alcançada) devem ser providenciados quando necessários em colaboração com os outros sectores e actores relevantes. Estes incluem alimentação suplementar e terapéutica especializada; fornecimento da vitamina A e suplementos de zinco, quando necessário; melhoramento da nutrição das mulheres grávidas e lactadas; promoção do aleitamento materno; educação e aconselhamento sobre nutrição; apoio em protecção social, incluindo a distribuição direccionada de alimentos para as famílias vulneráveis e pobres.

### **MDG e metas relacionadas:**

- a. Reduzir a metade, entre os anos 1990 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome (Meta MDG 1C)
  - i. Prevalência de crianças menores de 5 anos de idade com baixo peso



- ii. Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de alimentos energéticos

## Protecção da criança e jovem

**A responsabilidade primária** para esta necessidade principal e área de serviço está com os sectores e actores responsáveis pelos assuntos nacionais internos e segurança, segurança social e serviços, habitação, desenvolvimento da criança e jovem e a igualdade do género. Outros sectores e actores também podem levar a responsabilidade primária na colaboração mútua.

Abrigo e vestuário, que caem nesta área, podem cada um deles ser considerados como uma necessidade primária. Os serviços específicos incluem a criação de habilidades psicossociais e competências; protecção e reabilitação das ofensas físicas, mentais e psicológicas, e de todas as formas de abuso, incluindo a violência sexual e casamentos prematuros; registo de nascimentos; procura de paridade de famílias e reunificação para as crianças abandonadas e deslocadas; aconselhamento e reabilitação; reivindicações de herança e apoio legal; cuidado alternativo e acesso, particularmente dentro de uma família apoiante ou relacionamento adulto; prevenção do trabalho infantil; protecção e apoio de crianças e jovens com deficiências e protecção contra o tráfico de seres humanos.

A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança explicitamente proíbe as práticas sociais e culturais prejudiciais, incluindo os casamentos prematuros – ela declara 18 anos como a idade mínima para casar.<sup>2</sup> O registo civil é crucial para crianças e jovens para que estes realizarem os seus direitos e acesso aos serviços básicos.

---

2 A Carta Africana da Juventude (Artigo 25) também proíbe práticas sociais e culturais prejudiciais mas não menciona os casamentos prematuros. Contudo, o Artigo 8 sobre a Protecção das Famílias declara que, 'Os jovens, homens e mulheres, de idade completa que se casam devem fazê-lo com base em seu consentimento livre e devem possuir direitos e responsabilidades iguais.'

Ter uma família é considerado a ser a necessidade mais essencial para uma criança; portanto, manter-se com uma família alargada é melhor para o desenvolvimento das crianças em caso de morte ou outro tipo de ausência de ambos os progenitores – mas apenas se essa família providenciar relacionamentos de confiança. O cuidado institucional apenas pode ser usado como último recurso. Através da protecção social, as famílias alargadas podem ser apoiadas a cuidarem de crianças.

### **MDG e meta relacionada:**

- a. Até ao ano 2020, deve se ter alcançado uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões dos habitantes dos bairros miseráveis
  - i. Proporção da população urbana vivendo em bairros miseráveis

**Bem-estar e apoio psicossocial** (para uma compreensão detalhada do apoio psicossocial, refira-se à Estrutura Conceptual Regional para Apoio Psicossocial)

**A responsabilidade primária** para esta necessidade básica é interligada, e é necessário responder a esta necessidade para que todas as outras necessidades básicas sejam satisfeitas e sustentadas. Ela pode ser providenciada primeiramente pela maioria dos sectores e integrada como parte dos seus serviços de rotina. Os serviços necessários para o bem-estar psicossocial são: i) habilidades psicossociais e sociais e conhecimento, ii) bem-estar emocional e espiritual e iii) bem-estar social. Eles incluem amor e cuidado dentro do ambiente familiar; estimulação inicial mental para as crianças em idade escolar; habilidades da vida (necessárias para o crescimento pessoal, compreensão e domínio do ambiente e relacionamentos sociais, económicos, políticos e físicos de uma pessoa); aconselhamento; habilidades parentais para as mães adolescentes e outros provedores de cuidados; habilidades de liderança para adolescentes e jovens; desporto e recreação; comunicação; participação; apoio em desenvolvimento cognitivo para crianças e famílias com deficiências e necessidades especiais; apoio para desenvolver relacionamentos de confiança; apoio para criar consciência e capacidade moral para empatia; comportamentos que estabelecem

o amor incondicional e serviços comunitários incondicionais; e atitudes positivas estimulantes bem como a esperança para o futuro.

As intervenções de apoio psicossocial melhoram o bem-estar psicológico, social, emocional e espiritual das crianças, jovens e provedores de cuidados vulneráveis. As crianças e jovens de diferentes grupos etários exigem serviços psicossociais diferentes por causa das diferentes vulnerabilidades associadas com a sua faixa etária e as necessidades de desenvolvimento. Enquanto houver a necessidade de algum apoio psicossocial especializado, uma abordagem holística e abrangente é melhor servida através da integração do apoio psicossocial em todas as intervenções. Esta abordagem 'dominante' permite muitos pontos de acesso para as crianças e jovens e permite o fornecimento de apoio na comunidade.

## Protecção social

**A responsabilidade primária** é tipicamente providenciada pelos sectores que são responsáveis pela coordenação financeira, desenvolvimento económico e serviços relacionados com a redução da pobreza, assim como doadores, a comunidade empresarial e o sistema de apoio comunitário. Os sectores que coordenam o desenvolvimento da criança e do jovem também desempenham um papel crítico de advocacia e monitoria.

Porque os sistemas familiares imediatos de cuidados e apoio para as crianças e jovens vulneráveis têm a possibilidade de estarem quebrados e já não podem enfrentar as adversidades, eles necessitam de assistência directa externa para retomar os serviços e muitas vezes reabilitarem os casos de privação. A protecção direccionada é essencial para as crianças e jovens vulneráveis.

As transferências de protecção social e os serviços ou intervenções ajudam individuais e famílias a enfrentarem o risco e a adversidade (incluindo emergências) para aliviar a extrema pobreza e a privação e garantir um padrão mínimo de dignidade e bem-estar ao longo do ciclo da vida (UNICEF, 2008). A protecção social pode vir em

formas diferentes, tais como transferências directas de dinheiro ou apoio em espécie para ter melhor acesso aos serviços, sistemas iniciados e conduzidos pela comunidade para apoiar os vulneráveis e os pobres, assistência com actividades de geração de rendimentos ou o acasalamento de famílias lideradas por crianças com um provedor de cuidados atencioso ou instituições para apoio em meios de sobrevivência.

A protecção social pode ser usada para quebrar o ciclo da pobreza, tais como quando as crianças mais velhas e jovens e famílias das crianças vulneráveis são reforçadas com meios de sobrevivência sustentáveis e capacidades de auto-confiança (através de leis, políticas e programas preferenciais). As transferências sociais precisam de ser apoiadas por um sistema efectivo de bem-estar e uma estratégia para a eradicação da pobreza. Um programa de transferência social deve considerar a garantia de auto-sustentação individual e familiar a longo prazo.

### **MDGs e metas relacionados**

- a. Metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujos rendimentos são menos de \$1 por dia
  - i. Proporção de pessoas vivendo com menos de US\$1 (PPP) por dia
  - ii. Taxa da lacuna da pobreza (compartilha do quintil mais pobre no consumo nacional)
  
- b. Alcance de emprego completo e produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens (Meta MDG 1B)
  - i. Taxa de emprego para as populações entre jovens vulneráveis (homens e mulheres)
  
- c. Proporção de jovens vulneráveis (mulheres e homens) vivendo com menos de US\$1.25 por dia
  - i. Em cooperação com as companhias farmacêuticas, providenciar acesso a medicamentos essenciais acessíveis nos países em desenvolvimento
  - ii. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais acessíveis numa base sustentável

# 5. Apoiar e fornecer o Pacote Mínimo de serviços

---

A nível regional, o Pacote Mínimo será apoiado pela orientação e assistência técnica do Secretariado da SADC. Todavia, o fornecimento a nível nacional será da responsabilidade de cada Estado Membro. Inicialmente, é essencial que cada Estado Membro avalie a sua situação corrente e determine os meios mais efectivos para o fornecimento dos serviços essenciais integrados delineados no Pacote Mínimo dentro do seu contexto nacional.

## 5.1 Advocacia

Advocacia é necessária para melhorar a coordenação global e a fiscalização das respostas dos OVCY a nível nacional e sub-nacional. A sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento podem trabalhar juntos para chamarem por uma provisão de um orçamento adicionado de todos os ministérios relevantes para o fornecimento do Pacote Mínimo. Todos os esforços de advocacia devem enfatizar a natureza interrelacionada da resposta e a necessidade para uma resposta completamente integrada.

Mais trabalho deve ser realizado para aumentar o foco e a resposta para jovens vulneráveis. Existem dados insuficientes sobre as necessidades e situação porque as intervenções e os recursos existentes primeiramente focalizaram-se nas crianças. Forte advocacia que liga a situação das crianças e jovens vulneráveis irá ajudar a institucionalizar o conceito das suas vulnerabilidades compartilhadas e a necessidade de continuar com um apoio contínuo durante a transição para a idade adulta.

## 5.2 Desenvolvimento de competências intersectoriais

O Pacote Mínimo está afixado numa abordagem baseada em direitos que reconhecem que as crianças e jovens vulneráveis têm direitos e não são objectos de caridade. Uma compreensão sólida da abordagem centrada na criança e no jovem e a subsequente visão holística das crianças e jovens vulneráveis que deriva desta perspectiva devem sustentar toda a programação. Já não se devem fornecer serviços isoladamente; eles devem ser desenhados com uma profunda consciência de todas as ligações potenciais a outros serviços. Todos os prestadores de serviços devem ter conhecimento do que está disponível nas outras áreas de serviço; os engajamentos regulares entre as áreas de serviços são essenciais para promover e manter os relacionamentos de ligação.

## 5.3 Coordenação e referência

A nível regional e nacional, apoio compreensivo pode ser alcançado através de políticas que consideram os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis e suas famílias ou provedores de cuidados como seu alvo. As análises da situação conduzidas como as bases para o desenvolvimento do Pacote Mínimo confirmaram que é fraca a coordenação global das respostas dos OVCY a ambos níveis nacional e sub-nacional. Para o Pacote Mínimo ser efectivo, a coordenação deve ser reforçada a partir do nível inter-ministerial até ao nível distrital e comunitário, incluindo o desenvolvimento de parcerias efectivas entre o governo, a sociedade civil e o sector privado.

Existe uma necessidade de harmonizar diferentes estruturas e programas que existem para os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis para garantir uma continuidade de serviços que vai para além dos 18 anos de idade e deste modo providenciar apoio adequado para jovens vulneráveis. Mecanismos funcionais de referência e ligações definidas entre os prestadores de serviços são vitais quando se providencia cuidados e apoio abrangentes. O Pacote Mínimo será melhor avançado através do desenvolvimento de uma política geral a nível nacional que endereça as necessidades de ambas crianças e jovens vulneráveis. Este plano nacional deve ser acompanhado

por planos operacionais subsidiários e complementares a nível nacional, distrital e comunitário que são desenvolvidos em conjunto com a comunidade, incluindo os actores da sociedade civil. Estes planos operacionais devem usar instrumentos de referência semelhantes para facilitar a compreensão entre as áreas dos serviços. Os sistemas de referência precisam de ser estabelecidos a nível da comunidade e também ser apoiados a nível distrital e nacional.

## 5.4 Quadro legal

O fornecimento do Pacote Mínimo requer quadros legais apoiados em cada Estado Membro. Estes quadros incluem mandar diferentes actores e sectores a trabalharem colectivamente e de maneira colaborativa sob mecanismos particulares de coordenação que promovem o fornecimento abrangente de serviços para as comunidades vulneráveis. Os quadros devem ser desenhados de acordo com os compromissos feitos pelos Estados Membros através da sua ratificação do CRC, ACRWC e da Carta da Juventude Africana, assim como dos acordos regionais da SADC, incluindo o Quadro Estratégico para Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis. Muitos países fizeram passos largos em questões importantes, tais como as leis da educação primária universal e da herança; contudo, ainda existem lacunas que devem ser endereçadas, especialmente em relação aos direitos de raparigas, crianças com deficiências e a protecção social. Os Estados Membros devem decretar leis e políticas que protegem os direitos de crianças e jovens vulneráveis e garantem o seu acesso a serviços essenciais de qualidade. É necessário reconhecer e endereçar as inconsistências entre os estatutos e a lei tradicional e garantir uma abordagem baseada em direitos. Os prestadores de serviços, outros titulares de obrigações e beneficiários devem ser conscientizados sobre os seus direitos e responsabilidades para assegurar a concretização destes documentos.

## 5.5 Participação e reforço de crianças e jovens, famílias e comunidades

O reforço de crianças, jovens, famílias e comunidades vulneráveis com oportunidades de meios de sobrevivência, tais como a geração de rendimentos em forma de empresariado e habilidades de emprego (através da formação e, onde apropriado, acesso ao crédito acessível), permite-lhes u, melhor acesso a todos os serviços básicos (a nível da família). Os programas de protecção social e políticas e estratégias de oportunidades preferenciais alvos no reforço de crianças e jovens vulneráveis e suas famílias são extremamente úteis para a promoção da auto-confiança e a redução da dependência do apoio ad-hoc imprevisível a longo prazo associado com caridade.

O engajamento de todos os actores, a partir dos beneficiários directos até ao nível regional é essencial para garantir a sustentabilidade e pertença. Todos os actores devem estar envolvidos a partir do início do trabalho de integração do Pacote Mínimo com a finalidade de estabelecer um consenso sobre as abordagens e determinar o que é apropriado e em qual ponto do fornecimento de serviço. Mais ainda, os provedores de cuidados e crianças e jovens vulneráveis têm o direito de serem envolvidos nos programas e políticas de planificação que irão impactar e influenciar as suas vidas. Esta participação irá ajudar a melhorar a qualidade de serviços e garantir que eles estão a ser providenciados de acordo com as necessidades dos beneficiários e de uma maneira social e culturalmente apropriada.

## 5.6 Recursos humanos e financeiros adequados

Para implementar o Pacote Mínimo a nível nacional, deve haver um investimento em capital humano e recursos financeiros suficientes. Tais recursos devem ter o seu foco a longo prazo para aumentar a sustentabilidade da resposta. O desenvolvimento da capacidade humana é também essencial para criar habilidades para fornecer o Pacote Mínimo de maneira efectiva. Isto deve incluir a formação de pessoal para garantir que



os recursos humanos empregues e envolvidos com os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis sejam suficientemente competentes e habilitados de maneira apropriada para o seu papel ou tarefa. Além disso, a certeza da qualidade e imperativos éticos obrigam os governos e os prestadores de serviços a realizarem supervisão adequada e monitorarem as agências e individuais a providenciarem serviços a crianças e jovens vulneráveis e seus provedores de cuidados. Todos os prestadores de serviços e elaboradores de políticas precisam de ser orientados para as práticas do fornecimento abrangente de serviços que a SADC promove.

Os governos nacionais e doadores podem explorar o alinhamento de mecanismos de fundos em prol do fornecimento abrangente de serviços e a integração da programação dos OVCY nos planos nacionais de desenvolvimento. A referida mudança deve garantir que as necessidades colectivas das crianças e jovens sejam priorizadas ao invés dos sectores específicos. Os recursos financeiros devem ser produzidos nas comunidades doadoras nacionais e internacionais e no sector de empresariado pelo governo e organizações não-governamentais.

## 5.7 Parcerias efectivas

Para o êxito dos programas a longo prazo, é necessário ter uma forte ligação entre o governo nacional, o sector privado e a sociedade civil. Actualmente, ambos a sociedade civil e o governo fornecem serviços; estas duas entidades devem trabalhar juntas (planificar, implementar, monitorar e avaliar as políticas, estratégias e programas) para alcançarem as necessidades completas dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis. As acções da sociedade civil devem estar em linha com as políticas e prioridades dos OVCY do governo nacional, desta maneira permitindo a todos os níveis a providência de melhores cuidados e serviços e garantindo a harmonização, cooperação e mecanismos efectivos de referência entre os diferentes prestadores de serviços.

## 6. Gestão, monitoria, avaliação e reportagem do conhecimento

---

Para localizar e identificar crianças e jovens vulneráveis antes deles começarem a ser expostos à privação assim como identificar os que já estão privados, é necessário ter um sistema de monitoria e avaliação e uma gestão robusta de informação com uma capacidade competente de recursos humanos a nível da comunidade. Isto é particularmente importante porque as crianças e jovens podem entrar ou sair da vulnerabilidade em tempos diferentes, dependente da mudança das situações no seu ambiente. O sistema deve ser capaz de localizar a extensão até a qual todos os serviços básicos alcançam os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis; o sistema deve adoptar uma abordagem multisectorial e intersectorial integrada que conhece todos os provedores relevantes e de serviços primários. Através deste sistema, os Estados Membros devem coordenar o progresso da prestação de serviços abrangentes entre os sectores numa maneira coordenada e reportarem a nível nacional e regional.

### 6.1 Gestão do conhecimento

Existe uma necessidade de capturar e compartilhar informação sobre os órfãos e outras crianças vulneráveis a nível nacional e regional. Existe um banco de dados, mas poucos países têm bancos de dados disponíveis. Onde existe, a informação muitas vezes não é compartilhada amplamente, existem questões relacionadas com a tecnologia e a disponibilidade que ainda continuam a ser preocupantes.

Existe um interesse em criar um sistema regional de gestão de conhecimento. Uma variedade de indivíduos consultados (quando se estava a desenvolver o Pacote Mínimo) aconselhou que um sistema de gestão da informação sobre os OVCY deve incluir: estudos

dos OVCY, boas práticas, avaliações, relatórios, bases, indicadores dos OVCY, políticas e quadros para os OVCY, perfis nacionais, números dos OVCY por país, números de individuais que acedem os serviços essenciais, tipos de serviços essenciais disponíveis, números de individuais afectados pela pobreza, HIV ou AIDS, conflitos, deslocação e tráfico de seres humanos.

O referido sistema poderá facilitar o acesso aos bancos de dados, acomodar as avaliações baseadas na efectividade dos custos, facilitar a localidade de questões emergentes em redor dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis e a partilha das práticas regionais e lições aprendidas. A partilha da informação deve ser através de fóruns, conferências, panfletos, boletins informativos, redes de organizações em cada país, a Internet (páginas da Internet e correio electrónico) e relatórios.

Para que os dados sejam agregados a nível nacional e para circular na comunidade, devem existir sistemas de gestão da informação baseados na comunidade. Se as comunidades tiverem a capacidade de analisarem os dados que eles recolhem e medirem os melhoramentos, elas podem melhor conduzir a sua própria advocacia.

## 6.2 Documentação, partilha e uso de práticas que provaram-se ser funcionais

O fornecimento do Pacote Mínimo de maneira abrangente tem a possibilidade de ser realizado usando abordagens diferentes em países e comunidades diferentes. Será importante identificar as metodologias e estratégias que funcionam bem a nível nacional e regional e partilhá-las para a adaptação e graduação.

## 6.3 Monitoria e avaliação

É necessário definir e medir a qualidade e melhoramento em todos os níveis: beneficiários individuais, família, comunidade e sistemas de prestação de serviços.

A nível individual, a criança/jovem/provedor de cuidados beneficiário tem um papel na definição da qualidade na sua perspectiva e provisão de informação durante o processo de medição e no melhoramento dos serviços.

O processo para a reflexão contínua sobre o alcance dos objectivos é vital para o melhoramento da prestação de serviços. As comunidades devem trabalhar com os prestadores de serviços para identificarem as barreiras que impedem a prestação de serviços e trabalharem juntos para endereçarem as lacunas. Um sistema de gestão de informação baseada na comunidade é uma necessidade absoluta.

Os Estados Membros devem concordar sobre a frequência na qual o Pacote Mínimo deve ser monitorado. Este pode ser incorporado como parte das existentes actividades de monitoria, tais como a integração dos indicadores no Sistema de Gestão da Informação da Educação (EMIS), no Sistema de Gestão da Informação de Saúde (HMIS) e nas Inspeções Demográficas e de Saúde (DHS)). A monitoria pode ser realizada através do uso das listas de controlo, inspeções ou avaliações completas. Esta monitoria regular é crucial para a identificação das lacunas e das barreiras à provisão que podem ser corrigidas com tempo.

Mais detalhes sobre a monitoria e avaliação do Pacote Mínimo estão articulados no Plano do Quadro de Monitoria e Avaliação e Capacitação para Órfãos e Outras Crianças e Jovens Vulneráveis.

## 6.4 Indicadores de desenvolvimento

Para medir o progresso do fornecimento do Pacote Mínimo, é necessário ter um conjunto de indicadores. Estes indicadores podem mudar com tempo. A monitoria do fornecimento do Pacote Mínimo irá providenciar um sentido do progresso em prol do alcance dos indicadores MDG. Os programas que seguem estes padrões devem, deste modo, adoptar indicadores que são fáceis de medir dentro do contexto do seu programa e não necessariamente precisarem de avaliações de grande escala para mostrar evidência.

Para implementar um programa que leva uma abordagem apropriada em termos de desenvolvimento, é necessário monitorar os resultados usando a separação da idade e do género. Os indicadores dos OVCY que estão separados em idade e género devem ser integrados nos planos estratégicos e nos sistemas existentes de gestão da informação (tais como HMIS, EMIS e DHS).

## Propostas dos exemplos dos indicadores nacionais

Os exemplos dos indicadores estão propostos nas seguintes secções que podem ser usadas para a monitoria e avaliação a nível nacional. Os indicadores para medir e localizar mudanças na protecção social precisam de ser desenvolvidos em linha com os padrões internacional e nacional. É necessário monitorar os resultados usando a separação da idade e do género, deste modo, os indicadores e os processos de recolha de dados devem separar a idade e o género.

Dois indicadores interligados serão constantemente medidos para todos os serviços, da seguinte maneira:

- A proporção de crianças e jovens vulneráveis que é referenciada com êxito para um ou mais serviços básicos do Pacote Mínimo. Estas referências terão dois aspectos, a medição do número de referências recebidas por um prestador específico de serviços ou sector e o número de referências para outros sectores, calculado por um prestador específico de serviços ou sector.
- Uma índice compósita pode ser medida sobre o ponto até qual os prestadores de serviços aderem aos princípios de fornecimento abrangente de serviços do Pacote Mínimo.

## Indicadores da Educação e habilidades vocacionais

Abaixo há sugestões dos indicadores para a monitoria e avaliação da provisão dos serviços de educação e habilidades profissionais:

Exemplos de Indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção dos OVCY que frequentam a escola regularmente</li><li>• Taxas de graduação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção dos OVCY matriculados na crèche, escola ou uma instituição profissional</li><li>• Proporção de crianças que recebem serviços ECED</li><li>• Proporção dos OVCY que passam para a classe seguinte</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis na escola referenciados exitosamente para outros serviços básicos</li></ul>

## Indicadores de Saúde, água potável e saneamento

Abaixo seguem sugestões dos indicadores para a monitoria e avaliação da provisão de cuidados sanitários e serviços relacionados com o saneamento:

Exemplos de indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Taxa de mortalidade abaixo de 5</li><li>• Taxa da mortalidade infantil</li><li>• Proporção de crianças com 1 ano de idade que foram vacinadas contra sarampo</li><li>• Taxa de prevalência de contraceptivos</li><li>• Taxa de natalidade de adolescentes</li><li>• Cobertura de cuidados prénatais (pelo menos uma visita)</li><li>• Proporção de crianças menores de 5 anos de idade que dormem dentro das redes mosquiteiras tratadas com insecticidas</li><li>• Proporção de crianças menores de 5 anos de idade com febre, que são tratadas com medicamentos apropriados contra malária</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção de crianças com idades entre 0–5 anos com vacinação completa no primeiro ano</li><li>• Proporção de OVC com crescimento normal de acordo com a idade</li><li>• Redução da percentagem em número de mulheres e raparigas que reportam falta de acesso de pensos higiénicos, sabão e outros requisitos básicos para a higiene feminina</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis referenciados exitosamente para tratamento e serviços sanitários e outros serviços básicos</li></ul>

## Indicadores da segurança alimentar e nutrição

Abaixo seguem sugestões dos indicadores para a monitoria e avaliação da provisão da segurança alimentar e serviços relacionados com a nutrição:

Exemplos de Indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Baixo peso no nascimento</li><li>• Aleitamento maternal exclusivo</li><li>• Deficiência de iodo</li><li>• Suplementação da vitamina A</li><li>• Deficiência de ferro e anémia</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção de OVC com idades compreendidas entre 0–5 anos cujos cartões de saúde reflectem um crescimento normal para a idade</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis referenciados exitosamente para serviços sanitários, saneamento e outros serviços básicos</li><li>• Proporção de famílias vulneráveis com acesso a alimentos nutritivos</li><li>• Proporção de jovens e famílias de órfãos e outras crianças ou jovens vulneráveis rurais com acesso a terra para a agricultura e tecnologias agrícolas</li></ul>



## Indicadores da protecção da criança e jovem

Abaixo seguem sugestões dos indicadores para a monitoria e avaliação da provisão dos serviços de protecção da criança e jovem:

Exemplos de Indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Número de países com mecanismos para identificar e resolver casos registados de abuso</li><li>• Proporção de OVCY que recebem cuidados institucionais</li><li>• Proporção de raparigas adolescentes que ficam grávidas e casam-se</li><li>• Proporção de famílias lideradas por crianças</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção de OVCY que informam de abuso e cujos casos são resolvidos</li><li>• Proporção de OVCY que informam que receberam apoio em materiais básicos</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis referenciados exitosamente para os serviços de protecção da criança e jovem e outros serviços básicos</li><li>• Proporção de crianças cujos nascimentos estão registados</li><li>• Proporção de crianças e jovens nos conflitos armados ou situações de emergência que recebem necessidades básicas</li><li>• Número de novos OVCY que recebem apoio psicossocial</li><li>• Número de novos OVCY que recebem assistência legal</li><li>• Número de crianças que viviam fora do cuidado familiar e que recentemente foram integradas num ambiente familiar</li><li>• Proporção de crianças e jovens com deficiências que recebem assistência especializada</li><li>• Número de novos OVCY providenciados com assistência em residência ou abrigo</li><li>• Proporção de crianças e jovens removidos de situações de trabalho arriscado</li></ul>

## Indicadores do apoio psicossocial e bem-estar

Em abaixo seguem sugestões dos indicadores a usar quando monitorar e avaliar a prestação abrangente dos serviços de apoio psicossocial a crianças e jovens vulneráveis.

Exemplos de indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção de crianças e jovens e seus provedores de cuidados expostos a abuso, trauma, conflitos armados ou uma situação de emergência que reportam ter recebido uma gama apropriada de serviços de apoio psicossocial (PSS)</li><li>• Proporção de crianças e jovens que recebem serviços PSS e que informam que têm um senso de segurança, auto-confiança e esperança para o futuro</li><li>• Proporção de OVCY que informam sua prontidão e vontade de tomarem responsabilidade social e um papel de liderança definido dentro da família ou comunidade</li><li>• Proporção de OVCY que reportam formar e manter relacionamentos positivos com os provedores de cuidados, colegas e membros da comunidade em seu redor depois de receberem os serviços PSS</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número de países com legislação, política ou estruturas programáticas sobre a prevenção, protecção, tratamento e reabilitação de crianças e jovens abusados</li><li>• Número de OVCY, membros de famílias e provedores de cuidados que receberam formação básica em serviços PSS</li><li>• Proporção de sectores ou prestadores de serviços que dão apoio psicossocial e todos os programas de cuidados e apoio para crianças e jovens</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis referenciados exitosamente para serviços PSS e outros serviços básicos</li><li>• Índice da capacidade institucional para a providência do apoio psicossocial</li></ul>

## Indicadores da protecção social

Abaixo eis sugestões dos indicadores para uso na monitoria e avaliação da prestação dos serviços de protecção social:

Exemplos de indicadores	
Indicador nacional	Indicador do programa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Taxa de desemprego de jovens</li><li>• Proporção de famílias lideradas por jovens (com idades compreendidas entre 18–25 anos) e outras pessoas sem nenhuma fonte de rendimento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporção de jovens vulneráveis que recebem apoio para a geração de rendimento</li><li>• Proporção de jovens engajados em actividades de geração de rendimento</li><li>• Proporção de OVC que recebem dinheiro ou outras transferências sociais</li><li>• Número de sectores ou ministérios governamentais que registam apoio direccionado para os OVCY e suas famílias/provedores de cuidados</li><li>• Proporção de crianças e jovens vulneráveis referenciados exitosamente para os serviços de protecção social e outros serviços básicos</li></ul>

# Referências



União Africana, *Food Security Assessment Research*, 2005.

União Africana, *African Youth Charter*, Comissão da União Africana, Addis Ababa, 2006.

Declaração de Alma Ata: Wikipedia. Alma Ata Declaration. [en.wikipedia.org/wiki/Alma\\_Atta\\_Declaration](https://en.wikipedia.org/wiki/Alma_Atta_Declaration)

Antonovsky, A., *Health, stress and coping*, San Francisco: Jossey- Bass, 1979.

Csaky, C., *Keeping Children Out Of Harmful Institutions*. Save the Children UK e a Save the Children Child Protection Initiative.

Dawes, A., *Report on the Child and Adolescent Mental Health Policy Guidelines Workshop*, Estudo financiado pelo Departamento Nacional da Saúde, África do Sul, Biblioteca do HSRC, Cidade do Cabo, 2003.

Dzirikure, M., "Towards A Management Approach for Sustainable Social Development Programmes for Orphans in Southern Africa: Application of Systems Theory", Tese Doutoral em *Leadership Studies*, Universidade de Kwazulu Natal, Durban, 2010.

Geoff Foster, *Bottlenecks and Drip-feeds: Channelling resources to communities responding to orphans and vulnerable children in southern Africa*, Save the Children Fund, Londres, 2005.

Glynis Clacherty, *Poverty Made this Decision for Me: Children in Musina: Their experiences and needs*, 2003.

Hermann, H., Saxena, S., Moddie, R., eds., *Promoting Mental Health, Concepts, Emerging Evidence and Practice*, 2005. Disponível neste sítio: [www.who.int/mental\\_health/evidence/promoting\\_mhh.pdf](http://www.who.int/mental_health/evidence/promoting_mhh.pdf)

Inter-Agency Task Team on HIV & Young People, *Overview of HIV interventions for young people guidance brief*, 2008.

International Food Policy Research Institute, Concern Worldwide and Welthungerhilfe, "Global Hunger Index: The Challenge of Hunger – focus on the Challenge of child under-nutrition", IFPRI Brief Issue 65, October 2010:6.

Organização da Unidade Africana, Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, Comissão da OUA, ,Addis Ababa, 1999.

Pinheiro, P.S., *World Report on Violence Against Children 2006*. Perito Independente para o Estudo sobre a Violência contra a Criança do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2006.

Psychosocial Working Group, *Psychosocial intervention in complex emergencies*, The Psychosocial Working Group Session, Outubro de 2008, Edinburgh.

Raphael, A., *Children and AIDS: Scaling up UNICEF's response in Eastern and Southern Africa*, UNICEF, Nairobi, 2007.

REPSSI, *Glossary of Key and Related Psychosocial Terms*, REPSSI, Joanesburgo, 2010.

SADC, *Comprehensive Care and Support for OVC & Y in the SADC: Strategic framework and programme of action 2008-2015*, Secretariado da SADC, Gaborone, 2008.

SADC, "SADC Protocol of Gender and Development", Secretariado da SADC, Gaborone, 2008.

SADC, "Ten-Year SADC Strategic Plan of Action on Combating Trafficking in Persons, Especially Women and Children (2009-2019)", Secretariado da SADC, Gaborone, 2009.

Save the Children UK, *Care for Children Infected and Those Affected by HIV/AIDS: A Handbook for Community Health Workers*, Kampala, Uganda, 2003.

Save the Children UK, *Children on the Move*, 2007.

The Hague Convention on Protection of Children and Co-operation in Respect of Inter-country Adoption, 1993 (entrou em vigência em 1995)

ONUSIDA, a Organização Mundial da Saúde e UNICEF, *Towards Universal Access: Scaling up priority HIV AND AIDS interventions in the health sector: Progress report*, UNAIDS, Genebra, 2009.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Human Development Report, 2008.

UNESCO, 2008 [stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx](http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx)

Organização das Nações Unidas, Convenção sobre os Direitos da Criança, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, 1989.

UNICEF, *Children on the Brink*, UNICEF, Nova Iorque, 2004.

UNICEF, *Early Marriage: A harmful traditional practice: a statistical exploration*, 2005. Disponível neste sítio web: [www.ilo.org/ipecc/Regionsandcountries/Africa/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/ipecc/Regionsandcountries/Africa/lang--en/index.htm)

UNICEF, *Africa's Orphaned and Vulnerable Generations: Children affected by AIDS*. UNICEF, ONUSIDA e PEPFAR, Nova Iorque, 2006.

UNICEF, *Children with Disabilities: Ending discrimination and promoting participation, development, and inclusion*, Guiões Programáticos da UNICEF, 2007.

UNICEF, *Social Protection in Eastern and Southern Africa: A framework and strategy for UNICEF*, UNICEF ESARO, Nairobi, 2008.

UNICEF, *The State of Africa's Children 2008: Child survival*, UNICEF, Nova Iorque, 2008.

UNICEF, *Children and AIDS: Fourth stocktaking report*, UNICEF, Nova Iorque, 2009.

UNICEF, *State of the World's Children Report*, UNICEF, Nova Iorque, 2009

UNICEF, ONUSIDA, OMS e UNFPA, *Children and AIDS: Fourth stocktaking report*. UNICEF, Nova Iorque, 2009.

UNICEF, *State of the World's Children 2010*, UNICEF, 2010.

UNICEF-ESARO, [www.unicef.org/infobycountry/esaro.html](http://www.unicef.org/infobycountry/esaro.html)

Organização Mundial da Saúde, *Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women*, 2005.

Organização Mundial da Saúde, *World Health Statistics 2009*, OMS, Genebra, 2009.

Organização Mundial da Saúde, *World Health Statistics 2010*, OMS, Genebra, 2010.

# Anexo: Matrizes detalhadas de serviços básicos e complementares

---

As matrizes são apresentadas para cada área de necessidade e serviço principal e os anexos estão organizados de A–F.

Cada matriz consiste em cinco secções: o desafio ou lacuna que precisa de ser endereçado, o serviço necessário, quem tem a responsabilidade de fornecê-lo, como é que o mesmo pode ser fornecido e quais outros sectores ou serviços complementares ligados com estes, conforme as seguintes explicações:

**Desafio** cita a lacuna ou questão actual que precisa de ser endereçada e que compromete o acesso a necessidades ou serviços básicos às crianças e jovens vulneráveis. Estes também podem ser descritos como barreiras que dificultam a prestação efectiva dos serviços que caem dentro do mandato dos prestadores ou sectores específicos de serviços.

**Serviço** cita a meta ou a actividade específica para endereçar o desafio ou lacuna que compromete o cumprimento de uma necessidade básica particular.

**Responsabilidade** cita os provedores que têm a reponsabilidade primária de fornecer um serviço essencial particular e os sectores ou prestadores de prestação de serviços secundários que são necessários para trabalharem juntos ou colaborarem ou coordenarem com eles. O serviço ou estratégia requiere compromisso dos diferentes prestadores de serviços para 'unir' os seus esforços no fornecimento do mínimo dos serviços básicos necessários a nível regional, nacional, comunitário e familiar.

**Mecanismo de fornecimento** cita o processo do prestação de serviços.

**Ligação com os sectores complementares** oferece uma breve elaboração das ligações intersectoriais que devem ser desenvolvidas para garantir o fornecimento abrangente de serviços.

As intervenções são direccionadas a nível individual, pai/provedor de cuidados/familiar, a nível comunitário e a nível dos sistemas.



## Anexo A: Educação e habilidades vocacionais

A seguinte matriz identifica algumas das maiores barreiras que impedem o acesso das crianças e jovens vulneráveis à educação e propõe estratégias em prol da abordagem das mesmas para que eles tenham os mesmos direitos e acesso à educação como as outras crianças e jovens vulneráveis no seu país.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista de desafios é apenas um exemplo e não um compêndio exaustivo; as barreiras à educação também são questões específicas nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA</b>				
I. Fraca estimulação cognitiva, social e de desenvolvimento para os OVC com idade de frequentar a crèche (a taxa regional bruta de ingressos para a crèche na África Subsaariana é de 16,8%) (UNESCO, 2008)	Aprendizagem e educação antecipada e oportunidades de desenvolvimento para os OVC com a idade de frequentar a crèche	Ministério da Acção Social, Ministério da Educação e organizações da sociedade civil	Campanhas nacionais e criação de centros de desenvolvimento básico da primeira infância a nível da comunidade que inclui os OVC	Ministério da Administração Territorial, Ministério das Obras Públicas, Ministério das Finanças, Ministério responsável para o desenvolvimento económico, organizações da sociedade civil e o sector privado providenciam subsídios de protecção social para o desenvolvimento pré-infantil. As comunidades contribuem para o desenvolvimento pré-infantil e bem-estar psicológico, estabelecendo sistemas locais de apoio
	Apoio psicossocial para as crianças com a idade de frequentar a crèche	Ministério da Acção Social, Ministério da Educação e organizações da sociedade civil	Integrar o apoio psicossocial para as crianças na educação pré-infantil e nas práticas de cuidados	

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
2. Falta de recursos para pagar as propinas e custos de matrículas e exames (UNICEF, 2008) (uma população estimada em dois terços na região da SADC vive abaixo da linha internacional da pobreza que é de US\$1,25 por dia)	Isenção de propinas e custos escolares para os OVCY	Ministério da Educação a nível nacional e sub-nacional	Política e legislação nacionais sobre a educação gratuita e subsídios para os OVCY	Ministério das Finanças, Ministério da Acção Social, parceiros internacionais de cooperação (ICPs), organizações da sociedade civil, o sistema de apoio comunitário e o sector privado contribuem financiamento para a protecção social e subsídios
	Bolsas de estudo para os OVCY	Sector privado, organizações da sociedade civil, doadores, comunidades, Ministério da Educação e Ministério da Acção Social	Incorporar actividades de responsabilidade social e apoio comunitário para os OVCY	
3. Falta de recursos para comprar fardas e materiais de aprendizagem	Fundos ou fardas escolares e materiais de aprendizagem para os OVCY	Ministério da Educação e o Ministério da Acção Social	Financiamento para as escolas ou provisão directa pelas autoridades distritais	Ministério das Finanças, ICPs, organizações da sociedade civil, sistemas de apoio comunitário e o sector privado providenciam protecção social e subsídios
4. Proporção de professores de adultos nas áreas remotas (a média para as escolas primárias na SADC é de 39 alunos para um professor; a média superior nacional é de 64 alunos para 1 professor) (UNDP, 2010)	Distribuição equitativa de professores nas localidades geográficas	Ministério da Educação e a comissão do serviço do professor	Normas e incentivos do pessoal Parcerias com o sector privado, organizações da sociedade civil, ICPs para expandir infraestruturas para as áreas rurais e as áreas de difícil acesso para atrair professores	Os departamentos das Obras Públicas e Habitação, organizações da sociedade civil, o sistema de apoio comunitário e ICPs providenciam infraestruturas, serviços e apoio de utilidade

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
5. Falta de professores competentes para satisfazerem as necessidades dos OVCY	Apoio psicossocial, orientação e aconselhamento em formação antes e durante a realização da função de docência	Ministério da Educação, instituições de formação de professores/colégios de educação	Revisão do currículo de educação de professores, formação de professores sobre a identificação e abordagem das questões dos OVCY	As organizações da sociedade civil, os grupos de apoio comunitário e ICPs providenciam formação e serviços em apoio psicossocial
6. O currículo tem falta de relevância às necessidades dos grupos específicos dos OVCY	Currículos flexíveis para alcançarem as necessidades de diferentes estudantes	Ministério da Educação, unidades de desenvolvimento de currículos	O desenvolvimento do novo currículo inclui habilidades da vida e habilidades profissionais nas línguas apropriadas	A comunidade, as indústrias formais e informais, as organizações da sociedade civil e as instituições de pesquisa contribuem em consultas e informação para os currículos e para os instrumentos de ensino
7. A educação formal não responde às necessidades dos OVCY, bem como das crianças trabalhadoras e dos jovens que estão fora da escola	Abordagens alternativas à educação básica	Ministério da Educação, organizações da sociedade civil e o sector privado	Currículo específico, formação de facilitadores e sistemas comunitários de educação Acordos de parcerias com empregadores dos jovens vulneráveis que permitem uma formação interna e mais oportunidades de educação	O Ministério do Trabalho, o Ministério da Acção Social, as organizações da sociedade civil e as instituições de pesquisa providenciam uma rede de mecanismos de referência para as oportunidades de formação em habilidades necessárias para o trabalho

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>8. Crianças abusadas por professores e colegas na escola</p>	<p>Mecanismos de segurança e monitoria, orientação e aconselhamento seguros</p>	<p>Ministério da Educação, comunidades e organizações da sociedade civil</p>	<p>Formação do pessoal chave na prevenção e mitigação do abuso de crianças Vedações escolares melhoradas e sistemas de segurança Legislação e política para proteger as crianças contra o abuso realizado pelos professores</p>	<p>O Ministério da Educação estabelece parcerias ou sistemas de referência com ou através do Ministério da Acção Social, Ministério das Obras Públicas, Ministério responsável pela Polícia e segurança, comunidades, comités escolares, empresas de segurança, o sector privado e organizações da sociedade civil</p>
<p>9. Cerca de 90% das crianças com deficiências não estão matriculadas nas escolas</p>	<p>As escolas de ensino regular acomodam estudantes com deficiências suaves e as escolas especiais atendem a crianças com deficiências mais graves Ambientes escolares adaptados para crianças com deficiências</p>	<p>Ministério da Educação, Ministério da Acção Social e comunidades</p>	<p>Formação de professores em necessidades da educação especial Materiais de aprendizagem e apoio Sensibilização da comunidade sobre a necessidade de não estigmatizar a deficiência</p>	<p>O Ministério da Educação liga-se com o Ministério das Finanças, organizações da sociedade civil e o sector privado para providenciar protecção social para apoiar a educação das crianças e jovens com deficiências O Ministério da Educação faz parceria com o Ministério das Obras Públicas para adaptarem edifícios educacionais O Ministério da Saúde, Ministério da Acção Social, a sociedade civil e as organizações baseadas na fé providenciam educação especial aos professores para ajudar a tratar de deficiências e prestar serviços nas escolas</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
10. Falta de provisão específica para os OVCY a nível escolar	Provisão específica no plano do desenvolvimento da escola para a identificação e abordagem das necessidades dos OVCY na comunidade	Ministério da Educação e o Ministério da Administração Territorial	Planos de desenvolvimento das escolas, ligações aos planos distritais dos OVC	<p>O Ministério da Educação engaja-se na planificação conjunta com o Ministério da Educação, Ministério para o governo local, Ministério das Finanças e planificação económica, Ministério da Acção Social, organizações da sociedade civil e prestadores da protecção social</p>
11. As crianças permanecem vulneráveis à infecção do HIV e outros riscos (jovens com idades compreendidas entre 15–24 anos constituíam 45% de novas infecções de adultos na região da SADC em 2008; a prevalência do HIV entre jovens com idades compreendidas entre 15–24 anos é = 3% para homens e 8,8% para mulheres) (36% de jovens com idades compreendidas entre 15–24 anos tem conhecimento abrangente sobre a prevenção do HIV) (UNCEF et al., 2009)	Habilidades da vida e educação sanitária sexual e reprodutiva	Ministério da Educação e ministérios da Juventude, desporto e cultura	Educação sobre HIV no currículo escolar Serviços para crianças e jovens Recursos técnicos e financeiros dos ICPs, organizações da sociedade civil e sector privado	<p>O Ministério da Educação faz a revisão curricular com o Ministério da Saúde</p> <p>O Ministério para a Administração Territorial e os conselhos municipais providenciam serviços</p> <p>Ligação com os ICPs para apoio técnico e financeiro</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>12. As crianças aprendem pouco ou desistem devido ao fraco estado nutricional</p>	<p>Refeições gratuitas nas escolas ou nos centros de aprendizagem Segurança alimentar para as famílias dos OVCY</p>	<p>Ministério da Agricultura, Ministério da Acção Social, organizações da sociedade civil, Programa Mundial da Alimentação e as autoridades locais</p>	<p>Política e programas de alimentação escolar do governo para as crianças Referências de alimentação para as organizações da sociedade civil e programas de desenvolvimento comunitário</p>	<p>O Ministério da Educação, Ministério da Acção Social e organizações da sociedade civil conduzem advocacia O Ministério das finanças, Ministério para a Planificação económica, Ministério da Agricultura, Programa Mundial da Alimentação e a Organização da Alimentação e Agricultura iniciam programas sociais de protecção da segurança alimentar para as famílias dos OVCY com insegurança alimentar através das escolas As escolas e o Ministério da Educação fazem referências às organizações da sociedade civil, ICPS e programas de desenvolvimento da comunidade</p>

**SERVIÇOS COMPLEMENTARES/APOIANTES PARA A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA**

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>13. As longas distâncias percorridas para chegar à escola desencorajam o ingresso e frequência (a média líquida dos ingressos na escola primária/ frequência para os Estados Membros da SADC é de = 79%; média líquida de frequência da escola secundária é de = 28% (UNICEF, 2009))</p>	<p>Novas escolas ou acesso às facilidades de internatos</p>	<p>Ministérios para o desenvolvimento de infraestruturas (estradas, casas, electricidade, água, comunicação)</p>	<p>Escolas construídas ou facilidades de internatos e organização de transporte</p>	<p>O Ministério da Educação, Ministério da Acção Social, comunidades e ICPs conduzem advocacia e submetem orçamentos e planos ao governo central</p>
<p>14. As crianças aprendem pouco ou desistem devido ao fraco estado de saúde</p>	<p>Vacinações, monitoria sanitária e 'desparasitante'</p>	<p>Ministério da Saúde e o Ministério da água e saneamento</p>	<p>Fornecimento gratuito de cuidados de saúde e subsídios para os OVCY Melhoramento da consciência para o pessoal escolar e referências para os serviços locais de saúde pelo Ministério da Educação</p>	<p>O Ministério da Educação advoca com o Ministério da Saúde para uma ampla cobertura dos cuidados sanitários para as famílias vulneráveis O Ministério da Educação e o Ministério da Saúde juntamente planificam a prestação de serviços sanitários para as crianças de idade escolar O Ministério da informação/ comunicação e estruturas da comunidade conduzem campanhas de conscientização</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>15. A falta de acesso à água e facilidades de saneamento faz com que as raparigas deixam de frequentar a escola e provoca doenças</p>	<p>Facilidades de água e saneamento na escola e separadas para raparigas</p> <p>Educação e serviços de saúde sexual e reprodutiva (ASRH) de adolescentes para as raparigas</p>	<p>Ministério para os recursos hídricos, Ministério da Educação, organizações da sociedade civil e programas das obras públicas</p>	<p>Novas casas de banho, facilidades de higiene pessoal e fontanários de água potável nas escolas</p>	<p>○ Ministério da Educação e as autoridades escolares juntamente planificam com o Ministério da água, Ministério responsável pelo meio ambiente e as organizações da sociedade civil</p> <p>○ Ministério da Acção Social, Ministério das Finanças, doadores, organizações da sociedade civil e comunidades providenciam apoio de protecção social para os assuntos relacionados com a higiene sanitária para raparigas</p> <p>○ Ministério da Educação faz referências para serviços de ASRH para facilidades sanitárias</p> <p>○ Ministério da Educação trabalha com peritos de saúde para desenhar os currículos escolares</p>



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>16. Crianças que não constam dos sistemas do banco de dados e alcance do fornecimento do serviço</p>	<p>Banco de dados com toda a criança vulnerável acessível ao Ministério da Educação</p>	<p>Ministério da Educação (monitoria e avaliação e unidades de EMIS), oficiais distritais de estatística, gabinete central de estatística, Ministério da Acção Social, Ministério do Ensino Superior e comunidades</p>	<p>EMIS e outras inspecções nas crianças vulneráveis que estão dentro ou fora da escola</p> <p>Sistema de mapeamento baseado na comunidade</p> <p>Mapeamento de crianças vulneráveis e de crianças que estão fora da escola a nível nacional, distrital e comunitário</p>	<p>O Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Acção Social, Ministério da polícia e segurança, Ministério da agricultura, Ministério para a habitação e amenidades e o Ministério da Juventude compartilham e coordenam sistemas de gestão de informação</p> <p>Todos os serviços de prestação de serviços localizam os indicadores de OVCY na prestação de serviços</p>
<b>SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFISSIONAL E O SECTOR DE FORMAÇÃO</b>				
<p>17. O Alto custo da educação terciária e os TVET impedem o acesso dos OVCY a habilidades e experiência que lhes capacitam a ganhar rendimentos</p>	<p>Concessões de bolsas de estudo, propinas, e transporte para os OVCY e assistência com outros custos indirectos</p>	<p>Ministério do Ensino Superior, Ministério da Juventude e as instituições de formação profissional</p>	<p>Políticas preferenciais que disponibilizam vagas para os OVCY (ambos rapazes e raparigas de igual modo) e consideram o custo como uma barreira para o acesso às facilidades dos TVET</p> <p>Prioridades de TVET para os OVCY (rapazes e raparigas) nos planos e orçamentos nacionais</p>	<p>O Ministério das Finanças e o Ministério para a Planificação do Desenvolvimento providenciam serviços de protecção social em colaboração com o Ministério da Acção Social, Ministério para a planificação económica, Ministério das finanças, organizações da sociedade civil, sector privado, sistemas de apoio comunitário e ICPs</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>18. As facilidades da educação terciária e TVET muitas vezes não estão disponíveis (o rácio de ingresso na educação terciária para a África Subsariana é = 5.5%) (UNDP, 2009)</p>	<p>Centros e facilidades de TVET, incluindo formação baseada na comunidade</p> <p>Facilidades de TVET para os OVCY</p> <p>Transporte grátis</p> <p>Alocação de orçamento ao ministério relevante</p>	<p>Ministério para o Ensino superior e os ministérios para o desenvolvimento de infraestruturas (estradas, casa, electricidade, água, comunicação)</p>	<p>Planificação do Desenvolvimento Nacional de TVET</p> <p>Facilidades de TVET novas ou expandidas</p> <p>Formação baseada na comunidade</p> <p>Bolsas de estudo para os OVCY</p> <p>Política nos sistemas de cotas para os OVCY</p> <p>Esquema de isenção do custo de transporte</p>	<p>O Ministério da Educação, Ministério da Juventude, organizações da juventude, organizações da sociedade civil, comunidades e ICPS advogam e submetem orçamentos e planos ao governo central</p> <p>O Ministério da Educação estabelece parcerias públicas-privadas com o sector privado</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>19. As raparigas e mulheres jovens têm pouco acesso e oportunidades aos TVET</p>	<p>Iguals oportunidades de TVET para mulheres e homens jovens e rapazes e raparigas</p>	<p>Ministério para o Ensino superior, ministérios da Juventude, género e desenvolvimento da mulher, e as instituições de formação profissional</p>	<p>Revisão do currículo de TVET            Políticas preferenciais que alocam vagas para os OVCY (ambos rapazes e raparigas de igual modo) e considera o custo como uma barreira para o acesso às facilidades de TVET            Orientação de carreira para raparigas, incluindo encorajamento para entrarem em profissões dominadas por homens</p>	<p>O Ministério das Finanças e o Ministério para a Planificação do desenvolvimento providenciam serviços de protecção social (incluindo oportunidades de meios de sobrevivência da família que permitem que as raparigas reduzam o tempo da realização de actividades de angariação de rendimentos e outras actividades domésticas para ganharem tempo para frequentarem a formação) em colaboração com o Ministério da Acção Social, Ministério para a Planificação económica, Ministério das Finanças, organizações da sociedade civil, sector privado, sistema de apoio comunitário e ICPs</p>
<p>20. Falta de competências psicossociais para os jovens lutarem contra as adversidades</p>	<p>Apoio psicossocial para jovens nas instituições terciárias e TVET</p>	<p>Ministério do Ensino Superior, Ministério da Juventude e Ministério do Trabalho</p>	<p>Revisão do currículo TVET e métodos de formação que integram apoio psicossocial</p>	<p>O Ministério da Educação faz referências e colabora com diferentes ministérios, organizações da sociedade civil e instituições privadas de formação para providenciarem apoio psicossocial</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>21. Falta de acesso à aprendizagem e estágio</p>	<p>Oportunidades de colocação para os OVCY nas indústrias formais e informais</p>	<p>Ministério do trabalho, Ministério da Juventude, o sector privado e os sistemas de apoio comunitário</p>	<p>Políticas e programas para a responsabilidade social corporativa</p> <p>Disposições formais com os empregadores públicos e privados para matricular os OVCY para aprendizagem e estágios</p> <p>Orientação de carreira para as raparigas, incluindo encorajamento para entrar nas vocações dominadas por homens</p>	<p>O Ministério da Educação advoca e assina e implementa memorando de entendimento com o Ministério do comércio, Ministério da indústria, Ministério da agricultura, comissões de serviços públicos, o sector privado e as organizações da sociedade civil</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
22. Os adolescentes e jovens com deficiências não têm acesso às instituições de formação terciária e TVET	Habilidades profissionais e educação terciária para crianças e jovens com deficiências	Ministério do Ensino Superior, Ministério das Obras Públicas, Ministério da Saúde, Ministério da Acção Social, comissão dos direitos humanos, e a sociedade civil e as organizações baseadas na fé	<p>Revisão da política e legislação para garantir educação inclusiva para crianças e jovens com deficiências</p> <p>As escolas especiais providenciam ensino para as crianças e jovens com graves dificuldades e deficiências de aprendizagem</p> <p>Ambientes escolares adaptados que facilitam acesso para as crianças e jovens com deficiências</p> <p>Formação de professores no alcance das necessidades especiais da educação</p> <p>Sensibilização da comunidade sobre a necessidade de não estigmatizar a deficiência e o direito à educação para crianças com dificuldades ou deficiências de aprender</p> <p>Edifícios adaptados</p> <p>Materiais adequados de aprendizagem e apoio</p>	<p>As Organizações da juventude, Ministério da Juventude, Ministério da Acção Social e os sistemas de apoio da comunidade advogam com o governo central e os legisladores</p>

## Anexo B: Cuidados sanitários, água potável e saneamento

A seguinte matriz identifica algumas das grandes barreiras e estratégias para abordá-las para que as crianças e jovens vulneráveis tenham o mesmo acesso aos cuidados sanitários e saneamento melhorados como as outras no seu país.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista dos desafios é apenas um exemplo de desafios e não um compêndio exaustivo; as barreiras na educação também são questões específicas nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA O SECTOR DA SAÚDE</b>				
I. Os OVC muitas vezes não são vacinados contra as maiores doenças da infância (a cobertura da vacinação de crianças com 1 ano de idade é de 80%, mas significativamente baixa para os OVC (WHO,2009))	Vacinação gratuita contra a tuberculose, difteria, tosse convulsa, tétano, poliomielite, sarampo, gripe hemofílica tipo B	Ministério da Saúde	Campanhas de vacinação entre as comunidades e famílias vulneráveis Política nacional sobre a vacinação obrigatória contra as maiores doenças da infância Vacinas disponíveis rapidamente nas áreas com difícil acesso	Referência às estruturas e campanhas comunitárias através do Ministério da Informação e do Ministério da educação e dos provedores de saúde do sector privado

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>2. Os OVCY experimentam dificuldades em aceder aos serviços sanitários devido ao custo (9,7% de crianças nos Estados Membros da SADC morrem antes de completarem cinco anos de idade e 3,4% morrem dentro de um mês depois do nascimento (WHO, 2009))</p>	<p>Serviços sanitários gratuitos para OVCY</p>	<p>Ministério da saúde e Ministério da acção social</p>	<p>Políticas estabelecidas sobre os serviços sanitários gratuitos para os OVCY e suas famílias</p>	<p>Providenciar transferência social para as famílias dos OVCY para os serviços sanitários através do Ministério das finanças, organizações da sociedade civil, sector privado e doadores e com advocacia através do Ministério da juventude</p>
<p>7.1% de todas as mortes de crianças menores de 5 anos de idade é causado pela malária; 20% de crianças menores de 5 anos de idade dormem dentro das redes mosquiteiras tratadas com insecticidas (ITNs); 29% com febre tratadas com medicamentos anti malária</p>	<p>Acesso às facilidades sanitárias para crianças e jovens com deficiências</p>	<p>Ministério da saúde, Ministério da acção social e Ministério da juventude</p>	<p>Serviços de saúde para pobres/comunidades vulneráveis e para crianças e jovens com deficiências específicas nas zonas de difícil acesso</p> <p>Edifícios adaptados para serviços de saúde para facilitar acesso a pessoas com deficiências</p>	<p>Ligação com o Ministério das obras públicas para providenciar ou adaptar acesso a edifícios/estruturas</p> <p>Ligação com os ministérios para as crianças, jovens e género para identificar e fazer referências para crianças e jovens com deficiências</p>
<p>7.1% de todas as mortes de crianças menores de 5 anos de idade é causado pela malária; 20% de crianças menores de 5 anos de idade dormem dentro das redes mosquiteiras tratadas com insecticidas (ITNs); 29% com febre tratadas com medicamentos anti malária</p>	<p>Serviços sanitários para os OVCY nas zonas rurais e nas comunidades pobres</p>	<p>Ministério da saúde, Ministério da acção social e o Ministério da juventude</p>	<p>Programas reforçados de cuidados sanitários primários para os grupos das populações vulneráveis (facilidades móveis, trabalhadores da saúde comunitária e ONGs)</p>	<p>Providenciar protecção social, passagens de transporte para viajar aos centros de cuidados sanitários</p> <p>Ligação com o Ministério das finanças, governo local, organizações da sociedade civil, sector privado e as estruturas de apoio comunitário</p>
	<p>ITNs e tratamento de malária gratuito para as famílias dos OVCY nas áreas com predisposição para malária</p>	<p>Ministério da saúde</p>	<p>Sistema para garantir que os ITNs, testes rápidos e medicamentos anti malária estejam facilmente disponíveis aos OVCY e suas famílias</p>	<p>Ligação com as iniciativas de protecção social com o Ministério das Finanças, acção social, organizações da sociedade civil, ICPs e o sector privado</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>3. As crianças imigrantes e jovens vulneráveis experimentam dificuldades em aceder os serviços sanitários</p>	<p>Serviços sanitários gratuitos para crianças imigrantes</p> <p>Serviços sanitários nas zonas remotas</p>	<p>Ministério da Saúde, Ministério da Acção Social, Ministério do Interior e o Ministério da Juventude</p>	<p>Políticas que garantem que as crianças e jovens tenham acesso aos serviços sanitários</p> <p>Assistência para registar as crianças imigrantes no país anfitrião</p>	<p>Fazer referências entre os países e com as organizações da sociedade civil e os provedores dos serviços sanitários do sector privado</p> <p>Ligação com a protecção social em forma de subsídios nos custos dos serviços sanitários para as crianças e jovens imigrantes que são vulneráveis</p> <p>Ligação com o Ministério do Interior, organizações da sociedade civil, ICPs e o sector privado</p>



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>4. Cerca de 50% de todas as novas infeções do HIV ocorrem entre jovens com idades compreendidas entre os 15–24 anos; as raparigas constituem 75% de jovens com HIV; 90% de jovens não sabem que vivem com HIV. Na África Oriental e Austral, apenas 30% de pessoas com idades compreendidas entre os 15–19 anos possuem conhecimento abrangente sobre a prevenção do HIV; as raparigas consistentemente têm menor conhecimento em relação aos rapazes.</p>	<p>Serviços gratuitos e amigáveis de Prevenção do HIV e serviços de testagem para todos os adolescentes e jovens em risco que necessitam, incluindo atenção especial às raparigas e mulheres jovens</p>	<p>Ministério da Saúde, Ministério da Juventude, Ministério para o género e desenvolvimento das mulheres e as organizações da sociedade civil</p>	<p>Expandir serviços sanitários e sociais de baixo custo para crianças e jovens Intensificar a prevenção do HIV/STI, tratamento e serviços de cuidados e apoio entre adolescentes e jovens</p>	<p>Ligação com o governo local para providenciar facilidades e serviços para jovens Trabalhar com o Ministério das Finanças, ICPs, organizações da sociedade civil, o sector privado e os serviços sociais para financiar os serviços para adolescentes e jovens</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>5. A maioria das crianças e jovens vivendo com HIV e SIDA não tem acesso ao tratamento e os que estão em tratamento enfrentam problemas de não aderência ao tratamento. A aderência ao tratamento é também um desafio para as crianças e jovens que estão no tratamento da tuberculose e com medicamentos de epilepsia (o número de crianças que recebem a terapia ARV na região da SADC é de 50% da necessidade estimada; (UNICEF et al., 2007) 18,5% das mortes de crianças menores de 5 anos de idade na região da SADC são relacionadas com SIDA (WHO,2009)).</p>	<p>Tratamento ARV e cotrimoxazole gratuito para todas as crianças e jovens elegíveis que necessitam</p> <p>Aderência ao aconselhamento, educação e monitoria para todas as crianças e jovens vulneráveis que recebem tratamento para TB, ARV ou epilepsia</p>	<p>Ministério da Saúde</p> <p>Ministério da Saúde e as organizações baseadas na comunidade</p>	<p>Sistema para garantir acesso universal ao tratamento do HIV e SIDA para todas as crianças e jovens com HIV e SIDA</p> <p>Grupos de apoio baseados na comunidade</p> <p>Visitas domiciliárias para apoiar a aderência</p> <p>Programas de nutrição</p> <p>Sistemas claros de referências para os serviços especializados de apoio psicossocial</p>	<p>Link with social protection to provide health care services with ministry for finance for budget allocations, ministry for social welfare, ministries for children, youth and gender, civil society organizations, the private sector and ICPs</p> <p>Fazer referências para os serviços psicossociais especializados, quando necessários, através do Ministério da Educação, Ministério da Juventude, Ministério para o género e estruturas de apoio baseadas na comunidade, crianças, sociedade civil e nas organizações baseadas na fé</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>6. Os OVCY não têm acesso ao fornecimento da água potável e facilidades de saneamento (71 % da população usa água potável melhorada e 45% da população usa saneamento melhorado" (WHO, 2009))</p>	<p>Saneamento básico e água potável para as famílias dos OVCY</p>	<p>Ministério para os assuntos de água e o Ministério para a terra, habitação ou obras públicas</p>	<p>Serviços de água potável e facilidades de saneamento para as comunidades e famílias dos OVCY</p>	<p>Ligação com os serviços de protecção social para apoiar as comunidades vulneráveis para melhorar as condições de saneamento com ligações com os ministérios do governo local, obras públicas, construção, saúde e juventude, ICPs, organizações da sociedade civil e o sector privado</p>
<p>7. As crianças nascidas por pais HIV-positivos não são protegidas contra a infecção do HIV (a cobertura de PMTCT é de 57% para a região da SADC, mas não é disponível em todos os países (WHO,2009))</p>	<p>Cotrimoxazole prophylaxis gratuito para todas as crianças nascidas por mães expostas ao HIV até que a infecção do HIV ou risco sejam excluídos</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>Testagem e aconselhamento de HIV oferecidos a todas as mulheres grávidas Grupos de apoio baseados na comunidade para as mães expostas ao HIV</p>	<p>Ligação aos serviços de apoio psicossocial para o aconselhamento através da sociedade civil e organizações baseadas na fé</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>8. As crianças sofrem de má nutrição grave</p>	<p>Alimentação terapéutica para a manutrição grave</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>Sistema para garantir que as crianças com má nutrição sejam identificadas e referenciadas</p> <p>Iniciativas de segurança alimentar a nível da família e da comunidade</p> <p>Programas de nutrição</p>	<p>Providenciar transferências sociais para as famílias dos OVCY para a alimentação através do Ministério das finanças, organizações da sociedade civil, sector privado e doadores</p> <p>Ligação aos sistemas de referência para a segurança alimentar e intervenções de nutrição, incluindo serviços de protecção da criança</p>
<p>9. Os adolescentes e os jovens não têm acesso aos serviços SRH (a taxa de fertilidade dos adolescentes para a África Subsariana é de 122,3 nascimentos por 1,000 mulheres com idades compreendidas entre os 15–19 anos (UNDP, 2010))</p>	<p>Serviços de saúde sexual e reprodutiva gratuito (SRH) para adolescentes e jovens que necessitam</p>	<p>Ministério da Saúde e Ministério da Juventude</p>	<p>Política sobre os serviços gratuitos de SRH para os OVCY</p> <p>Subsídios para os serviços SRH para os adolescentes e jovens</p> <p>Ausência do estigma e serviços acessíveis de SRH para os adolescentes e jovens</p>	<p>Ligação com a protecção social para subsidiar os serviços sanitários para os adolescentes e jovens vulneráveis através de ligações com o Ministério das Finanças, ICPs/organizações da sociedade civil e o Ministério da Acção Social</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>10. Os problemas de saúde mental dos OVCY não são identificados nem tratados</p>	<p>Ocultar os problemas de saúde mental entre as crianças e jovens em risco</p>	<p>Ministério da Saúde e as organizações baseadas na comunidade</p>	<p>Sensibilização da comunidade para reduzir o estigma relacionado com problemas de saúde mental</p> <p>Grupos de apoio baseados na comunidade estabelecidos para os pais e provedores de cuidados dos OVCY com problemas de saúde mental</p> <p>Formação dos praticantes de saúde baseados na comunidade para reconhecerem os problemas mentais e fazerem referências para serviços especializados</p>	<p>Referências para os serviços de apoio psicossocial</p>
	<p>Serviços e apoio especializados para os OVCY com problemas de saúde mental e suas famílias</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>Formação de especialistas de saúde mental</p> <p>Recursos para construir e gerir facilidades de referência da saúde mental especializada</p>	<p>azer parcerias com o Ministério das Finanças, ICPs, organizações da sociedade civil para a obtenção de recursos</p> <p>Ligação com os serviços sanitários e sociais para crianças e jovens</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA O SECTOR DA SAÚDE</b>				
I. Violência sexual (1 em 5 mulheres reporta ter sido abusada sexualmente antes de completar 15 anos de idade (WHO, 2005))	Protecção contra a violência sexual e outros tipos de violência baseada no género e recurso legal para todas as raparigas e mulheres jovens vulneráveis e também rapazes e homens jovens vulneráveis	Ministério da Justiça, Ministério para a Polícia/do Interior e o Ministério para o género	Leis de protecção da criança e leis para proteger as vítimas da violência baseada no género	Os ministérios advogam os assuntos das crianças, jovens e do género  Ligação com os esforços de protecção da criança e jovem
	Gestão e apoio das vítimas (incluindo, aconselhamento de trauma, documentação, reportagem, assistência com a verificação da evidência e protecção legal)	Ministério da Saúde, Ministério da Acção Social, ministérios da Juventude e Género, Ministério da Justiça, Ministério da Polícia e as organizações da sociedade civil	Procedimentos de reportagem facilmente acessíveis aos usuários  Mecanismos efectivos de referência entre os serviços de saúde, polícia e serviços de assistência legal  Formação em capacitação para os trabalhadores da saúde e os trabalhadores sociais/provedores de cuidados que lidam com crianças e jovens  Sensibilização da polícia e dos trabalhadores judiciais e sociais sobre o abuso da criança e a violência baseada no género	Ligação com os serviços de protecção e apoio psicossocial das crianças e jovens  Referências para os serviços especializados de apoio psicossocial, quando necessários, tais como serviços psiquiátricos e psicológicos

## Anexo C: Segurança alimentar e nutrição

A seguinte matriz identifica algumas das maiores barreiras contra as crianças e jovens vulneráveis terem acesso à alimentação e à nutrição adequadas e propõe estratégias em prol da abordagem das mesmas para que eles tenham o mesmo acesso à alimentação e nutrição como os outros no seu país.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista de desafios não é uma lista exaustiva; as barreiras à alimentação e à nutrição adequadas também são questões específicas nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>ESSENTIAL SERVICES FOR FOOD SECURITY AND NUTRITION</b>				
I. Falta de refeições básicas para os OVCY	Pelo menos duas refeições nutritivas por dia para os OVC	Ministério da Saúde (departamentos de nutrição e HIV), Ministério da Acção Social e as estruturas de apoio comunitário	Programas de segurança alimentar e apoio da produtividade para as famílias vulneráveis/com insegurança alimentar dos OVCY  Educação sobre nutrição para os provedores de cuidados sobre as práticas apropriadas de alimentação consoante a idade, qualidade e armazenamento de alimentos	Ligação com a protecção social, especialmente as transferências sociais (dinheiro ou comida), para as famílias dos OVCY com insegurança alimentar através da colaboração com o Ministério das Finanças, sector privado, ICPs, organizações da sociedade civil e os líderes comunitários  Referências para a mobilização de recursos através da colaboração do sector público-privado

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>2. Os bebés (nascidos aos 6 meses) tornam-se extremamente vulneráveis se as mães que lhes amamentam são incapazes de providenciarem leite suficiente ou misturarem o leite do peito com outros tipos de leite ou outros substitutos</p>	<p>Promoção do aleitamento materno para as crianças nos primeiros seis meses de vida</p> <p>Suplementos de nutrição para as mães que amamentam crianças</p>	<p>Ministério da Saúde (departamento de nutrição) e as organizações da sociedade civil</p>	<p>Avaliação da nutrição dos recém-nascidos vulneráveis</p> <p>Campanhas de aleitamento materno</p> <p>Formação de trabalhadores baseados na comunidade e dos trabalhadores dos cuidados primários de saúde para acederem o estado de nutrição dos recém-nascidos</p> <p>Sistema de referências para os recém-nascidos malnutridos para os programas de alimentação terapéutica</p>	<p>Referências aos programas de alimentação de recém-nascidos e crianças jovens</p> <p>Ligação com as organizações da sociedade civil, ICPs, Ministério para a informação/comunicação e o sector privado</p>



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>3. Cerca de 35% da mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade na região da SADC é atribuída a má nutrição</p>	<p>Alimentos gratuitos com ácido fólico, ferro, vitamina A, zinco e iodo para todas as crianças menores de 5 anos de idade</p>	<p>Ministério da Saúde (departamentos de nutrição e HIV), Ministério da Acção Social, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério responsável pela protecção do consumidor, organizações da sociedade civil e o sector privado</p>	<p>Educação nutricional para os provedores de cuidados sobre as práticas apropriadas de alimentação consoante a idade, qualidade e armazenamento de alimentos e a promoção da dieta diversificada e o consumo de alimentos fortificados</p> <p>Programas de suplementação de micronutrientes e alimentação escolar</p> <p>Política para endereçar a produção de alimentos ricos em minerais e a procura de alimentos fortificados com ácido fólico, ferro, vitamina A, zinco e iodo, com ligações ou integração dos serviços de nutrição nos programas de prevenção e tratamento do HIV</p> <p>A sensibilização e conscientização da comunidade sobre os benefícios da produção de alimentos locais diversificados, consumo de alimentos localmente disponíveis com altos nutrientes e boa nutrição</p>	<p>Ligação com o apoio da protecção social para a segurança alimentar</p> <p>Ligação com o reforço da colaboração do sector público-privado sobre a produção de alimentos ricos em nutrientes e através do Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio, organizações da protecção do consumidor e as organizações da sociedade civil</p> <p>Ligação com os programas de nutrição baseados na comunidade e os programas de extensão agrícola (iniciativas de meios de sobrevivência), ministérios e programas da Juventude, crianças e género</p>
<p>4. High micronutrient deficiencies among adolescent girls, increased HIV-related morbidity and death among those infected</p>	<p>Free foods with folic acid, iron, vitamin A, zinc and iodine to all HIV-positive adolescent girls and youth</p>			

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA O SECTOR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO</b>				
<p>I. As crianças nascidas por mães malnutridas têm um grande risco de desenvolver anemia e complicações relacionadas com saúde (12.7% de recém-nascidos na região da SADC tem baixo peso no nascimento (UNICEF, 2010))</p>	<p>Alimentos ou suplementos gratuitos com ferro e vitamina A às mulheres grávidas nas famílias vulneráveis</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>Educação nutricional para promover uma dieta diversificada e consumo de alimentos fortificados</p> <p>Programas de suplementação de micronutrientes</p> <p>Apoio na produção e criação da procura de alimentos fortificados com ácido fólico, ferro, vitamina A, zinco e iodo com ligações ou integração de serviços de nutrição nos programas de prevenção e tratamento do HIV</p>	<p>Ligação com a produção comunitária e a produção de alimentos ricos em nutrientes através do Ministério da Agricultura, Ministério dos Recursos Naturais, Ministério da Educação, ministérios da Juventude e género, Ministério para as comunicações/ radiodifusão, instituições de formação em agricultura e as organizações da sociedade civil</p>

## Anexo D: Protecção da criança e jovem

A seguinte matriz identifica algumas das maiores barreiras ao acesso das crianças e jovens vulneráveis aos serviços de protecção e propõe estratégias em prol da sua abordagem para que eles tenham o mesmo acesso à protecção da mesma maneira forma que as crianças e jovens no seu país.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista dos desafios é apenas um exemplo e não um compêndio exaustivo; as barreiras à educação também são questões específicas nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A PROTECÇÃO DA CRIANÇA E JOVEM</b>				
I. As crianças e jovens vulneráveis são expostas a altos níveis de violência, abuso e exploração; isto inclui violência e abuso como resultado de normas culturais e religiosas	<p>Serviços legais gratuitos para crianças e jovens e protecção para crianças e jovens vulneráveis que sofreram abuso</p> <p>Protecção contra as práticas culturais e religiosas más/ prejudiciais que expõem as crianças e jovens ao abuso ou exploração</p>	<p>Ministério da Justiça, Ministério da polícia/ do Interior, Ministério da Cultura, Ministério da Administração Territorial, Ministério da Justiça, Ministério da polícia e as estruturas de liderança tradicionais e religiosas</p>	<p>Legislação local e políticas que reflectem protocolos e acordos internacionais e regionais domesticados e reforçados relacionados com a protecção da criança e jovem</p> <p>Mecanismos legais e administrativos que providenciam serviços legais subsidiados/ gratuitos para crianças e jovens que são vítimas de abuso e exploração</p> <p>Serviços legais e paralelos baseados na comunidade para crianças e serviços de aconselhamento</p> <p>Sensibilização e formação da polícia, líderes judiciais, tradicionais e religiosos e praticantes legais dos direitos da criança e protecção da criança e leis relacionados a ambos</p> <p>Campanhas comunitárias e nacionais de advocacia relacionadas com a revisão das práticas tradicionais e religiosas prejudiciais</p>	<p>Link with social welfare to provide cash transfers for legal recourse to vulnerable children and youth and their families</p> <p>Link with parliament to enact laws and advocacy activities by civil society organizations and ministries for children, youth and gender</p> <p>Link with community-based support structures and referral systems for child/ youth victims</p>
	Habilidades da vida para que todas as crianças vulneráveis possam ajudar a se protegerem da exploração, abuso e violência	Ministério da Educação e os ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género	Programas de habilidades da vida que abordam questões de exploração, abuso e violência entre as crianças e jovens vulneráveis	Ligação com os programas das habilidades da vida nas escolas, educação comunitária com as organizações da sociedade civil e estruturas de apoio comunitário

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>2.O tráfico de seres humanos de crianças e jovens vulneráveis aumenta</p>	<p>Serviços de localidade, reabilitação e sistema de reunificação para as crianças e jovens que são traficadas</p> <p>Cuidado alternativo para crianças e jovens resgatados de situações de tráfico antes de se unirem com as famílias</p>	<p>Ministério da polícia/do Interior, Ministério da Acção Social, Ministério da Justiça, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género, forças de segurança fronteiriça, polícia e organizações da sociedade civil</p>	<p>Serviços de apoio às vítimas e famílias para as crianças e jovens vulneráveis/traficadas e suas famílias</p> <p>Acordos bilaterais para facilitar cooperação transfronteiriça</p>	<p>Ligação com os programas de protecção e reforço económico para as famílias vulneráveis</p> <p>Ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros</p> <p>Referências aos serviços de apoio psicossocial</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>3. As crianças imigrantes não acompanhadas enfrentam um grande risco de exploração e abuso e têm dificuldades em aceder os serviços básicos</p>	<p>Serviços básicos e protecção para as crianças imigrantes não acompanhadas</p>	<p>Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça, Ministério da Acção Social, Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, forças de segurança fronteiriça, a polícia e organizações da sociedade civil</p>	<p>Acordos bilaterais para facilitar a cooperação transfronteiriça Estratégias de alívio da pobreza para as famílias vulneráveis Registo de crianças imigrantes Serviços de cidadãos de trabalhadores sociais para as crianças estrangeiras e não acompanhadas, incluindo lugares de segurança e o regresso aos cuidados dos pais ou cuidados de acolhimento alternativos no país anfitrião Habilidades da vida e conhecimento e prevenção do HIV para as crianças imigrantes Serviços de apoio familiar para as famílias vulneráveis Serviços legais para as crianças e jovens imigrantes e menores não acompanhados Serviços de assistência social de crianças (serviços de reabilitação e reunificação) para as crianças imigrantes e menores não acompanhados Apoio psicossocial para as crianças e jovens imigrantes Serviços de educação e saúde para os menores não acompanhados e crianças imigrantes</p>	<p>Referência aos serviços de apoio sanitário, educação e psicossocial Ligação com programas de segurança alimentar e nutrição Ligação com a protecção social como prevenção Liderança regional para encorajar a cooperação entre países</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>4. Crianças que trabalham e em condições explorativas de trabalho (uma percentagem estimada de 22% de crianças na região da SADC estão envolvidas no trabalho infantil (UNICEF, 2009))</p>	<p>Oportunidades de ingresso na educação formal e não formal para crianças afectadas pelo trabalho infantil</p> <p>Protecção contra as práticas de trabalho infantil</p>	<p>Ministério do Trabalho, Ministério da Acção Social, Ministério da Educação, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género, sindicatos de trabalho, organizações da sociedade civil e o sector privado</p>	<p>Leis e regulamentos contra o trabalho infantil que têm de ser cumpridos</p> <p>Rendimento alternativo e arranjos de meios de sobrevivência para as crianças vulneráveis e suas famílias</p>	<p>Ligação com o apoio da protecção social para a segurança dos meios de sobrevivência para as famílias vulneráveis através do Ministério das Finanças, Ministério da Indústria, Ministério responsável pelas qo género, sector privado e organizações da sociedade civil</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>5. Crianças e jovens vivendo e trabalhando nas ruas ou sem nenhum progenitor</p>	<p>Serviços de reabilitação e reintegração para todas as crianças vivendo nas ruas</p> <p>Um ambiente familiar no qual elas podem aceder a todos os serviços básicos, incluindo cuidados de acolhimento ou adopção</p> <p>Formação em habilidades alternativas e oportunidades de angariação de rendimentos/meios de sobrevivência para as crianças mais velhas/jovens</p> <p>Serviços de apoio psicossocial para todas as crianças vulneráveis</p>	<p>Ministério da Acção Social, Ministério da Educação, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género e as organizações da sociedade civil</p>	<p>Alcance de serviços de saúde e do bem-estar social direccionados às crianças e jovens vivendo e trabalhando nas ruas</p> <p>Referências para os serviços especializados, incluindo cuidados sanitários, apoio psicossocial e serviços legais</p> <p>Formação em habilidades da vida e habilidades profissionais comunicação sobre a mudança de comportamento</p> <p>Reabilitação para os que abusam substâncias</p> <p>Lugares para segurança e arranjos de cuidados alternativos para as crianças vivendo nas ruas, incluindo os cuidados de acolhimento e adopção</p>	<p>Ligação com as habilidades da vida, formação em habilidades da vida, estruturas de apoio comunitário, Ministério do Trabalho, Ministério do Trabalho, Ministério Para o Serviço Público, Ministério da Saúde, sector privado e organizações da sociedade civil</p> <p>Providenciar serviços de protecção social às famílias vulneráveis</p>



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>6. As crianças e jovens com deficiências são excluídas, marginalizadas e experimentam dificuldades em aceder aos serviços básicos e estão num grande risco de abuso (crianças e jovens vivendo com deficiências estão muito escondidas e não existe disponibilidade de dados para muitos países da região da SADC)</p>	<p>Serviços básicos gratuitos baseados nas necessidades</p>	<p>Ministério da Acção Social, ministérios da Educação e formação profissional, Ministério da Saúde, Ministério para os governos locais, Ministério da Agricultura, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género e o parlamento</p>	<p>Políticas e serviços direccionados às necessidades das crianças e jovens com deficiências e para as famílias que cuidam das crianças com deficiências</p>	<p>Ligar e tomar a ligação regular das crianças e jovens com deficiências aos ministérios das Obras Públicas e infraestruturas, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, parlamento, sector privado, sindicatos de trabalho e organizações da sociedade civil</p> <p>Ligação com os serviços de apoio psicossocial e protecção social</p>
<p>7. As crianças são negadas o seu direito de herança e privadas das suas propriedades</p>	<p>Acesso à herança das propriedades deixadas pelos pais protegido pela lei e pelos costumes</p>	<p>Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Ministério da Acção Social e as organizações da sociedade civil (incluindo os meios de comunicação massas)</p>	<p>Revisão e reforma de todos os factores legais, sociais, culturais, económicos, políticos e outros factores que privam as crianças e jovens de acederem a sua herança legítima, tais como o registo de nascimento e de óbito e posse de propriedade</p>	<p>Referência aos serviços de apoio psicossocial, serviços de providência social e serviços legais</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
8. Crianças que se casam	Protecção contra casamento antes da idade legal apropriada	Ministério da Justiça, Ministério da Acção Social, Ministério dos Negócios Estrangeiros, ministérios responsáveis por crianças, jovens e género e as organizações da sociedade civil	<p>Revisão da lei consuetudinária e civil, em linha com o CRC e a ACRWC sobre os casamentos prematuros</p> <p>Serviços legais e paralelos baseados na comunidade e estruturas de protecção da criança</p> <p>Educação pública e campanhas de conscientização para mudar as atitudes enraizadas, normas de género e práticas tradicionais prejudiciais</p> <p>Monitoria comunitária</p>	<p>Referências aos serviços de especialistas da providência social e de apoio psicossocial</p> <p>Ligação com as transferências sociais e criação de capacidades de meios de sobrevivência para as famílias das crianças vulneráveis</p>
	Informação e serviços sexuais e reprodutivos para as raparigas casadas e sobreviventes da violência doméstica	Ministério da Saúde e ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género	<p>Programas de habilidades da vida direccionadas a adolescentes raparigas, incluindo SRH e a prevenção do HIV</p> <p>Serviços SRH para os adolescentes direccionados para as raparigas casadas e raparigas mães</p>	<p>Ligação com as iniciativas de protecção social através das organizações da sociedade civil, estruturas comunitárias e organizações baseadas na fé</p>
9. OVY engajando no abuso de substâncias	Serviços de reabilitação e aconselhamento gratuito, incluindo cuidados e tratamentos de especialistas e cuidados e apoio baseados na comunidade	Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género e organizações da sociedade civil	<p>Leis e políticas para impedir o tráfico de drogas, negócios de drogas e abuso de drogas</p> <p>Campanhas de conscientização e educação, programas de habilidades da vida e clubes infantis e juvenis, incluindo desporto e recreação</p>	<p>Ligação com serviços de saúde, educação e apoio psicossocial</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>10. Crianças afectadas pelos calamidades naturais e emergências</p>	<p>Localidade e reunificação de famílias e serviços comunitários de reintegração</p> <p>Apoio psicossocial para os menores não acompanhados</p> <p>Serviços básicos gratuito para as crianças e jovens afectados</p>	<p>Departamentos de prevenção e resposta às emergências, agências de alívio, organizações da sociedade civil e todos os ministérios de serviços</p>	<p>Modelos de sistemas de protecção da criança baseados na comunidade em emergências</p> <p>Prioridades de protecção de crianças nas reformas humanitárias e operações de estabelecimento da paz e operações de apoio da paz, incluindo nas fases iniciais do desenvolvimento</p> <p>Mecanismos de referência para os serviços de educação, saúde, alimentação e nutrição e protecção</p>	<p>Resposta multissetorial para garantir acesso aos serviços de saúde, educação, serviços psicossociais, protecção, segurança alimentar e nutrição</p> <p>protecção social para crianças e jovens afectados por calamidades naturais e emergências</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>II. Protecção limitada para as crianças afectadas pelos conflitos armados</p>	<p>Localização e reunificação da família e serviços comunitários de reintegração</p> <p>Espaços para crianças e jovens</p> <p>Serviços psicossociais para os antigos soldados crianças (aconselhamento, apoio mútuo para o apoio baseado na comunidade)</p> <p>Programas de educação profissionais e educação não formal e programas de geração de rendimentos direcionados às famílias das crianças soldados</p>	<p>Grupos armados, entidades não estatais, Ministério da Acção Social, Ministério da Educação, Ministério responsável pelo emprego, Ministério do Trabalho, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género e organizações da sociedade civil e centros de formação profissional</p>	<p>Ratificação do Protocolo Opcional sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados</p> <p>Implementação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1612 (2005)</p> <p>Programas de desmobilização e reintegração para crianças e género</p> <p>Mecanismos de referência para os serviços de saúde, educação, protecção e psicossocial</p> <p>Sistemas para a prevenção da separação dos irmãos</p>	<p>Ligação com o apoio da protecção social através do Ministério das Finanças, Ministério para a planificação económica, Ministério da Agricultura, ICPs, sector privado e organizações da sociedade civil</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>12. Crianças e jovens chefiando famílias com pouco ou nenhum apoio</p>	<p>Apoyo directo das necessidades básicas para as famílias chefiadas por crianças e jovens</p> <p>Habilidades da vida, apoio psicossocial e habilidades de meios de sobrevivência para as crianças e jovens que chefiam famílias</p> <p>Provedores adultos de cuidados que verificam em cada família chefiada por uma criança e oferecem orientação e apoio parental</p>	<p>Ministério da Acção Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e os ministérios para responsáveis por crianças, jovens e questões de género</p>	<p>Habilidades da vida para crianças e jovens nas famílias chefiadas por crianças e jovens (incluindo a prevenção do HIV)</p> <p>Políticas que isentam as famílias vulneráveis chefiadas por crianças e jovens de pagarem os custos dos serviços básicos</p> <p>Programas de ensino profissional focalizando nas crianças e jovens vulneráveis</p> <p>Serviços de apoio familiar (serviços de acolhimento e adopção)</p> <p>Transferências sociais (comida, dinheiro, etc.)</p> <p>Serviços de protecção</p> <p>Monitoria comunitária</p>	<p>Ligação com o apoio da protecção social através do Ministério das Finanças; Ministério para a planificação económica, Ministério da Agricultura, ICPs, sector privado e organizações da sociedade civil</p> <p>Referência aos serviços de apoio psicossocial através da sociedade civil e organizações baseadas na fé e estruturas de apoio comunitário</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>13. Acesso limitado ao registo de nascimento (apenas 50% de nascimentos de crianças urbanas e 37% de nascimentos de crianças são registadas na região da SADC)</p>	<p>Notificação de nascimento depois dos 6 meses e registo de nascimento completo aos 2 anos de idade para crianças vulneráveis</p>	<p>Conservadores civis, Ministério da Acção Social e organizações da sociedade civil</p>	<p>Políticas e programas para serviços gratuito e descentralizados e registo obrigatório de nascimentos para todos os bebés e crianças menores de 2 anos de idade</p> <p>Sensibilização da comunidade sobre a necessidade de registar todas as crianças – direccionada aos pais, famílias lideradas por crianças, clubes infantis e juvenis, líderes comunitários e famílias em áreas remotas</p> <p>Registo de nascimentos através douttras actividades do governo e aproveitar de programas contínuos de prestação de serviços</p> <p>Remoção de penalidades e propinas para os registos atraados</p>	<p>Ligação com o Ministério da Saúde para facilitar o registo de nascimentos para os bebés nascidos nas instituições de saúde</p> <p>Ligação com o governo local para facilitar o registo de nascimento, morte e casamento a nível comunitário, incluindo o envolvimento dos líderes tradicionais</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
14. As crianças dos refugiados não têm acesso aos serviços básicos	Programas de transferências sociais locais para as crianças refugiadas e deslocadas e suas famílias	Ministério da Acção Social e o Ministério do Interior	Programas de transferência social nacional que incluem pessoas refugiadas e deslocadas Assistência para aceder as transferências sociais e para registo	
	Livre acesso a todos os serviços básicos para as crianças refugiadas e deslocadas e suas famílias	Ministério da Acção Social	Assistência para aceder os serviços básicos Mecanismos efectivos de referência	Ligação com os serviços de educação, saúde, protecção e segurança alimentar e nutrição
	Informação sobre os direitos humanos da criança e jovem, incluindo o direito de expressarem os seus pontos de vista livremente em todas as questões que lhes afectam e terem estes pontos de vista considerados	Ministérios responsáveis pelas crianças e jovens	Educação para as crianças e jovens sobre os seus direitos através dos clubes infantis e juvenis e escolas	Ligação com sectores de serviços diferentes para sensibilizá-los sobre os serviços para crianças e jovens nos campos de refugiados ou em situações de trânsito

## Anexo E: Bem-estar e apoio psicossocial

A seguinte matriz identifica algumas das maiores barreiras contra o acesso das crianças e jovens vulneráveis ao apoio psicossocial e propõe estratégias em prol da sua abordagem.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista dos desafios é apenas um exemplo e não um compêndio exaustivo; as barreiras à educação são também questões nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS PRINCIPAIS PARA O APOIO PSICOSSOCIAL</b>				
I. Os OVCY que enfrentam situações de trauma e situações desgastantes não são providenciados aconselhamento nem serviços relacionados	Aconselhamento para os OVCY que enfrentam situações traumáticas e desgastantes	Ministério da Acção Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e o Ministério para as crianças e jovens	Formação para educadores, profissionais de saúde e da saúde comunitária, trabalhadores de crianças e jovens para reconhecerem OVCY e provedores de cuidados que necessitam de apoio psicossocial Sistema de referência para o apoio psicossocial baseado na comunidade e especializado, aconselhamento e serviços de saúde mental Serviços de aconselhamento baseados nas escolas Grupos de apoio de pares para crianças jovens vulneráveis e provedores de cuidados	Ligar o sistema de referência com os programas do Ministério da Educação, Ministério da polícia e segurança, sociedade civil e organizações baseadas na fé e as organizações de crianças e jovens



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>2. Os OVCY têm falta de competências humanas necessárias para assumirem responsabilidade, gerir as suas situações individuais e familiares da vida e enfrentarem as situações da vida e desenvolverem o seu potencial</p>	<p>Apoio em habilidades da vida e de liderança para as crianças e jovens vulneráveis a todos os níveis de educação (crèche, ensino básico, secundário e educação terciária e TVET)</p>	<p>Ministério da Educação, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género, e a sociedade civil e organizações baseadas na fé</p>	<p>Apoio, orientação psicossocial e aconselhamento na formação de professores antes e durante o exercício da docência e para os trabalhadores que lidam com crianças e jovens</p> <p>Abordagens comunitárias alternativas para a orientação e liderança das crianças e jovens</p> <p>Habilidades apropriadas da vida e educação sobre HIV, integradas nos currículos escolares e na educação terciária e TVET</p>	<p>Referências e colaboração entre diferentes ministérios responsáveis, organizações da sociedade civil e as instituições privadas de formação, organizações lideradas por crianças e jovens para providenciarem habilidades da vida e serviços de apoio psicossocial e de liderança</p>
<p>Facilidades e oportunidades de recreação para os OVCY</p>	<p>Ministério do desporto e recreação, autoridades e municipalidades governamentais</p>	<p>Orcamento para a construção de facilidades de desporto e apoiar os eventos desportivos</p> <p>Desporto escolar para raparigas e rapazes, incluindo torneios inter-escolares</p> <p>Sensibilizar e mobilizar as raparigas e rapazes para se motivarem e participarem no desporto e recreação apropriados para as suas idades</p> <p>Desporto local e outros clubes (drama, música, etc.) e competições inter-bairros</p>	<p>Ministério das Finanças para alocar orçamento para o desporto</p> <p>Ligação com as organizações baseadas na comunidade e as organizações da sociedade civil</p> <p>Ligação com clubes infantis e juvenis e sistemas de desporto comunitário locais para exigirem serviços assim como participação na sua provisão</p>	

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>3. Os OVCY não comunicam as necessidades ou experiências de abusos</p>	<p>Acesso a um provedor de cuidados adulto, semelhante e outras oportunidades de comunicação</p> <p>Comunicação para crianças e jovens e outros serviços acessíveis aos abusados assim como a todas as crianças e jovens</p>	<p>Ministério da Acção Social, liderança comunitária e estruturas de apoio</p>	<p>Sistemas tradicionais e legais de protecção da criança e jovem baseados na comunidade que cobrem a todos, incluindo as crianças abusadas que reportam o abuso</p> <p>Grupos de apoio de pares baseados na comunidade, clubes de crianças e grupos juvenis</p> <p>Cuidados e apoio baseados nas residências para os OVCY, incluindo cuidados de acolhimento (e adopção, se apropriada)</p>	<p>Monitoria baseada na comunidade pelas organizações baseadas na comunidade e as organizações baseadas na fé, sistemas de apoio comunitário e associações de crianças e jovens</p> <p>Fazer referência aos serviços de protecção da saúde, educação, legais, segurança/polícia e outros serviços de protecção de crianças e jovens para impedir o abuso, identificar casos e mitigar o impacto</p>
<p>4. Crianças e jovens com deficiências não recebem apoio para enfrentarem a vida</p>	<p>Serviços psicossociais e sociais especializados para todas as crianças com deficiências, de acordo com as suas necessidades</p> <p>Formação especializada em habilidades da vida para crianças e jovens com deficiências</p> <p>Informação para crianças e jovens com deficiências e suas famílias e provedores de cuidados sobre os serviços e oportunidades disponíveis</p>	<p>Ministério da Acção Social (ou outro Ministério responsável por pessoas com deficiências) e organizações da sociedade civil</p>	<p>Políticas e legislação preferencial que endereçam protecção e acesso aos serviços para crianças e jovens com deficiências e suas famílias/provedores de cuidados</p> <p>Monitoria baseada na comunidade</p> <p>Apoio baseado na comunidade para os OVCY com deficiências e seus provedores de cuidados</p> <p>Educação inclusiva para crianças e jovens com deficiências e educação especial para os que possuem graves deficiências</p>	<p>Ligação e referência à educação, saúde, agricultura, polícia, sistemas legais, apoio psicossocial e serviços de protecção para garantir acesso a todos os serviços básicos para os OVCY com deficiências</p> <p>Ligação com os serviços de protecção social através do Ministério das Finanças, ICPs, sociedade civil e organizações baseadas na fé, sector privado e sistemas de apoio comunitário</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>5. Os adolescentes e jovens que não conseguem conviver com os relacionamentos sexuais e maritais</p>	<p>Aconselhamento sexual e saúde reprodutiva especializados e serviços para os adolescentes e jovens</p> <p>Aconselhamento e apoio direccionado para adolescentes em situações maritais</p> <p>Habilidades apropriadas da vida para a idade e género e apoio psicossocial para os adolescentes e jovens sexualmente activos</p>	<p>Ministério da Saúde e ministérios para crianças, jovens e género, organizações da sociedade civil</p>	<p>Orientação para os relacionamentos sexuais</p> <p>Sistemas de apoio comunitário</p> <p>Educação e apoio de pares</p> <p>ASRH sensíveis ao género e educação das habilidades da vida para os adolescentes e jovens</p> <p>Serviços confidenciais de SRH para adolescentes e jovens</p>	<p>Ligação com a educação sobre habilidades da vida e saúde sexual e reprodutiva apropriada para a idade e género nas escolas, instituições terciárias e TVEI, com grupos juvenis, etc.</p> <p>Fazer referência aos sistemas de protecção da criança relacionados com casamentos prematuros e abuso sexual</p>
<p>6. Crianças que lideram famílias ou que têm outras responsabilidades de apoio, tais como cuidar de um adulto; 'criança adulta' que não tem oportunidade de experimentar a infância e incapaz de cumprir com as suas responsabilidades</p>	<p>Ambiente de cuidado e apoio de adultos para as crianças nas famílias lideradas por crianças</p> <p>Oportunidades de recreação e entretenimento para a 'criança adulta'</p>	<p>Ministério da Acção Social, organizações baseadas na comunidade, organizações baseadas na fé e as estruturas de apoio comunitário</p>	<p>Sistemas de apoio comunitário, incluindo apoio de semelhantes e de adultos para crianças e jovens que lideram famílias</p> <p>Sistemas comunitários de protecção da criança</p> <p>Cuidados e apoio baseados nas residências</p> <p>Oportunidades de entretenimento e recreação apropriadas para a idade e género para os OVCY que lideram famílias</p>	<p>Ministério da Educação para garantir educação para todos os OVCY</p> <p>Ligação com a protecção social para crianças e jovens que lideram famílias, incluindo transferências sociais, propinas de saúde e escola gratuita, apoio alimentar e nutricional e serviços de apoio psicossocial</p> <p>Ligação com o Ministério da Justiça para serviços de protecção para crianças e jovens que lideram famílias</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>7. Certos grupos dos OVCY têm de enfrentar estigma e discriminação</p>	<p>Serviços de aconselhamento para os OVCY que enfrentam situações estigma e discriminação</p>	<p>Ministério da Acção Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género, organizações da sociedade civil e grupos de crianças e jovens</p>	<p>Escolas para crianças e serviços comunitários</p> <p>Serviços de aconselhamento baseados nas escolas e na comunidade</p> <p>Sensibilização comunitária e campanhas de conscientização sobre as necessidades psicossociais de crianças e jovens vulneráveis e seus provedores de cuidados</p> <p>Curso em habilidades da vida para os OVCY para criarem auto-estima e habilidades de lutar contra as adversidades</p> <p>Habilidades parentais e apoio</p> <p>Grupos de apoio dos pares</p>	<p>Ligação com serviços de conscientização e de protecção em todos os ministérios que lidam com crianças e jovens e com os líderes comunitários, sociedade civil e organizações baseadas na fé e parlamentares</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA O APOIO PSICOSSOCIAL</b>				
8. OVC que crescem fora do ambiente carinhoso da família	Ambientes carinhosos familiares para cada OVCY	Ministério da Acção Social, liderança comunitária e estruturas de apoio	<p>Políticas, legislação e regulamentos que fazem cumprir os requisitos mínimos de cuidados alternativos para OVC, incluindo cuidados de acolhimento, adopção (se apropriado) e cuidados institucionalizados como último recurso</p> <p>Formação em habilidades parentais para os provedores de cuidados</p> <p>Incentivos, tais como intervalos de impostos, acesso à terra e concessões sociais para familiares e membros da comunidade que se voluntarizam para cuidar de OVC</p> <p>Monitoria baseada na comunidade</p>	<p>Ligação aos serviços de protecção da criança</p> <p>Colaborar com o Ministério das Finanças para as transferências sociais para as famílias dos OVCY</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>9. Os provedores de cuidados têm falta de habilidades de providenciar apoio psicossocial diário aos OVCY</p>	<p>Educação e apoio parental</p>	<p>Ministério da Acção Social, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género e sistemas de apoio comunitário</p>	<p>Habilidades parentais e de comunicação que realçam a importância de relacionamentos positivos com crianças</p> <p>Apoio psicossocial para os OVCY e provedores de cuidados</p> <p>Visitas domiciliárias para providenciar apoio contínuo, de confiança e compassivo para os OVCY e provedores de cuidados</p>	<p>Ligação com a educação comunitária, distribuição de alimentos, trabalhadores extensionistas, facilidades dos serviços locais de fornecimento (saúde, educação, serviços legais, polícia, transporte, grupos liderados por crianças e jovens, centros infantis e juvenis) para conceder habilidades de apoio psicossocial para os OVCY</p>
<p>10. Normas culturais problemam as raparigas de participarem no desporto, recreação e nas actividades sociais</p>	<p>Oportunidades de desporto, recreação e actividades sociais das raparigas OVCY programadas para alcançarem as necessidades das raparigas nas diferentes idades e habilidades</p>	<p>Ministério da Acção Social e o Ministério da Juventude, cultura, desporto e estruturas de apoio comunitário</p>	<p>Campanhas de sensibilização para a comunidade e líderes tradicionais e políticos sobre a desigualdade do género e o papel da cultura na promoção destas campanhas</p> <p>Organizações da sociedade civil, grupos de jovens e clubes infantis oferecendo desporto e actividades de recreação apropriadas para a idade e género, incluindo actividades somente para raparigas, de maneira culturalmente apropriada</p> <p>Pais/provedores de cuidados facilitando e fazendo a supervisão de actividades</p>	<p>Ligação com o Ministério da Educação para incluir desporto escolar para raparigas e rapazes no currículo, informação e comunicação para as campanhas dos meios de comunicação massas</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>11. Crianças e jovens afectadas por emergências humanitárias, incluindo calamidades naturais e conflitos</p>	<p>Protecção, recuperação e reintegração de crianças que foram expostas a situações prejudiciais para o seu desenvolvimento psicossocial</p>	<p>Ministério da Acção Social, ministérios responsáveis por crianças, jovens e questões de género</p>	<p>Sistemas de protecção da criança baseadas na comunidade  Monitorar e advogar a aderência ao CRC e ao Protocolo Opcional nas crianças em Conflitos Armados por todos os Estados Membros da SADC  Formação sobre os direitos da criança para os líderes e forças armadas  Sistema de referência para os especialistas de apoio psicossocial, serviços de saúde e de saúde mental  Serviços de reunificação e integração da família</p>	<p>Ligação com os ICPs, sociedade civil e as organizações baseadas na fé e os ministérios responsáveis pela gestão do controlo de calamidades, defesa, educação, saúde, segurança alimentar, autoridades locais, emergências e conflitos armados para providenciarem apoio e serviços de referência</p>

## Anexo F: Protecção social

A seguinte matriz identifica os maiores desafios enfrentados por crianças e jovens vulneráveis no seu acesso à protecção social e propõe estratégias em prol da sua abordagem para que tenham o mesmo acesso à protecção social como os outros da mesma idade e do mesmo país.

**NOTA:** É importante reconhecer que a seguinte lista de desafios é apenas um exemplo e não um compêndio exaustivo; as barreiras à educação são também questões específicas nacionais e comunitárias.

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A PROTECÇÃO SOCIAL</b>				
I. As deficiências crónicas na capacidade dos OVCY e suas famílias de satisfazerem as necessidades básicas (a classificação do índice do Desenvolvimento Humano da SADC é muito baixa quando as disparidades de género são usadas como factores no uso do índice de Desenvolvimento relacionado com o género)	Transferências sociais (em dinheiro e em espécie) para satisfazer as necessidades básicas dos OVCY	Ministério da Acção Social e o Ministério das Finanças	Sistemas de transferência social que incluem sistemas de apoio comunitário cobrindo as famílias mais pobres dos OVCY	Ligação com todos os ministérios que providenciam serviços básicos para os OVCY e estruturas de apoio comunitário para garantir que identifiquem os beneficiários e facilitem a administração e monitoria das transferências



Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>2. Baixa aceitação das transferências sociais entre os OVCY e suas famílias (apenas 20% das crianças afectadas recebem alguma forma de apoio para além do apoio que é fornecido às suas famílias)</p>	<p>Informação direccionada e acesso aos serviços para os OVCY e suas famílias em todas as localidades e línguas relevantes</p>	<p>Ministério da Acção Social e o Ministério das Finanças</p>	<p>Informação direccionada, e campanhas de mobilização baseadas em factores que causam baixa aceitação dos serviços de transferências sociais disponíveis</p> <p>Nascimentos e registos de óbitos obrigatórios para os OVCY e famílias</p> <p>Sistema efectivo de fornecimento de transferências sociais</p>	<p>Ligação com as instituições de investigação, Ministério da Informação, sector privado e organizações da sociedade civil</p> <p>Coordenar com as actividades dos ministérios responsáveis por crianças, jovens, mulheres e género e grupos de jovens</p>
<p>3. Muitas medidas de protecção social beneficiam crianças sem se direccionarem explicitamente a elas e podem beneficiar mais os OVCY se elas fossem sensíveis a crianças/jovens</p>	<p>Intervenções de protecção social sensíveis à criança e jovem</p>	<p>Ministério da Acção Social</p>	<p>Intervenções de protecção social desenhadas depois da consulta com crianças e jovens, e operados e avaliados com a participação de crianças e jovens</p> <p>Apoio a famílias e provedores de cuidados nos seus papéis de cuidar de crianças, incluindo aumentar o tempo disponível dentro da família, organizando cuidados e sistemas comunitários</p>	<p>Coordenar com as actividades dos ministérios para crianças, jovens e género e grupos de jovens</p> <p>Ligação com os serviços de cuidados pré-natais e da mãe e criança (Ministério da Saúde)</p> <p>Ministério da Educação para garantir acesso às oportunidades de educação e formação, incluindo TVET e terciária para os OVCY</p> <p>Colaborar com o Ministério das Finanças para providenciar concessões sociais ou alocações orçamentais</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
4. Falta de apoio para o desenvolvimento das habilidades profissionais e de empresário necessárias para estabelecer meios de sobrevivência sustentáveis para os jovens	Concessões ou isenção de propinas para a formação de jovens vulneráveis em habilidades vocacionais, profissionais e de empresário	Ministério responsável pelo emprego, Ministério de Trabalho e Ministério da Juventude	<p>Políticas que promovem oportunidades de TVET (sistema de quota) preferenciais para jovens vulneráveis, com iguais oportunidades para jovens rapazes e raparigas</p> <p>Subsídios de protecção social, isenção de propinas e bolsas de estudos para formação direcionados para os OVCY</p> <p>Parcerias público-privadas para criarem oportunidades de liderança, estágios e aprendizagem</p>	Advocacia, orçamentação e planificação conjunta com o Ministério das Finanças, Ministério para a educação terciária e habilidades vocacionais, todos os sectores dos ministérios que têm oportunidades de emprego, sector privado e organizações da sociedade civil

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>5. Ausência de apoio direccionado para assegurar emprego entre as famílias dos OVCY</p>	<p>Oportunidades de meios de sobrevivência, trabalho ou emprego para jovens vulneráveis</p> <p>Empréstimos e microfinanças para o empresárioado dos jovens</p>	<p>Ministério do Trabalho e Ministério responsável pela Juventude</p>	<p>Política de emprego preferencial para jovens vulneráveis (rapazes e rapangas)</p> <p>Programas decentes de trabalho para jovens vulneráveis, com oportunidades iguais para rapazes e rapangas</p> <p>Oportunidades de rendimentos profissionalizados para jovens, tais como no desporto e na cultura</p> <p>Programas de voluntariado de jovens para serviços comunitários e sistemas de recompensa para os voluntários</p> <p>Empréstimos e microfinanças dos jovens para iniciarem ou expandirem actividades de geração de rendimentos e negócios</p> <p>Parcerias público-privadas para promoverem emprego de jovens vulneráveis no sector privado</p>	<p>Ministério da Juventude e o Ministério da Acção Social fazem referências para os jovens vulneráveis e colaboram com o Ministério das Obras Públicas, Ministério das Finanças e o Ministério para o desenvolvimento económico para modelos intensivos de trabalho e emprego</p> <p>Cooperar com as sindicatos de trabalho, grupos de empregadores e grupos de jovens</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<p>6. Os jovens vulneráveis não podem conseguir enfrentar os desafios da vida</p>	<p>Educação ou formação em habilidades da vida para os jovens dentro e fora da escola</p> <p>Formação em liderança e orientação para jovens vulneráveis</p>	<p>Ministério da Juventude</p>	<p>Uma estrutura de formação e orientação em liderança para jovens a nível nacional e regional</p> <p>Formação em habilidades da vida, com ênfase nos jovens que estão fora da escola, desempregados e vulneráveis (rapazes e raparigas)</p>	<p>Ligação com o Ministério da Acção Social e o Ministério para as organizações da sociedade civil para o apoio psicossocial</p> <p>Ligação com instituições de formação e o sector privado para afectação e orientação</p> <p>Ministério responsável pelas questões de género para fiscalizar a adequação do género e oportunidades iguais</p> <p>Advocar com as sindicatos de trabalho e associações de empregadores para apoiar os jovens</p>

Desafio	Serviço	Responsabilidade	Mecanismo de fornecimento	Ligações e outros sectores responsáveis
<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA A PROTECÇÃO SOCIAL</b>				
1. Falta de mecanismos de gradação dos programas de transferência social	<p>Apio em capacitação direccionada para garantir intervenções sustentáveis de meios de sobrevivência para os OVCY e suas famílias</p>	<p>Ministério da Acção Social coordena a resposta intersectorial</p>	<p>Acesso às oportunidades dos meios de sobrevivência, incluindo a produção familiar de alimentos, formação profissional, microcrédito e sistemas sociais</p> <p>Assistência às famílias vulneráveis para acederem às oportunidades dos meios de sobrevivência</p> <p>Monitoria e apoio comunitário</p>	<p>Cooperar com o Ministério das finanças para garantir acesso a concessões sociais apropriadas</p> <p>Ligação com as organizações baseadas na comunidade e as organizações baseadas na fé, sector privado e grupos de jovens</p> <p>Ministério da Educação para focalizar nos OVCY para aproveitarem da educação superior/terciária e TVET</p>
2. Jovens vulneráveis presos em ciclos perptuos de vulnerabilidade, privação e dependência	<p>Oportunidades de meios de sobrevivência direccionados aos jovens mais vulneráveis e suas famílias</p>	<p>Ministério da Juventude</p>	<p>Quadros de políticas e programas para direccionar os jovens mais vulneráveis em risco de serem presos nos ciclos de pobreza e vulnerabilidade</p> <p>Estratégia de protecção social para jovens vulneráveis e suas famílias</p>	<p>Advocar e colaborar com os ministérios da Juventude e questões de género, Ministério da Acção Social, Ministério da Educação, Ministério das finanças, organizações da sociedade civil, governo local, sindicatos de trabalho e o sector privado</p>





